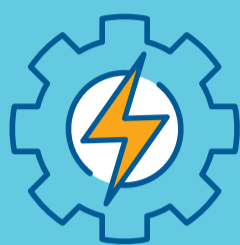


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
& RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
2018



VISÃO 2030
Empresas Eletrobras

Estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as dez maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.



18.259
MW
CAPACIDADE
INSTALADA
DE GERAÇÃO



29.419
KM DE LINHAS
DE TRANSMISSÃO



21
USINAS
HIDRELÉTRICAS



38,8
BILHÕES
DE REAIS
EM ATIVOS

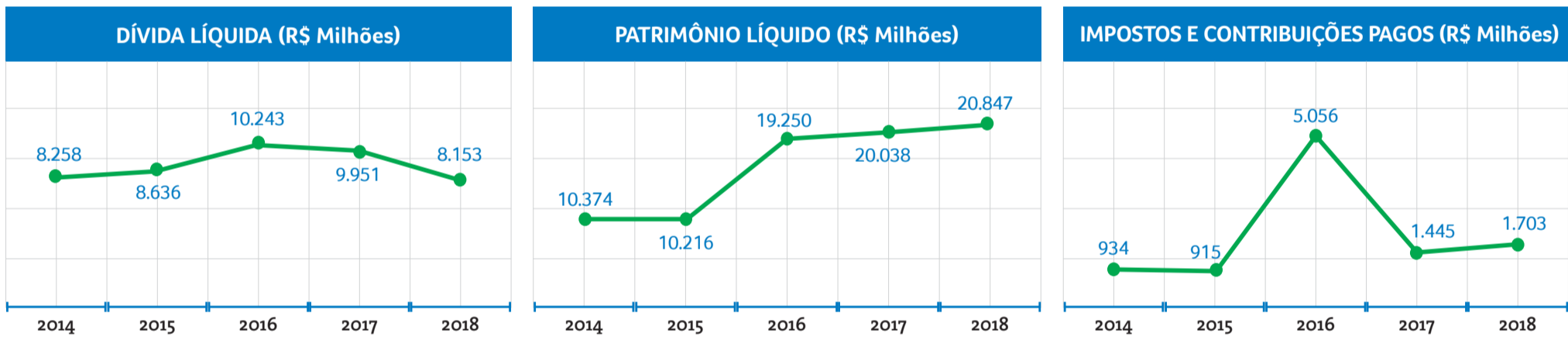


97,1%
DA CAPACIDADE
EM FONTES
DE ENERGIA LIMPA

INDICADORES



DESTAQUES DE 2018

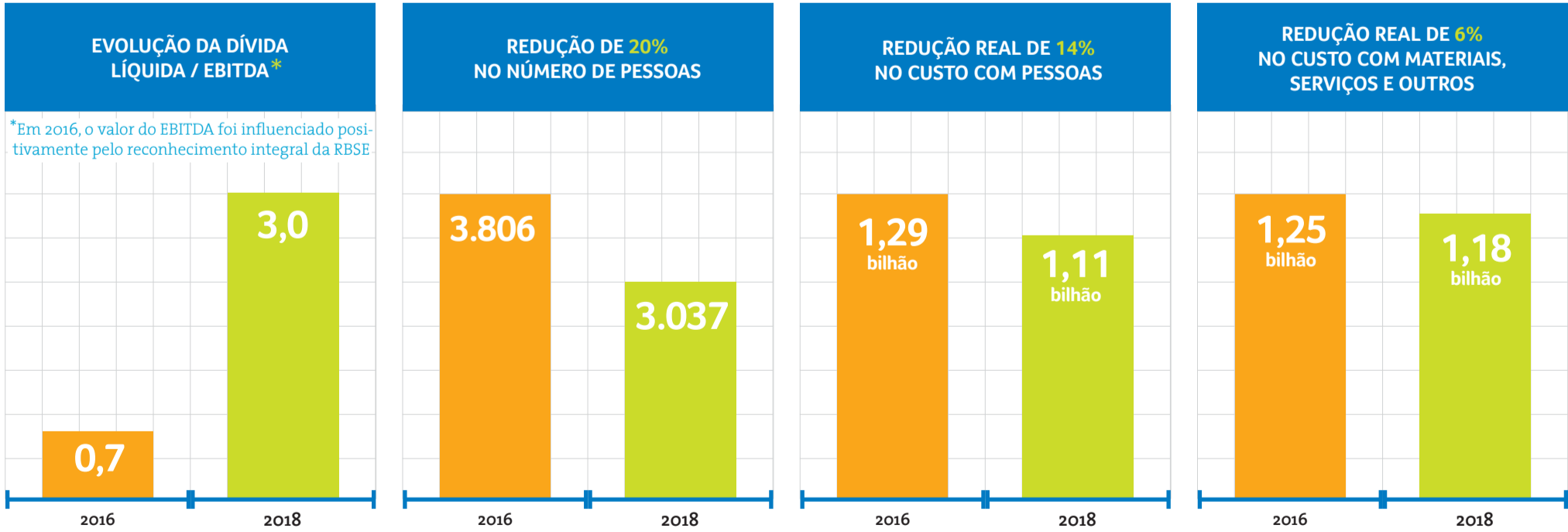


R\$ 1,1
BILHÃO
de investimentos
realizados

HOLDING ELETROBRAS
NOVAMENTE
LISTADA NO ISE
E CERTIFICADA
NA B3

PARCERIA COM O PNUD
EM PROL DA AGENDA
2030 E DOS OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

R\$ 113,5
MILHÕES
pagos em royalties
da água



*Em 2016, o valor do EBITDA foi influenciado positivamente pelo reconhecimento integral da RBSE



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



ESSES NÚMEROS SÃO OS DESTAQUES DE ELETROBRAS FURNAS EM 2018. NAS PÁGINAS A SEGUIR, APRESENTAMOS A VERSÃO COMPLETA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2018

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Conselho de Administração

Wilson Ferreira Junior
Presidente

Ricardo Medeiros
Lucia Maria Martins Casasanta
Vânia Lúcia Ribeiro Vieira

Leonardo dos Santos Pessoa
Susana Hanna Stíphan Jabra
Magali Rogéria de Moura Leite

Conselho Fiscal

Efetivos
Rodrigo Vilella Ruiz
Brenno Leopoldo Cavalcante de Paula
Bruno Ramos Mangualde

Suplentes
André Luiz Amaral dos Santos
Orlando Henrique da Costa Oliveira
Daniel Mário Alves de Paula

Diretoria Executiva

Ricardo Medeiros
Diretor-Presidente

Djair Roberto Fernandes
Diretor de Operação e Manutenção

Julio Cesar Jorge Andrade
Diretor de Administração

Jenner Guimarães do Rêgo
Diretor de Finanças

Claudio Danusio de Almeida Semprine
Diretor de Gestão de Novos Negócios e de Participações

Claudio Guilherme Branco da Motta
Diretor de Engenharia

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

Furnas se orgulha de há 62 anos atuar com excelência operacional em um dos setores mais vitais para o desenvolvimento econômico do País: a geração e transmissão de energia elétrica. Ao longo deste relatório, será possível verificar que as políticas e práticas de governança corporativa da Empresa possuem foco na transparência, no cuidado com o meio ambiente, na atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus públicos de interesse, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com o Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras.

Em 2018, a empresa alcançou resultados expressivos seguindo o norte estabelecido pelo Plano de Negócios e Gestão (PNG) - 2018-2022, que preconiza a Governança e Conformidade, Disciplina Financeira, Excelência Operacional, Atuação Sustentável e Valorização das Pessoas.

A reforma do Estatuto Social seguiu as diretrizes da *holding* Eletrobras, em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016. As medidas de Compliance foram aprimoradas com a edição de normativos que tratam da avaliação de integridade de fornecedores, patrocínios, convênios, doações e representantes/administradores de Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Na seara financeira, Furnas apresentou Lucro Líquido de R\$ 1.071 milhões, redução de seu endividamento e de custos e de despesas de Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO) com a continuidade do Programa de Orçamento Base Zero (OBZ). Os dividendos propostos para os acionistas somam R\$ 440 milhões.

O Plano de Demissão Consensual (PDC) teve impacto positivo no resultado, com redução de R\$ 70 milhões na folha de pagamento. O pagamento do valor residual dos ativos de transmissão considerados não depreciados, existentes em 31 de maio de 2000 - Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), completou o primeiro ciclo de recebimento.

A gestão da Empresa foi beneficiada pela implantação do Padrão ERP nas Empresas Eletrobras. O projeto, denominado ProERP, reúne recursos materiais e humanos com o intuito de padronizar atividades e automatizar processos operacionais, aumentando a integridade, a confiabilidade e a transparência das informações, e proporcionando melhor controle no combate a fraudes e erros. O sistema usado por Furnas foi escolhido como referência por ser o mais completo dentre as empresas do grupo que possuem ERP.

Por ter sido pioneiro entre as empresas do grupo, o Centro de Serviços Compartilhados (CSC) de Furnas, criado em 2013, serviu de núcleo para a estruturação da Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados Unidade Sudeste da *Holding*.

Em 2018, a Empresa investiu R\$ 216,1 milhões para implantação de reforços autorizados pela ANEEL e melhorias identificadas por seu corpo técnico. O Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET), programa de modernização do sistema de transmissão de Furnas, busca a excelência operacional e engloba a aquisição de novos equipamentos e a implantação de melhorias e reforços.

A Empresa participa diretamente de 26 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e aprimora continuamente seus mecanismos de gestão. Em 2018, houve a continuidade dos esforços para a consolidação das SPEs em *holdings*, e a redução da carteira por meio de dação em pagamento à Eletrobras.

A atuação social de Furnas está alinhada à gestão estratégica, às diretrizes da Eletrobras, aos programas do Governo Federal, às políticas públicas, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos princípios do Pacto Global das Nações Unidas.

No contexto em que as tragédias envolvendo rompimento de barragens abalam a confiança da população nessas estruturas e em seus planos de contingência, Furnas se solidariza com as vítimas e reafirma o compromisso com a estabilidade de seus empreendimentos, que contam com inspeções periódicas, instrumentação instalada, Planos de Segurança de Barragens (PSB) e de Atendimento a Emergências (PAE) que obedecem à Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Os PAEs de todas as usinas de Furnas já estão em posse das prefeituras e núcleos de defesa civil das áreas onde se localizam as barragens das hidrelétricas operadas pela Empresa.

Por trás dos números presentes nesta publicação, está uma empresa formada por pessoas competentes, dedicadas e compromissadas com seu bom desempenho, seu crescimento sustentável e a maior eficiência do setor elétrico brasileiro. Aos nossos empregados, colaboradores e parceiros, nosso muito obrigado.

PERFIL DA EMPRESA

Criada em 28 de fevereiro de 1957, Furnas Centrais Elétricas S.A. é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

Atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, na região abrangida pelo Distrito Federal, e pelos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Ceará, Goiás, Tocantins, Rondônia, Pará, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Integram seu parque gerador 23 usinas, próprias ou em parceria com a iniciativa privada, das quais:

a) 21 são hidrelétricas (sendo 4 próprias, 6 sob administração especial, 2 em parceria com a iniciativa privada e 9 em regime de participação em Sociedades de Propósito Específico - SPEs), com potência instalada de 17.729,83 MW; e b) 2 termelétricas (100% Furnas), com potência instalada de 530 MW.

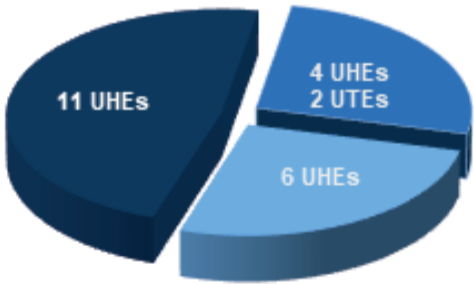
Os empreendimentos de geração das SPEs Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A., Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A., e Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. tiveram a participação de Furnas transferida para a Eletrobras em processo de dação em pagamento, conforme Termo de Transferência assinado em 21 de agosto de 2018.

A primeira e a segunda unidade geradora da PCH Anta, de 14,00 MW cada, entraram em operação comercial em agosto e outubro de 2018, respectivamente, finalizando a implantação do Complexo Simplicio.

As UHEs que tiveram suas concessões prorrogadas no âmbito da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, são: Corumbá I, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Funil, Furnas, Marimbondo e Porto Colômbia.

Furnas garantiu o direito de prorrogação da concessão da UHE Itumbiara pelo prazo de até 30 anos, a partir de 2020, na medida em que forem atendidas as condições determinadas pela Lei nº 13.182/2015, alterada posteriormente pela Lei nº 13.299/2016.

Parque Gerador em Operação

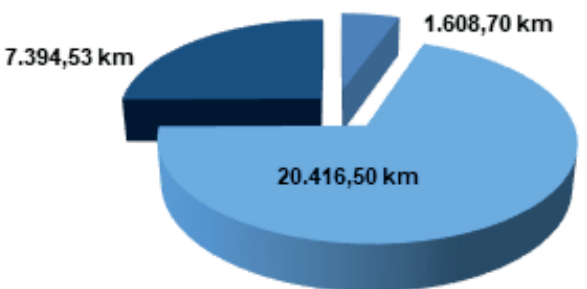


■ Regime Concessão Integral ■ Regime Lei nº 12.783/2013 ■ Em Parceria/SPEs

O parque transmissor abrange 22.025,20 km de linhas de transmissão, cujas concessões são 100% de Furnas e 7.394,53 km de linhas em SPEs, totalizando 29.419,73 km de linhas de transmissão em operação.

Os empreendimentos de transmissão das SPEs Luziânia-Niquelândia Transmissora, Brasventos, Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A., Companhia Transirapé de Transmissão, Companhia Transleste de Transmissão e Companhia Transudeste de Transmissão tiveram a participação de Furnas transferida para a Eletrobras em processo de dação em pagamento, conforme Termo de Transferência assinado em 21 de agosto de 2018.

Linhas de Transmissão em Operação



■ LT Regime Concessão Integral ■ LT Regime Lei nº 12.783/2013 ■ LT em SPEs

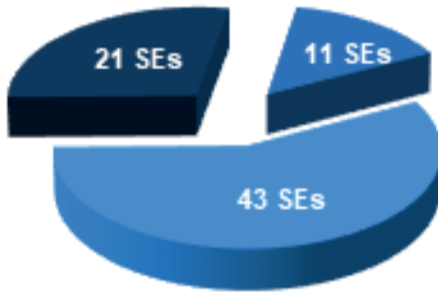
Em 2018, entraram em operação os seguintes empreendimentos:

Empreendimento	kV	Extensão (km)
LT		
Luziânia-Brasília Leste Circuito 1	500	67
Luziânia-Brasília Leste Circuito 2	500	67
Xavantes-Pirineus	230	50
Mascarenhas-Linhares	230	94,7
São Manoel - Paranaíta	500	40
Empreendimento		
kV		
MVA		
SE		
Brasília Leste	500/138	1.260
SE associada à UHE São Manoel		
Paranaíta	500	
Linhares	230/138	150 (*)

(*) não inclui 50 MVA de reserva

Compõe ainda a estrutura de transmissão da Empresa a concessão de um conjunto de 54 subestações em operação (100% Furnas) que perfazem uma capacidade de transformação de 109.137,92 MVA. Além destas, Furnas participa por meio de SPEs da operação de 21 outras subestações, cuja capacidade de transformação atinge 25.496,00 MVA. Portanto, a estrutura de transmissão compreende um total de 75 subestações com 134.633,92 MVA de capacidade de transformação.

Subestações em Operação



■ SE Regime Concessão Integral ■ SE Regime Lei nº 12.783/2013
■ SE Em Parceria/SPEs

Na Nota Explicativa 2 das Demonstrações Financeiras apresentam-se, de forma detalhada, informações sobre os empreendimentos de geração e transmissão.

A produção de Furnas no ano atingiu 62.332 GWh, dos quais 24.517 GWh gerados por usinas próprias ou sob administração especial e 37.815 GWh por usinas de investidas. Essa produção correspondeu a 13,2% do consumo brasileiro de energia elétrica, segundo dados nacionais divulgados pela EPE.

Quanto à força de trabalho, Furnas vem ajustando seu quadro para um contexto setorial que tem se modificado constantemente e exigido forte redução de custos. Ao final do exercício, a Empresa contava com 3.037 empregados efetivos e 1.046 não efetivos.

Missão, Visão e Valores

Furnas pauta sua atuação pelo compromisso com o bem-estar da sociedade, pelo cuidado com o meio ambiente e pelo respeito com as comunidades do entorno de suas instalações e empreendimentos, tendo como missão atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

Sua visão é estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as 10 maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.

Para atingir seus objetivos, os valores adotados são:

- Foco em resultados;
- Ética e transparência;
- Empreendedorismo e inovação;
- Valorização e comprometimento das pessoas;
- Sustentabilidade.

CENÁRIO SETORIAL

Consumo de Energia Elétrica

Em 2018, o consumo de energia elétrica no Brasil foi de 472,2 mil GWh, segundo dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o que representou crescimento de 1,1% em relação a 2017. A análise retrospectiva do cenário econômico no ano demonstra que contribuíram negativamente para a deterioração das expectativas do PIB, a greve dos caminhoneiros, a incerteza política, além da forte oscilação cambial.

Dentre as três principais classes de consumo, que reunidas representam cerca de 84% do consumo total, o segmento industrial cresceu 1,3%, com destaque para a região Sudeste que apresentou crescimento de 3,8%.

A categoria residencial registrou crescimento de 1,2%, atribuído à lenta recuperação no mercado de trabalho. O consumo médio nas residências do País manteve-se estável em torno de 158 kWh/mês. A base de consumidores residenciais alcançou cerca de 72 milhões de domicílios no País, com crescimento de 1,4% em relação a 2017. O maior aumento, 3,2%, foi observado na região Centro-Oeste.

O crescimento do segmento comercial foi de apenas 0,6% em relação a 2017, bem abaixo das taxas de crescimento das vendas no varejo (2,6% em 12 meses), e no varejo ampliado (5,5% no período). Para este segmento o destaque foi a região Nordeste, com crescimento de 2,0%.

Para os próximos 10 anos, a EPE projeta crescimento de 3,6% a.a. no consumo de eletricidade, o que representa a necessidade de investimentos de cerca de R\$ 394 bilhões no setor elétrico brasileiro, sendo R\$ 286 bilhões em geração e R\$ 108 bilhões em transmissão.

Leilões de Energia Elétrica

Foram realizados dois Leilões de Energia Nova, A-4 e A-6, nos quais foram negociados 1.527 MW médios de energia, correspondentes a 3.125 MW de capacidade instalada, que irão suprir os consumidores brasileiros a partir de 2022 e 2024. Nesses certames foi negociada energia de 111 empreendimentos de fonte hídrica, eólica, solar, biomassa e térmica a gás que, além de expandir o parque gerador do Brasil, propiciará investimentos de cerca de R\$ 13 bilhões. Além desses certames, a ANEEL realizou os Leilões de Energia Existente A-1 e A-2, em dezembro, nos quais foram comercializados 6.369 GWh.

Os Leilões de Empreendimentos do Sistema de Transmissão, 002/2018 e 004/2018, também realizados em 2018, licitaram empreendimentos que totalizam 9.714 km de linhas e 27.045 MVA de capacidade de transformação. O montante previsto de investimento é de cerca de R\$ 19 bilhões. A Receita Anual Permitida (RAP) ofertada foi de R\$ 1,6 bilhão. Os deságios médios dos certames foram de 55,3% e 46,1%.

Até 2027 estima-se que entrarão em operação no segmento geração cerca de 60 GW de capacidade proveniente de novas licitações de geração, sendo 13 GW de alternativa de ponta, 10 GW de empreendimentos hidrelétricos acima de 50 MW, aproximadamente 28 GW de fontes alternativas, 8 GW de capacidade térmica a combustível fóssil e 1 GW de fonte nuclear. Quanto ao sistema de transmissão brasileiro planeja-se o incremento de cerca de 55 mil km de linhas e 177 mil MVA de capacidade de transformação.

Ambiente Regulatório

A permanência da condição hidrológica adversa, ocasionada pela escassez de chuvas e o esvaziamento de reservatórios em anos anteriores, impactou o Mercado de Curto Prazo (MCP), no último ano, que permaneceu com alto índice de judicialização. Segundo dados divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o *Generation Scaling Factor* - GSF, fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) foi de 84,1%. Isso significa que as usinas participantes do MRE geraram 84,1% de suas garantias físicas.

Quanto menor o índice, maior o impacto financeiro das liminares relacionadas ao risco hidrológico no MCP. Conforme informativo referente à contabilização de dezembro de 2018, o montante a ser liquidado pelos agentes participantes totalizava cerca de R\$ 8,6 bilhões, sendo que R\$ 7 bilhões estão relacionados com as liminares vigentes, ou seja, 81% do total estão relacionados com liminares de risco hidrológico.

A redução da garantia física do sistema, com vigência a partir de 2018, resultou em novo planejamento, diminuindo a necessidade de contratação de energia de reserva, integralmente suportada pelo consumidor final. Para Furnas, a revisão da garantia física resultou na redução de 142,4 MW médios, dos quais 48,5 MW médios relativos às usinas sob o regime da Lei nº 12.783/2013, sem qualquer impacto para a Empresa. Para os empreendimentos geridos por meio de SPEs a redução foi de 10,3 MW médios.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico de Furnas insere-se no âmbito do Planejamento Estratégico da Eletrobras, estruturado em três níveis:

- Plano Estratégico:** plano de longo prazo que tem como objetivo estabelecer as diretrizes estratégicas que conduzirão o desenvolvimento dos negócios para alcance da visão projetada para as Empresas Eletrobras;
- Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG):** desdobramento do Plano Estratégico, o PDNG é um plano de curto/médio prazo, com horizonte de cinco anos, que define os projetos a serem desenvolvidos, visando o alcance dos objetivos estratégicos das Empresas Eletrobras;
- Plano de Negócios e Gestão (PNG):** esse plano, também de curto/médio prazo, com horizonte de cinco anos, é um desdobramento do PDNG e representa um conjunto específico de projetos a ser desenvolvido por cada uma das empresas, visando à consecução do PDNG em curto/médio prazo e do Plano Estratégico em longo prazo.



Plano de Negócios e Gestão de Furnas (PNG)

O PNG para o quinquênio 2018-2022 foi orientado pelas cinco diretrizes do PDNG 2018-2022: Governança e Conformidade, Disciplina Financeira, Excelência Operacional, Atuação Sustentável e Valorização das Pessoas.

Derivam do PNG dois processos que têm como objetivo o aprimoramento do desempenho empresarial das empresas controladas:

- Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE): compromisso, firmado anualmente com a Eletrobras, de atingimento de metas de desempenho preestabelecidas e compatíveis com a estratégia contida nos planos.
- Remuneração Variável Anual (RVA) dos Dirigentes: Programa de RVA das Empresas Eletrobras, como incentivo à produtividade.

Em 2018, Furnas intensificou seus esforços desenvolvendo ou reforçando ações empresarias nas diretrizes do PDNG, sendo as principais:

- Monitoramento do Programa de Integridade, Conformidade e *Compliance*;
- Mitigação de Riscos Corporativos;
- Constituição de *holdings* para gestão das SPEs;
- Venda de Imóveis Administrativos;
- Projeto de Gestão de Ativos Furnas – Fase Revisão Tarifária;
- Redução dos Custos Administrativos;
- Implantação do Plano de Demissão Consensual (PDC:);
- Acompanhamento da Implantação do Orçamento Base Zero (OBZ);
- Implantação do Pro-ERP das Empresas Eletrobras;
- Centro de Serviços Compartilhados (CSC) das Empresas Eletrobras;
- Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET);
- Automação de subestações de Furnas.

PRO-ERP

O programa visa implantar um *software* para acesso de todos os empregados das Empresas Eletrobras com a mesma base de informações centralizada em um único servidor.

Principais Objetivos do ProERP

- Automatizar os processos operacionais, com geração de informação de qualidade, centralizada e de acesso *on-line*, eliminando o uso de interfaces manuais;
- Aumentar a integridade e confiabilidade de informações que suportam os processos das Empresas Eletrobras;
- Aumentar a capacidade analítica, proporcionando controle, melhores previsões e planejamento, maior assertividade na identificação de problemas, fornecendo mais subsídios para um processo decisório seguro e eficiente, que dê suporte à estratégia empresarial;
- Combater fraudes, erros de pagamento e alocação errônea de recursos financeiros através da diminuição e/ou eliminação de atividades sem padronização e sem regras de auditoria;
- Aumentar a transparência e eficiência das informações para os empregados e sociedade.

A implantação do padrão ERP (*Enterprise Resource Planning*) possibilitará o acesso, em tempo real, a todas as Empresas Eletrobras, às informações de negócio, à automação e ao armazenamento das mesmas.

O sistema usado por Furnas foi escolhido como referência por ser o mais completo dentre as Empresas Eletrobras que possuem ERP já implantado, além de possuir grande aderência ao modelo (*template*) da *Holding*.

A estratégia de implementação foi definida com o seguinte escopo:

Escopo do Programa

Instância Única

RH

- Administração Organizacional
- Admissão
- Administração de Pessoal
- Benefícios
- Folha de Pagamento
- Gestão de Tempos
- Treinamento
- Saúde e Segurança

Finanças

- Contabilização
- Contas a Pagar
- Contas a Receber
- Tesouraria
- Viagem
- FI FMI – Funds Management
- Contabilidade
- CFM – Finança Corporativa
- SD – Vendas

Gestão de Ativos

- Ativo Imobilizado
- PS – Sistema de Projetos
- PM – Planejamento de Manutenção

Suprimentos

- Aquisição de Materiais e Serviços
- Cadastro de Materiais e Serviços
- Gestão de Contratos
- Gestão de Fornecedores
- Gestão de Estoques

Do primeiro estágio de implantação, concluído em abril de 2018, participaram as seguintes empresas: Eletrobras (*Holding*), Furnas, Eletropar e Cepel; do segundo, com conclusão prevista para abril de 2019, participam Amazonas GT, Eletrosul, CGTEE, Eletronuclear e Chesf e do terceiro, com conclusão prevista ainda para o primeiro semestre de 2019, a Eletronorte.

CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

O CSC de Furnas, implantado desde 2013, integrou e otimizou processos e rotinas administrativas, tornando os procedimentos mais eficientes. Por ter sido pioneiro entre as Empresas Eletrobras foi usado como núcleo para a estruturação da Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados Unidade Sudeste da Eletrobras.

O novo modelo de compartilhamento de serviços visa o atendimento às demais Empresas Eletrobras com atuação no Sudeste, para os macroprocessos finanças e tesouraria, contabilidade e fiscal, recursos humanos, suprimentos e logística, infraestrutura e serviços gerais, tecnologia da informação e jurídico.

Os resultados esperados são processos transparentes, executáveis e gerenciáveis; maior eficiência e eficácia na operação; aumento da rentabilidade a partir da redução de custos; maior agilidade; maior definição e delegação de responsabilidade.

Em 2018, além da já mencionada estruturação, as principais ações foram: elaboração do projeto e contratação da modernização de controle de acesso do Escritório Central; desocupação de um dos blocos do Escritório Central, visando sua devolução à FRG, e consequente redução de custos, e mapeamento para configuração e realização de testes, treinamento, divulgação e suporte para a ferramenta *Remedy*, utilizada por todas as Empresas Eletrobras para solicitação de serviços gerais e de TI.

O CSC apoia também os atendimentos a emergências, principalmente em linhas de transmissão e equipamentos, que têm impacto significativo no desempenho operacional e, consequentemente, na receita e imagem da Empresa.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As políticas e práticas de governança corporativa possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus *stakeholders*, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com o Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras.

O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que seguem as recomendações do Manual de Organização da Empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, e as descrições de atribuições de todas as unidades formais da estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, no estabelecimento claro dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes relativas à condução dos negócios da Empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração.

Estrutura Societária

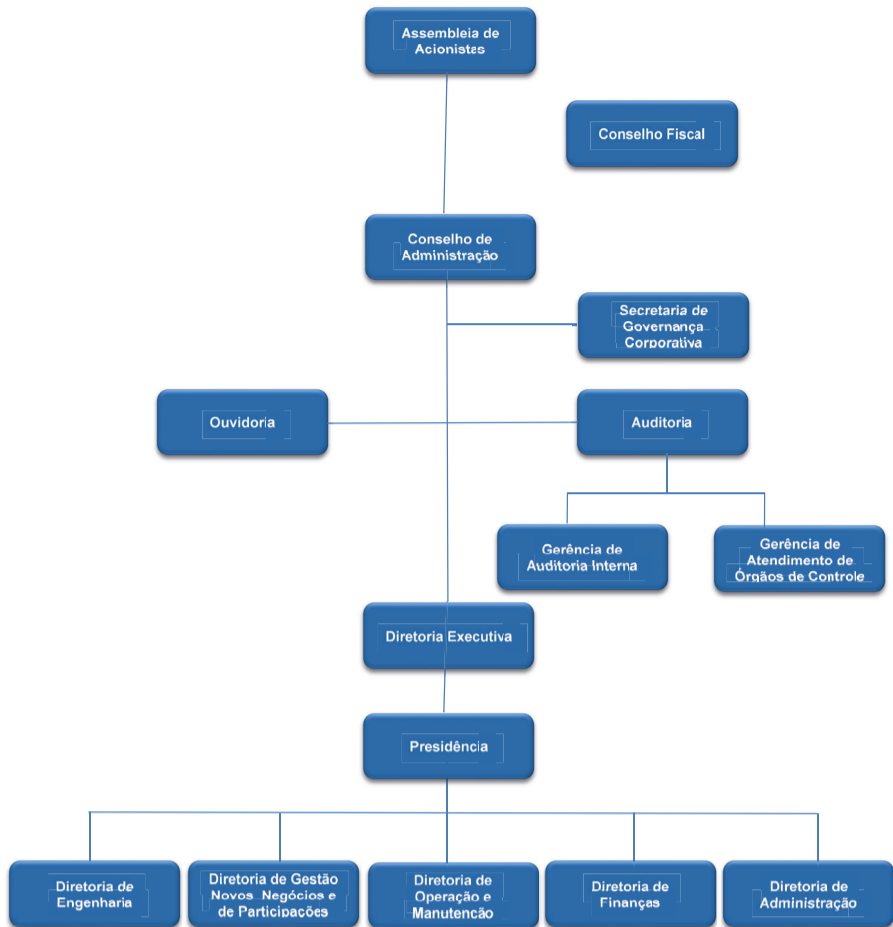
Furnas, sociedade anônima de economia mista federal de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOx) na prestação de informações para que a *Holding* possa manter a negociação de suas ações por meio de American Depositary Receipts (ADRs) Nível II, bem como participar do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), da Bolsa de Nova York e no Índice de Sustentabilidade Empresarial, da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE B3).

Em 2018, o Capital Social de Furnas, no valor de R\$ 6.531.154.365, 54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) apresentou a seguinte composição:

Acionista	Ação Ordinária		Ação Preferencial	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobras	52.647.326.561	99,83	14.659.406.538	98,62
Outros	91.699.606	0,17	205.277.973	1,38

Estrutura de Governança Corporativa

A governança corporativa de Furnas é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.



Em cumprimento ao disposto na legislação que regulamenta o funcionamento das sociedades anônimas, a *holding* Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as subsidiárias, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos para conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil - Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - e com a legislação específica pertinente.

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para: alienar, no todo ou em parte, ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura e aumento do capital social; alienar debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2018 a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 26 de abril para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2017, a Destinação do Resultado do Exercício Social de 2017 e a remuneração anual global dos administradores e membros do Conselho Fiscal.

Em 2018, foram realizadas 4 Assembleias Gerais Extraordinárias em:

- 19.01.2018, para deliberar sobre a reforma do Estatuto Social, segundo as diretrizes da *Holding*, para atendimento à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016;
- 28.06.2018, para deliberar sobre a eleição de membro titular e de respectivo suplente para ocuparem as vagas destinadas aos representantes do Ministério da Fazenda no Conselho Fiscal;
- 01.08.2018, para deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração, representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Eleição de membro do Conselho Fiscal e
- 29.11.2018, para promover a eleição de 2 membros do Conselho de Administração independentes, nos termos do artigo 19, §1º, inciso IV e §4º, do Estatuto Social.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de Furnas, o Conselho de Administração é composto por sete membros, brasileiros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, dentre os quais é designado o Presidente do Conselho, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

Dentre os membros, um é indicado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos, em eleição organizada pela Empresa em conjunto com as autoridades sindicais que os representam, nos termos da legislação vigente. Os demais membros são indicados pelos acionistas, dentre os quais dois serão independentes, nos termos da legislação aplicável.

Usualmente, o Diretor-Presidente de Furnas é indicado como membro do Conselho de Administração.

No exercício de 2018, este colegiado reuniu-se 28 vezes.

Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE)

O CAE, órgão auxiliar do Conselho de Administração (CA) da Eletrobras, instalado em 2018, tem por finalidade assessorar os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras e estabelecer estruturas de controle, supervisão e fiscalização da atuação das empresas, dirigentes e empregados.

Em atendimento às disposições da Lei Sarbanes-Oxley, o CAE é composto por conselheiros independentes e visa atender a uma série de dispositivos legais e regulatórios, com destaque para a Lei nº 13.303/16, instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Programa em Governança de Estatais da B3 e Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

Conselho Fiscal

A atribuição do Conselho Fiscal é a de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO, com prazo de atuação de dois anos, permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a administração pública federal; outro membro e respectivo suplente será indicado pelo Ministério de Minas e Energia; e, por fim, caberá a *Holding* a indicação de um membro e respectivo suplente.

Em 2018, este colegiado reuniu-se 13 vezes.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. Eles atuam nas seguintes áreas: Presidência; Administração; Finanças; Engenharia; Operação e Manutenção; e Gestão de Novos Negócios e de Participações.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2018, foram realizadas 59 reuniões.

Gestão de Riscos

A metodologia Gestão Dinâmica dos Riscos Corporativos (GDRC), utilizada por Furnas, possibilita uma avaliação dinâmica do grau de exposição ao risco corporativo, permitindo que se realizem ajustes para atingimento das metas de redução de tal exposição.

As medidas de mitigação são implementadas por meio de controles e/ou ações que visam reduzir a exposição a riscos. Quanto maior for o grau de mitigação, mais preparada estará a Empresa no caso de ocorrência de um evento de risco, e mais próxima estará de sua exposição residual, ou seja, aquela que permanece após a total implementação de controles e ações mitigadoras.

Em 2018, foram priorizados 12 eventos de riscos da Matriz de Riscos Corporativos de Furnas para avaliação, que somados aos 7 eventos avaliados em 2015, 11 em 2016 e 11 em 2017, perfazem o total de 41 avaliações dos 55 eventos de riscos da matriz.

A Matriz de Riscos de Furnas é oriunda da Matriz de Riscos da *Holding* e foi submetida a uma revisão em 2018, sendo composta por 4 pilares: Estratégico, Financeiro, Operacional e Conformidade, que se subdividem em 22 categorias, dos quais 11 eventos foram avaliados em 2018, a saber: Auditoria e Controles Internos, Estrutura Organizacional, Sustentabilidade, Gestão do Orçamento, Realização de Investimento, Inadimplência, Treinamento e Capacitação, Segurança de Barragens, Disponibilidade das Operações de TIC, Regularização Fundiária, Obrigações Contratuais. O evento de risco “Legislação e Regulamentação do Setor Elétrico”, foi avaliado, porém não validado, uma vez que foi excluído da citada matriz.

Controles Internos

O ambiente de controles internos da Empresa visa assegurar a efetividade e eficiência de suas operações, proporcionar a confiabilidade nos relatórios financeiros, bem como cumprimento de normas e regulamentos. Auxilia na mitigação de riscos corporativos; no alcance de metas; e no crescimento sustentável do negócio, propiciando maior transparência e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras possui registro na Bolsa de Valores de Nova York com emissão de ADRs Nível II, exigindo de suas subsidiárias adequação aos requisitos da lei norte-americana *Sarbanes-Oxley* (SOx), em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

Anualmente, a Eletrobras divulga suas Demonstrações Financeiras e a Certificação Anual de Controles Internos à *Securities and Exchange Commission* (SEC) dos EUA, a fim de consolidar os controles mitigadores dos riscos.

O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOx compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da Empresa. Em 2018, foram selecionados 31 processos, associados a: Compra de Energia; Gestão Contábil; Gestão de Contingências; *Entity Level Controls*; Empréstimos e Financiamentos; Gestão Financeira; Gestão do Ativo Fixo; Gestão de Materiais; Benefício Pós-Emprego; Gestão de Participações; Venda de Energia; Recursos Humanos; Gestão Tributária; e Processos de Tecnologia.

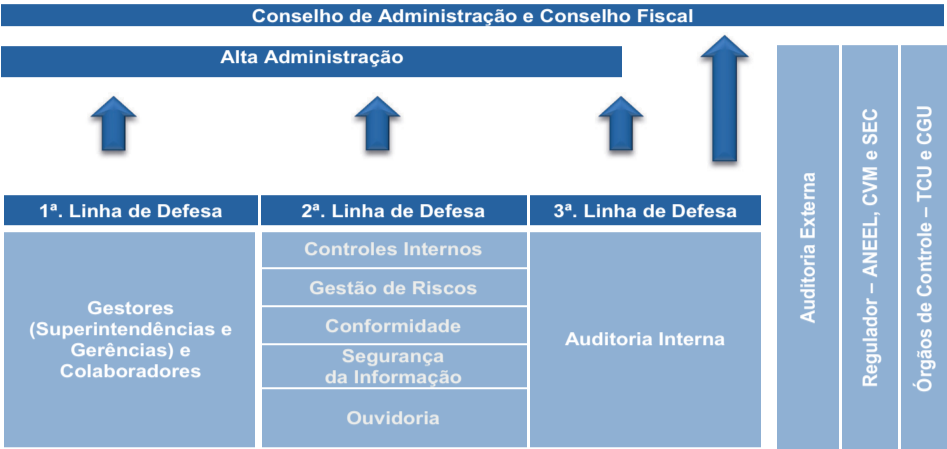
Programa Rumo ao GAP Zero (PGZ)

O programa prevê uma série de ações visando à otimização dos processos internos de gestão dos riscos e controles internos da Empresa, melhoria da interação e comunicação com os gestores encarregados da implementação dos planos de ação de mitigação das deficiências e fraquezas materiais e acesso direto e prioritário aos órgãos superiores de decisão.

Os trabalhos relacionados à certificação SOx desdobram-se em três etapas: Mapeamento; Programa de Remediação; e Testes propriamente ditos.

A etapa relativa ao Programa de Remediação tem como objetivo evidenciar que os planos de ação formalizados pelos gestores são eficazes no controle e mitigação de riscos.

A figura a seguir apresenta, de forma esquemática, o funcionamento das três Linhas de Defesa, no gerenciamento eficaz de riscos e controles internos:



Programa de Integridade (Compliance)

Em 2018 várias medidas de Compliance foram implementadas e aprimoradas com a edição de normativos que tratam da avaliação de integridade de fornecedores, patrocínios, convênios, doações e representantes/administradores de Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Neste mesmo ano, o Programa de Integridade de Furnas foi reavaliado pela Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro (CGU), consubstanciando-se em recomendações que, em 31de dezembro, estavam, em sua grande maioria, implementadas.

Para 2019 estão previstas ações de revisão dos riscos de fraude e corrupção, priorização de novos riscos e destaque para a intensificação e formalização dos treinamentos obrigatórios de ética e integridade, com a revisão da política de capacitação.

Vale lembrar que o Programa de Integridade se desenvolve de modo contínuo, sendo necessário o seu monitoramento, revisão e aprimoramento periódico para consolidação da cultura de integridade, visando alcançar níveis de maturidade capazes de elevar os indicadores de conformidade, agregando maior valor à imagem de Furnas no mercado nacional e internacional.

Segurança da Informação

Furnas possui uma área de Segurança da Informação que articula, em âmbito corporativo, as ações necessárias para garantir as propriedades essenciais que conferem valor à informação: Disponibilidade, Integridade, Confidencialidade e Autenticidade (DICA). O exercício de 2018 foi marcado por ações de fortalecimento do arcabouço normativo e sua disseminação em todas as áreas da Empresa, em particular no que tange à classificação da informação, em conformidade à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a par de campanhas de conscientização da força de trabalho, tomando a atividade permanente na Empresa.

Secretaria de Governança Corporativa

A Secretaria de Governança Corporativa tem como principais atribuições:

- Planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de apoio ao funcionamento das Assembleias de Acionistas, do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- Controlar as alterações do Estatuto Social e dos Regimentos Internos da Empresa e seus Colegiados, promovendo as ações necessárias à sua publicação;
- Coordenar o processo de desenvolvimento, aprimoramento e atualização do sistema de governança, atuando nas interações entre os agentes e os órgãos de governança;
- Coordenar o fluxo de informações, assegurando que estas sejam direcionadas, tempestivamente, às instâncias deliberativas, executiva, fiscalizadora e consultiva;
- Contribuir para que a divulgação de informações, pela organização, esteja alinhada aos princípios de governança e para difusão destes nas empresas subsidiárias, coligadas e controladas.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais com o objetivo de analisar a gestão, verificar procedimentos, sistemas informatizados, registros e documentos, avaliando os controles existentes, bem como o cumprimento de diretrizes, normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Em 2018 foram realizados 29 trabalhos de auditoria oriundos do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e de demandas especiais surgidas ao longo do exercício. Foi concluído 1 trabalho referente a 2017, o que resultou na emissão de 47 relatórios decorrentes da atuação direta da Auditoria Interna, com resultados que visaram subsidiar a alta administração de informações para a tomada de decisão.

Em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOx), necessária à certificação da Eletrobras de conformidade àquela Lei, a Auditoria Interna providenciou a avaliação dos controles internos da Empresa no exercício de 2018, a partir dos riscos corporativos considerados críticos, determinados segundo a materialidade definida pela Eletrobras.

O relacionamento da Empresa com a Controladoria Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) ocorre ao longo do exercício, a fim de prover atendimento, pela administração, aos referidos órgãos de fiscalização e controle.

Comitês e Comissões Internos

Grupos de ação permanentes compostos por representantes de todas as diretorias, que têm por finalidade avaliar determinados temas e apoiar as decisões da Diretoria Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão.

Durante o ano de 2018, Furnas otimizou e reestruturou seus colegiados para reforçar o caráter consultivo de suporte à Diretoria Executiva, dividindo os assuntos por Macroprocessos em 7 Comitês estratégicos e 2 Comissões em conformidade com as exigências legais.

Políticas Internas

As Políticas Internas da Empresa são definidas por meio de instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva e estabelecem princípios básicos e critérios para orientar as diferentes áreas da Empresa quanto ao trato de assuntos, que cobrem, dentre outros, os seguintes temas: Logística de Material; Tecnologia da Informação; Gestão de Pessoas; Segurança Empresarial; Responsabilidade Ambiental; Responsabilidade Social Sociocultural; Segurança da Informação; Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional; Segurança Patrimonial; Propriedade Intelectual; Gestão Sociopatrimonial; Gestão de Resíduos; Contratação; Comunicação; Gestão de Riscos e Controles Internos; Investimento Social; e Integridade Corporativa.

Princípios Éticos e Compromissos de Conduta

Desde 2010 Furnas adota o Código Ética Único das Empresas Eletrobras que estabelece os princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, diretores, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento.

O código foi atualizado em dezembro de 2016, incluindo as novas legislações referentes à Lei nº 12.813/13 - Conflitos de Interesse e à Lei nº 12.846/13 - Lei Anticorrupção Brasileira. Uma nova atualização ocorreu em dezembro de 2018 passando a se chamar Código de Conduta Ética e de Integridade.

O cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta são monitorados pela Comissão de Ética, com o objetivo de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do empregado, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente a imputação ou o procedimento suscetível de censura, supervisionar os certames da Empresa.

Na *intranet*, encontram-se a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, os serviços Fale Conosco e o Canal Consulta e Denúncia de Desvios Éticos e o monitoramento dos casos analisados pela Comissão de Ética, entre outras informações. Por força de lei, a Comissão de Ética possui canal exclusivo de atendimento por *e-mail*, recebendo também denúncias através do Canal Único da Eletrobras.

A Comissão de Ética em 2018 realizou diversas palestras, em conjunto com a Ouvidoria e a Gerência de Sustentabilidade Empresarial, com esquetes teatrais sobre discriminação de gênero e assédio sexual, na sede de Furnas, em Jacarepaguá e em Brasília.

Em 2018, a Comissão de Ética recebeu 45 denúncias. Após a devida análise, 14 encontravam-se em andamento, com 3 casos de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP). Esse acordo prevê o monitoramento do empregado durante dois anos por um dos membros da Comissão de Ética. Em caso de reincidência, o empregado recebe Censura Ética, encaminhada, também, à área de recursos humanos. Os demais 27 casos estão encerrados, 3 estão sobrestados e em 1 dos casos foi sugerida a abertura de sindicância.

Ouvidoria

A Ouvidoria atua no diálogo entre o cidadão e a Empresa, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania induzam à contínua melhoria dos serviços públicos prestados por Furnas e de seus processos.

A Ouvidoria, órgão imparcial e independente, vinculado ao Conselho de Administração, é responsável por receber, examinar e encaminhar reclamações, solicitações, elogios, sugestões referentes a procedimentos e ações de Furnas e, também, é responsável pela gestão do canal do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

O acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no *website* de Furnas, fax, telefone, contato pessoal, carta ou, ainda, algum outro documento. Em todas as formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Todas as manifestações, independente do meio de comunicação, são registradas em Sistema de Ouvidoria, que é o da *Holding*, no qual fica armazenada a base de dados. O sistema foi projetado de forma a não permitir a exclusão ou alteração das informações nele registradas.

Após o seu registro, a Ouvidoria realiza o devido tratamento que consiste em: verificar se estão presentes dados suficientes na questão relatada e se a mesma é afeta à Empresa; realizar o encaminhamento à área interna responsável pela questão; gerenciar o prazo da resposta e verificar se o conteúdo de fato atende à manifestação.

A atuação da Ouvidoria encontra-se alinhada com o Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, às exigências da Lei Sarbanes-Oxley e aos normativos da Ouvidoria Geral da União.

As denúncias são registradas no Canal Denúncia das Empresas Eletrobras (ICTS), operado por empresa externa, responsável por sua classificação, criticidade e encaminhamento ao Comitê de Sistema de Integridade (CSI), que fará a gestão centralizada de apuração e dos processos de responsabilização e de remediação.

Em 2018 foram enviadas aos dois canais geridos pela Ouvidoria 854 demandas, sendo 746 manifestações postadas na Ouvidoria e 108 pedidos de informação dirigidos ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) de Furnas. Além disso, foram registradas no ICTS 125 denúncias a serem tratadas pelo CSI.

As 746 manifestações na Ouvidoria têm a seguinte distribuição: reclamação (398), solicitação (313), sugestão (19), elogio e agradecimento (16). No que tange à origem, das 746 manifestações registradas em 2018 na Ouvidoria, destacamos que 454 (61%) são de origem externa, 268 (36%) interna e 24 (3%) “não identificada”.

Principais Relacionamentos de Furnas

Visando manter relacionamento com as entidades representativas no Setor de Energia Elétrica, a Empresa está presente nos principais fóruns e mantém relacionamento constante com instituições, como: Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim como com órgãos da esfera estadual e municipal, em função de construir e operar empreendimentos situados em grande parte do território nacional.

Adicionalmente, Furnas contribui para diversas entidades, no País e no exterior, das quais destacamos: Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE), Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE), Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), Associação Brasileira de Geradoras Termoeletricas (ABRAGET), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), Associação Internacional de Hidreletricidade (*International Hydropower Association* - IHA), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (CIGRÉ-Brasil), Centro de Estudos de Energia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Energia), Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Illumina), Fundação COGE, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE), Pacto Global da ONU, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Associação Brasileira de Atividades Nucleares (ABDAN), Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN) e Fundação Abrinq, entre outras.

GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Geração

No desempenho de suas atividades estatutárias de prestação de serviços públicos de energia elétrica, Furnas desenvolve atividades nas áreas de geração e de transmissão de energia elétrica. A tabela a seguir apresenta, por tipo de geração, os principais grupos de empreendimentos em operação, próprios ou de propriedade compartilhada, com as respectivas potências instaladas.

Geração	2017 (MW)	2018 (MW)
Hidráulica		
Regime Concessão Lei nº 12.783/2013	4.617	4.617
Regime Concessão Integral	2.917	2.944
Regime Compartilhamento	1.485	1.485
Em Parceria	8.159	8.684
Eólica		
Em Parceria	187	
Térmica		
Regime Concessão Integral	530	530

Projetos de Geração em Implantação

A Empresa participa, via SPEs, da implantação de 5 parques eólicos, com potência instalada total de 115,2 MW, com as seguintes características principais:

Empreendimento	Participação de Furnas (%)	Município/UF	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Entrada em Operação
São Januário	99,99	Fortim/CE	19,20	9,00	2019
Nossa Senhora de Fátima	99,99	Fortim/CE	28,80	12,80	2019
Jandaia	99,99	Fortim/CE	28,80	14,10	2019
São Clemente	99,99	Fortim/CE	19,20	9,30	2019
Jandaia 1	99,99	Fortim/CE	19,20	9,90	2019

Em agosto de 2018, após atendidas todas as condições prévias constantes do processo de Dação em Pagamento, foram concluídas as transferências das ações de propriedade de Furnas em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) para a *Holding*, em contrapartida à amortização/quitação de dívidas, conforme tabela a seguir:

Valores das SPEs Transferidas à Eletrobras

	R\$ milhões
Geração	
Brasventos Eolo Geradora de Energia	23.637
Brasventos Miassaba 3 Geradora	36.404
Rei dos Ventos e Geradora	22.689
Total Geração	82.730
Transmissão	
Companhia Transleste de Transmissão	16.399
Companhia Tansudeste de Transmissão	11.682
Companhia Transirapê de Transmissão	23.856
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.512
Luziânia – Niquelândia Transmissora S.A.	29.745
Total Transmissão	99.194
Total dos ativos	181.924

O valor de R\$ 181,9 milhões foi utilizado para a quitação de saldos devedores de dois contratos de empréstimos contraídos com a *Holding*.

Segurança de Barragem

As usinas hidrelétricas de Furnas dispõem de planos de segurança de barragens (PSB) que obedecem ao preconizado pela Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Dos planos constam informações gerais, documentação técnica dos empreendimentos, planos e procedimentos, registros e controles, revisão periódica de segurança das barragens, e os planos de ação de emergência (PAEs). Os PAEs são encaminhados às prefeituras e às instituições de defesa civil das áreas onde se localizam as barragens.

Segundo a PNSB, cabe à entidade que concede ou autoriza o uso do potencial hidráulico a fiscalização e ao empreendedor a provisão dos recursos necessários à garantia da segurança da barragem.

O corpo técnico de Furnas realiza inspeções periódicas das estruturas, complementando-as com a análise de registros da instrumentação instalada nas mesmas objetivando a verificação e garantia contínua dos critérios de segurança consolidados no projeto. Os resultados são compilados em relatórios de inspeção técnica e de estudos de comportamento, com frequências compatíveis às características de cada empreendimento, disponíveis para apreciação de conformidade pelos órgãos reguladores, em específico a ANEEL.

As usinas do Sistema Furnas de geração atendem os ditames de segurança operacional, em conformidade com a Lei de Segurança de Barragem, ratificada a partir da Resolução Normativa ANEEL nº 696.

Transmissão

Entre os empreendimentos construídos e operados por Furnas, destaca-se o sistema de transmissão de Itaipu, integrado por três troncos de transmissão em corrente alternada (750 kV) e duas linhas em corrente contínua (± 600 kV), necessárias para contornar as diferentes frequências utilizadas por Brasil e Paraguai. Os troncos de transmissão em corrente alternada são compostos por nove linhas de transmissão que ligam Foz do Iguaçu, Ivaiporã, Itaberá e Tijuco Preto. Já as linhas de corrente contínua interligam diretamente Foz do Iguaçu a Ibiúna. A distância cruzada por esses sistemas, entre os Estados do Paraná e São Paulo, é de aproximadamente 900 km.

O parque de transmissão de Furnas apresenta capacidade de transformação de 134.634 MVA, decorrente da operação das 75 subestações próprias ou em parcerias via SPEs.

Subestações	2018
Regime Concessão Lei nº 12.783/2013	43
Regime Concessão Integral	11
Em Parceria/SPEs	21

As linhas de transmissão operadas pela Empresa alcançam 29.420 km de extensão, distribuídas ao longo de 4 regiões geográficas do País, a saber: Norte, Sul, Sudeste e Centro Oeste.

Linhas de Transmissão (km)	2018
Regime Concessão Lei nº 12.783/2013	20.416
Regime Concessão Integral	1.609
Em Parceria/SPEs	7.395

O detalhamento da estrutura operacional de Furnas é encontrado na Nota Explicativa 2 deste Relatório.

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (O&M)

Operação do Sistema

A operação do sistema elétrico por Furnas tem sido caracterizada pela busca contínua do aprimoramento de seus processos e atividades com o objetivo de preservar a confiabilidade e qualidade do fornecimento de energia elétrica em toda a sua área de atuação.

O sistema de transmissão é supervisionado, de forma geral, pelo Centro de Operação do Sistema, localizado no Escritório Central, no Rio de Janeiro, em articulação com os centros de operação regionais. Informações das mais remotas áreas são transmitidas por meio de tecnologias de comunicação aos centros de operação, que dispõem de um panorama *online* completo de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN), utilizando sistemas computacionais em tempo real e tecnologias *videowall* de última geração.

Para que a confiabilidade e qualidade sejam o diferencial dos serviços prestados, a qualificação de pessoas e o desempenho de equipamentos e instalações são alvo de máxima atenção da direção da Empresa.

Furnas mantém um programa de modernização das instalações para atendimento aos requisitos estabelecidos pelos Procedimentos de Rede, tendo como exemplo projetos de revitalização e reforço no âmbito da geração e transmissão de energia, com destaque para as melhorias nos esquemas de proteção e controle de equipamentos.

Ocorrências Meteorológicas Severas

Furnas enfrentou dois eventos de queda de torres de transmissão e/ou danos a linhas, provocados por condições meteorológicas extremas, sucintamente descritas a seguir.

Data	Horário	Ocorrência	Normalização	
			Horário	Data
15.09.2018	22h58	Desligamento da LT 345 kV Furnas– Itutinga, C1, sendo constatada queda de 3 torres (T. 218 a 220)	18h14	22.09.2018
06.12.2018	18h27	Desligamento da LT 230 kV Rio Verde – Rondonópolis, sendo constatada a queda de 2 torres (T. 211 e 212).	13h51	12.12.2018

Nenhum dos dois desligamentos acarretou corte de carga no SIN.

Para cada uma das ocorrências, Furnas acionou seu Plano de Atendimento a Emergências (PAE) de linhas de transmissão, mobilizando grande contingente de profissionais para o atendimento adequado.

Os serviços para restabelecimento das torres danificadas foram realizados com agilidade, sem comprometer a segurança dos trabalhadores e sem acidentes.

Situação Hidrológica dos Reservatórios de Furnas

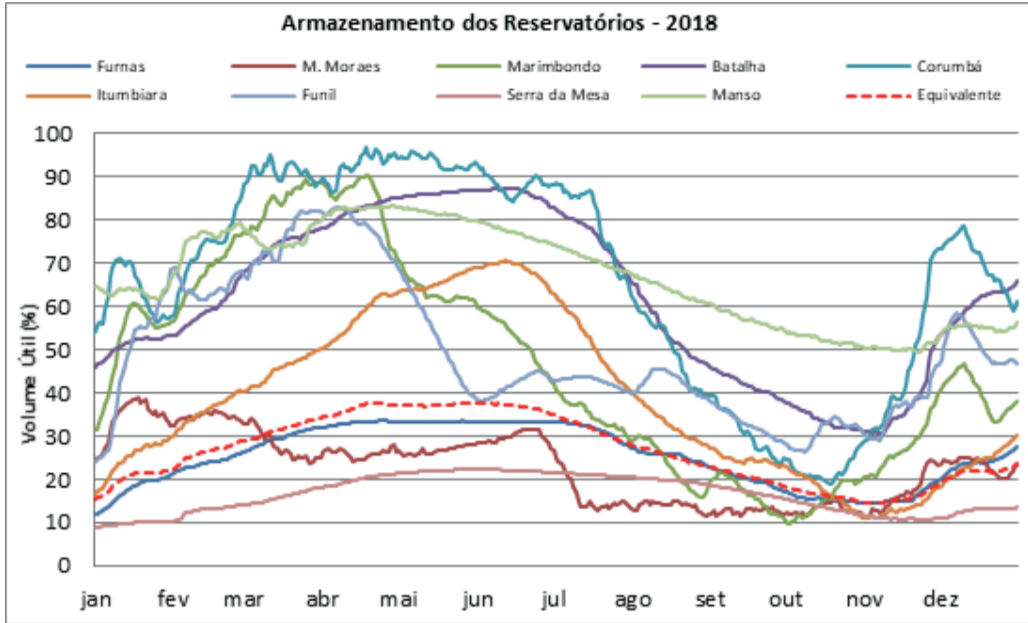
O ano de 2018 caracterizou-se pela recuperação do armazenamento dos maiores reservatórios de acumulação da Empresa em relação ao ano anterior.

Ao final do exercício, os níveis de armazenamento eram da ordem de 28% no reservatório da UHE Furnas, 30% no da UHE Itumbiara, 47% no da UHE Funil, 13% no da UHE Serra da Mesa e 56% no da UHE Manso. O reservatório equivalente, que é a representação do volume total de água armazenada nos reservatórios das hidrelétricas de Furnas, encerrou o período com 24% de capacidade, acima dos 15% observados no final de 2017.

Os reservatórios das UHEs Furnas, Itumbiara, Funil, Serra da Mesa e Manso são de regularização anual e operam armazenando água durante o período chuvoso (novembro a abril) para utilização no período de estiagem (maio a outubro). Esse procedimento permite que as usinas produzam a quantidade necessária de energia elétrica durante todo o ano, além de fornecerem água para que outras usinas a jusante também possam operar.

As usinas são componentes do SIN e sua operação é planejada e programada em conjunto com o ONS. No caso das hidrelétricas, o nível do reservatório e a energia despachada são definidos pelo ONS, que opera o conjunto de reservatórios brasileiros de forma integrada com o objetivo de garantir a segurança energética a menores custos.

Situação Hidrológica dos Reservatórios de Furnas



Manutenção do Sistema

Com o objetivo de aumentar a disponibilidade dos equipamentos, com reflexo direto na confiabilidade operacional do SIN, Furnas procura aliar a experiência de seu corpo técnico a rigorosos procedimentos de manutenção. A Empresa adota a filosofia de Manutenção Centrada na Confiabilidade (MCC), que consiste na aplicação de método estruturado para estabelecimento da melhor estratégia de manutenção para um sistema ou equipamento.

Na MCC são identificadas as funções e padrões de desempenho dos equipamentos e realizados o levantamento e detalhamento dos modos de falha, suas causas prováveis e suas consequências. Desta forma, as estratégias de manutenção preditiva, preventiva, corretiva e detectiva podem ser aplicadas de modo a otimizar a segurança, disponibilidade e eficiência de instalações e equipamentos.

No atual cenário, em que recursos humanos e materiais para a manutenção são cada vez mais escassos, é fundamental investir em inovação. A introdução do conceito de Gestão de Ativos visa à automação, normatização e padronização dos processos de manutenção, com foco em resultados e redução de custos e risco. Em outras palavras, objetiva fazer mais e com melhor qualidade que antes, ainda que com menos pessoas e menor consumo de recursos.

Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão - PGET

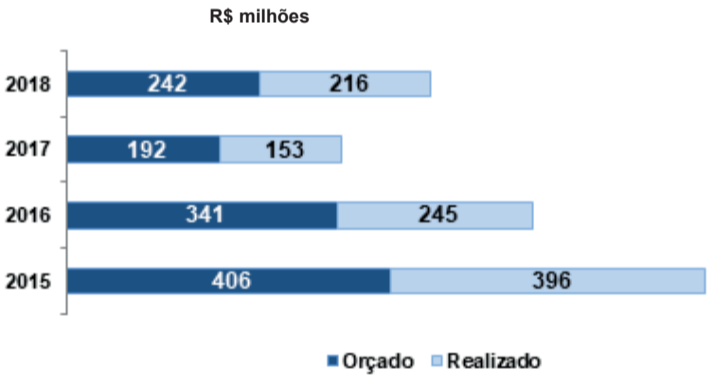
O Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET) é um ambicioso programa de modernização do sistema de transmissão de Furnas, na busca pela excelência operacional. O programa engloba a aquisição de novos equipamentos de transformação e de controle de tensão e a implantação de melhorias e reforços, destacando-se a modernização dos sistemas de proteção e dos equipamentos de manobra.

Os empreendimentos estão agrupados em quatro segmentos baseados em critérios definidos pela ANEEL: proteção e controle; substituição de equipamentos; reforços de transmissão; e modernização do sistema de transmissão e substituição de equipamentos em final de vida útil.

Visando implantar, no parque transmissor existente, reforços autorizados pela ANEEL e melhorias identificadas por Furnas como necessárias à segurança e confiabilidade do sistema, foram investidos, em 2018, no âmbito do PGET, R\$ 216,1 milhões.

Destacamos ainda, no ano de 2018, a instalação de 512 novos equipamentos dentre os quais 293 equipamentos em atendimento às diversas Resoluções Autorizativas da ANEEL, com receita prévia ou a ser definida na revisão tarifária. Esses esforços proporcionaram a conclusão dos empreendimentos nas subestações Adrianópolis, Brasília Sul, Campinas, Campos, Ibiúna, Mascarenhas de Moraes, São José e Serra da Mesa.

No quadriênio 2015 - 2018 foram realizados investimentos de aproximadamente R\$ 1.010 milhões envolvendo 2.553 equipamentos.



COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

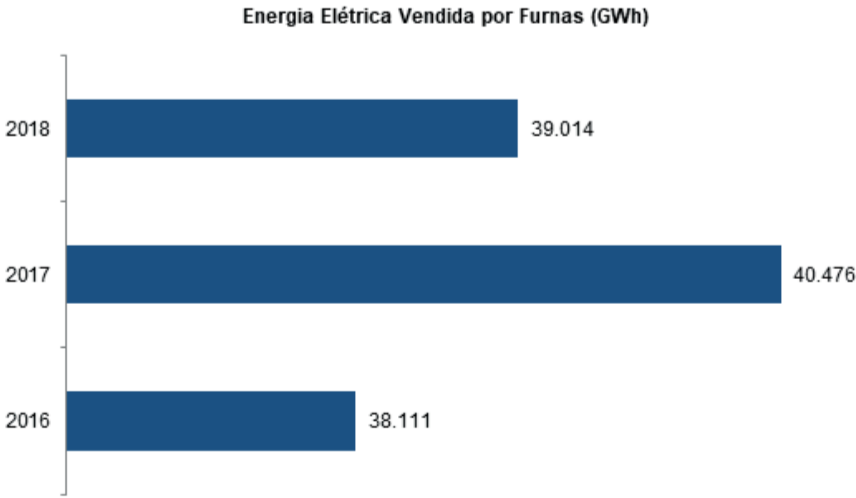
Visando maximizar seus resultados, Furnas sempre persegue a melhor estratégia de comercialização, considerando as análises de riscos nos diversos cenários do mercado de energia, contemplando as incertezas inerentes a cada negócio e diversificando seu portfólio de contratos. Vêm sendo estabelecidas estratégias de participação nos diversos certames, contemplando suas especificidades, de modo a ganhar competitividade nos ambientes de comercialização de energia.

A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadores e consumidores livres de todo o território nacional.

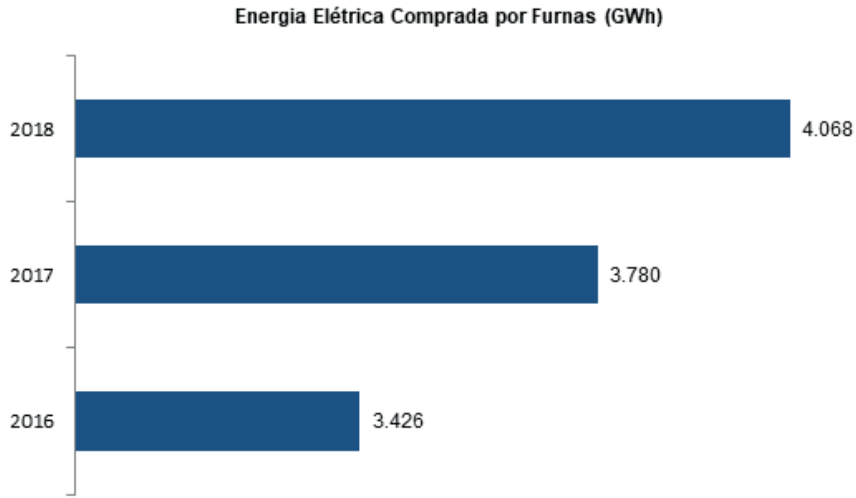
Os contratos de compra de energia de longo prazo são apresentados a seguir.

	2018	2017	2016
Serra da Mesa	328,1	345,0	345,0
Manso	3,5	3,5	3,5
Outros	132,8	76,9	42,3
Total	464,5	425,4	390,7

O total de energia elétrica vendida por Furnas, em 2018, foi de 39.014 GWh, o que representa decréscimo de 3,6% em relação a 2017, porém o faturamento foi 4,8% maior, totalizando R\$ 5,21 bilhões em 2018. O gráfico a seguir apresenta a evolução da energia vendida.



Em 2018, Furnas comprou 4.068 GWh de energia (acréscimo de 7,6% em relação à quantidade de energia comprada em 2017), ao custo de R\$ 693,4 milhões (13,6% menor do que o custo de 2017, R\$ 803,1 milhões).



Tendo em vista a prorrogação da concessão das UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá I, a comercialização de suas respectivas energias se dá, desde 1º de janeiro de 2013, por meio do rateio de cotas entre as distribuidoras do SIN, e da aplicação de tarifas definidas pela ANEEL.

Em 2015, foi publicada a Lei nº 13.182/2015, alterada posteriormente pela Lei nº 13.299/2016, autorizando Furnas a participar do Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste (FESC), criado com o objetivo de prover recursos para empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica, respeitado o percentual de 50% nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

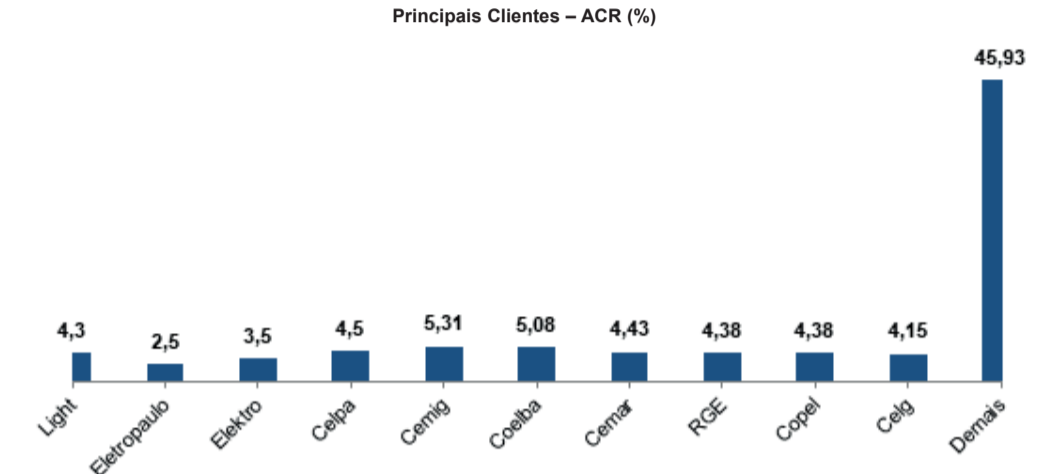
A Lei estabeleceu prazos e condições (periodicidade de leilões a serem promovidos por Furnas, preços de referência, montantes, decaimento contratual, etc.) para celebração de contratos de suprimento de energia elétrica entre Furnas e consumidores finais com unidades consumidoras localizadas no submercado Sudeste/Centro-Oeste, tendo como lastro a garantia física da UHE Itumbiara, observando a destinação de parte da receita contratual ao FESC a partir de março de 2020. Tendo já promovido leilões e celebrado diversos contratos com os referidos consumidores, Furnas faz jus à prorrogação da concessão da UHE Itumbiara por 30 anos, a partir da data de encerramento original da concessão (abril de 2020).

Em 2016, a ANEEL anuiu ao pedido de repactuação do risco de GSF para as UHEs Manso, Simpício, Batalha, Mascarenhas de Moraes, Serra da Mesa e Itumbiara, que vinha acarretando, desde 2014, significativos ônus a Furnas.

A repactuação, em conformidade com a Resolução ANEEL nº 688/2015, prevê a transferência integral, às distribuidoras de energia, dos ônus (GSF) e dos bônus (energia secundária) atinentes ao risco hidrológico aplicável às usinas hidrelétricas de Furnas, tendo como contrapartida pagamento de prêmio de risco de R\$ 9,50 / MWh (referência Jan/2015), a partir de julho de 2020.

Em termos da base de diversificação de clientes, o risco de inadimplência é bem diluído, pois a Empresa detém 256 contratos bilaterais celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), entre eles grandes consumidores e as principais comercializadoras de energia do País. Além disso, conta com 306 contratos no regime de cotas de garantia física, com as principais empresas de distribuição de energia.

No âmbito regulado (ACR + cotas de garantia física), Furnas obteve receita em 2018 de aproximadamente R\$ 3,25 bilhões, resultantes do relacionamento comercial com 51 concessionárias. Cabe destacar que 10 concessionárias respondem por 52,6% desse montante, restando evidente a pulverização dos clientes, o que mitiga eventuais riscos de inadimplemento. O gráfico a seguir demonstra essa diversificação.



Comercialização da Transmissão

No que tange à transmissão, a comercialização é realizada segundo duas modalidades, no ambiente de serviço público (concessão) e no ambiente de interesse exclusivo do acessante (outras receitas).

A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão (CTT). O Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) regula as condições técnicas e comerciais relativas à disponibilidade das instalações de transmissão para a operação interligada.

O CTT também prevê o compartilhamento, com outros concessionários, de instalações e infraestrutura, bem como o acesso de usuários do sistema de transmissão. Estão incluídos nesta categoria os Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI) e os Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT).

O CTT permite o desenvolvimento de outras atividades mediante recebimento de receitas que não fazem parte da prestação do serviço público regulado pela ANEEL, regido por instrumento contratual próprio a título oneroso. Nesta categoria estão incluídos os Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) e os Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM).

A tabela a seguir apresenta a evolução da receita dos contratos de transmissão nos dois últimos anos, especificada por tipo de contrato:

Contrato	2018	2017
Natureza do Contrato		
Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)		
Encargos Definidos por Resolução Homologatória da ANEEL	105.430	49.313
Furnas Geração ⁽¹⁾	26.893	17.390
Encargos Negociados entre as partes	22.730	25.625
Total CCT	155.054	92.328
Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI)	12.222	8.322
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM)	1.983	868
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação (CPSOM)	4.779	4.654
Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) ⁽²⁾	4.914.835	3.199.360
Total Geral	5.088.872	3.305.531

⁽¹⁾ Parcela devida por Furnas Geração a Furnas Transmissão (Resolução Homologatória ANEEL nº 2.258/2017 e Resolução Homologatória ANEEL nº 2.408/2018).

⁽²⁾ Inclui a receita dos empreendimentos Ibiúna-Bateias, Macaé-Campos C3, Ouro Preto 2 – Bom Despacho 3, Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste, Mascarenhas-Linhares e Zona Oeste.

O Contrato de Concessão nº 062/2001, para transmissão de energia elétrica, foi prorrogado nos termos da Lei nº 12.783/2013, de forma que o serviço de transmissão passou, então, a ser remunerado apenas pelas parcelas de operação e manutenção do sistema. No presente momento, a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.408/2018 estabelece as receitas de transmissão para o ciclo tarifário 2018/2019.

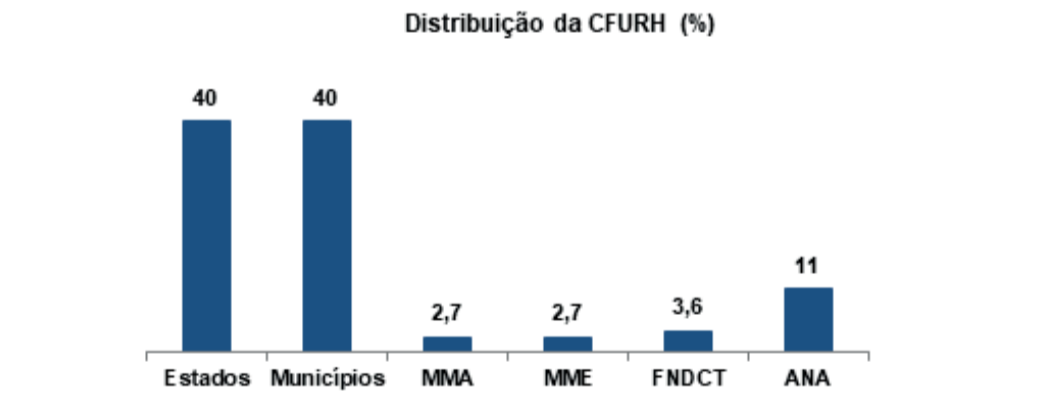
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS (CFURH)

A CFURH é um encargo setorial pago pelas concessionárias de geração hidrelétrica e demais empresas autorizadas a produzir energia hidrelétrica, em virtude da utilização dos recursos hídricos.

Em 2018, o valor total pago por Furnas foi de R\$ 113,5 milhões. Deste total, e conforme legislação vigente, 11% foram repassados à Agência Nacional de Águas (ANA). Os restantes 89% são distribuídos pela ANEEL da seguinte forma: Estados (45%), Municípios (45%) e União (10%).

A parte que cabe à União é dividida entre os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e de Minas e Energia (MME), que recebem 30% cada, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que recebe 40%.

A divisão final do total dos recursos da CFURH tem a seguinte configuração:



Furnas também possui participação acionária em oito usinas hidrelétricas, que desembolsaram pela utilização dos recursos hídricos em 2018 o total de R\$ 164 milhões. São elas, com os respectivos percentuais de participação: Baguari (15%) e Retiro Baixo (49%), em Minas Gerais; Peixe Angical (40%), no Tocantins; Foz do Chapecó (40%), entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Serra do Facão (49,5%), em Goiás; Santo Antônio (39%), em Rondônia; Teles Pires (24,5%), entre Mato Grosso e Pará; e Três Irmãos (49,9%), em São Paulo.

INDENIZAÇÃO E PROCESSOS TARIFÁRIOS

Ativos de Transmissão e de Geração Prorrogados

Em 2018, o pagamento do valor residual dos ativos de transmissão considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 - Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) completou o primeiro ciclo de recebimento, na forma do Despacho ANEEL nº 1.779/2017, que excluiu provisoriamente a parcela de remuneração (Ke) do pagamento, em razão de decisão judicial liminar proferida a favor da ABRACE e Outros. Não houve qualquer alteração judicial ou regulatória em 2018 quanto à definição sobre a forma de pagamento da referida parcela.

Quanto à indenização dos investimentos em melhorias e modernizações de usinas prorrogadas conforme a Lei nº 12.783/2013, Furnas apresentou, em 2015, o Relatório dos Investimentos, com indicação do montante de R\$ 1.312 milhões, referidos a dezembro de 2012, como valor base para a indenização complementar.

A Agenda Regulatória da ANEEL para o biênio 2018-2019 previa para o primeiro trimestre de 2019 a revisão da Resolução Normativa nº 596/2013 que regulamenta os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados. Dessa forma, em fevereiro de 2019, a ANEEL instaurou a Audiência Pública nº 003/2019 para tratar o tema.

Revisão Tarifária Periódica das Receitas Anuais das Transmissoras

Em 2018, Furnas participou ativamente do processo de revisão tarifária, por meio dos debates setoriais, com o intuito de contribuir para a construção de uma regulamentação justa e eficiente na definição da Receita Anual Permitida (RAP) de Operação e Manutenção, assim como para o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) dos projetos e da Base de Remuneração Regulatória (BRR).

A Audiência Pública nº 41/2017 tratou do aprimoramento da regulamentação da revisão tarifária periódica das concessionárias de transmissão, e foi dividida em três fases pela ANEEL. Como resultado da primeira e segunda fase, foram aprovados os critérios e os procedimentos para o processo de revisão periódica das RAPs, para apuração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e Outras Receitas.

Quanto ao processo de definição da receita de melhorias de pequeno porte foi proposto o estabelecimento de uma receita fixa para cobertura das mesmas ao longo do ciclo tarifário de cinco anos, com previsão de reavaliação periódica na revisão tarifária subsequente. A metodologia ainda está sujeita à deliberação da ANEEL.

No que tange aos aspectos de custo do AO&M, que levam em conta o reconhecimento da função controle de tensão executada por equipamentos de compensação reativa, o tema faz parte dos debates que estão sendo tratados na 2ª e na 3ª fase da Audiência Pública nº 041/2017. Na proposta apresentada pela ANEEL, os equipamentos de controle de tensão serão considerados no cálculo do Custo Operacional Regulatório, mediante novos critérios específicos do regulador.

O resultado da Audiência Pública ainda não foi deliberado pela ANEEL. Dessa forma, a revisão tarifária prevista para julho de 2018 foi adiada para julho de 2019.

Banco de Preços de Referência

A ANEEL instituiu a Audiência Pública nº 31/2018, com vistas a colher subsídios para definir a metodologia para atualização do Banco de Preços de Referência. Esse banco é necessário para a precificação da Base de Remuneração Regulatória para a Revisão Tarifária, sendo também utilizado nos processos de autorização, licitação, e no reajuste tarifário da transmissão, para cálculo dos investimentos em melhorias e reforços de pequeno porte.

Até abril de 2019, Furnas protocolará o laudo de avaliação de seus ativos, e então será possível avaliar o impacto do novo banco de preços, deliberado pela ANEEL, para a Empresa.

Custo Médio Ponderado de Capital Regulatório (WACC) – Geração e Transmissão

Em agosto de 2018, foi instaurada a Consulta Pública nº 15/2018, visando coletar subsídios para o aprimoramento da metodologia de cálculo da Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC) dos setores de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica. Conforme previsto na Agenda Regulatória da ANEEL 2019-2020, o assunto será tratado ao longo de 2019, com resultado previsto para o terceiro trimestre.

Revisão Tarifária Periódica das Receitas Anuais de Geração em Cotas - GAG Melhoria

A Resolução Normativa nº 818/2018 aprovou os Submódulos 12.1 e 12.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET) que regulamentam a revisão da receita anual de geração das usinas hidrelétricas enquadradas no regime de cotas de garantia física e potência da Lei nº 12.783/ 2013.

A grande novidade de 2018 foi o estabelecimento de uma parcela, na Receita Anual de Geração, denominada ‘custos de capital associados aos investimentos em melhorias’ – GAG melhoria, que é um valor regulatório a ser recebido mensalmente pelas Geradoras Cotistas, ao longo da Concessão, para fazer face à necessidade de investimentos em melhorias.

A revisão da RAG ocorreu em 1º de julho de 2018 e o recebimento de GAG melhoria se deu no âmbito do reajuste tarifário 2018. O montante total recebido no ano de 2018, referente a GAG Melhoria, foi de R\$ 173 milhões.

GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES

Furnas participa diretamente de 26 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e tem aprimorado continuamente os mecanismos de gestão, dentre eles o mapeamento de processos, a consolidação de instrumentos normativos e do sistema informatizado para suporte aos gestores de Furnas e profissionais que desempenham as funções de conselheiros fiscais e de administração nessas SPEs.

Em 2018, Furnas aprimorou o aplicativo para celular móvel de maneira a viabilizar o acesso a informações técnicas e de governança dos empreendimentos em participação.

No sentido de melhorar o desempenho das SPEs, o processo de recebimento das informações para o acompanhamento mensal das companhias foi automatizado. Além disso, todos os Planos de Negócios das Companhias foram atualizados e/ou revisados, baseados em parâmetros estabelecidos com o objetivo de acompanhamento e gestão do negócio.

Em 2018, houve a continuidade dos esforços para a consolidação das SPEs em *holdings* e as Sociedades Itaguaçu da Bahia, Famosa, Famosa III, Acaraú, Baleia, Punaú e Fortim tiveram suas participações acionárias transferidas para a Brasil Ventos, subsidiária integral de Furnas.

A redução da carteira para 26 sociedades ocorreu também por meio de dação em pagamento à Eletrobras, em agosto de 2018, da participação nas seguintes sociedades: Centroeste de Minas, Luziânia – Niquelândia, Transirapé, Transleste, Transudeste e Brasventos.

Os bons resultados dessas estratégias já podem ser observados. Os benefícios provenientes de ações de redução de capital e de recebimento de dividendos atingiram R\$ 227 milhões e importantes empreendimentos foram concluídos, com destaque para:

UHE	Concessionária	Potência (MW)	UF
São Manoel (PA) – 04 UGs (1)	Empresa de Energia São Manoel S.A.	700	MT/PA
LT/SE	Concessionária	Tensão (kV)	Extensão (km)
LT Luziânia – Brasília Leste (C1 e C2)	Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	500	67 (C1) e 67 (C2)
SE Brasília Leste	Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	500/138	

(1) Uma UG (175 MW) já havia entrado em operação em 2017.

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (P&D+I)

Para fazer frente aos desafios impostos pelas mudanças regulatórias no setor elétrico, a gestão da inovação em Furnas tem passado por aprimoramentos constantes, nos quais a visão estratégica, sustentada por forte integração com as áreas técnicas, propiciaram um melhor acompanhamento dos projetos, com a efetiva internalização, na Empresa, de tecnologias e novos conhecimentos.

O processo de reestruturação de Furnas veio dar tratamento mais estratégico a P&D+I, tendo como objetivo principal e permanente transformar os estudos realizados em novos serviços ou produtos patenteados e, com isto, agregar vantagem competitiva à Empresa. A prioridade são projetos com foco em sustentabilidade, ligados a fontes limpas de geração de energia elétrica, com abertura de novos nichos de mercado ou aprimoramento dos negócios atuais.

Nos últimos dois anos a Empresa realizou chamadas públicas de projetos de pesquisa que resultaram na apresentação de 188 propostas. A Empresa captou propostas com a participação de indústrias, *startups*, além de instituições de ensino e pesquisa de todas as regiões do País. O processo de coleta pública de ideias junto aos colaboradores de Furnas e ao público externo, continua sendo monitorado permanentemente.

Esse processo propicia novas parcerias com instituições de ensino e centros de pesquisa, além de empresas de base tecnológica. Desde então, foram contratados projetos avançados de P&D+I, diversos deles visando ao aproveitamento sustentável de recursos naturais para geração de energia, desenvolvimento de projetos inovadores em geração de energia fotovoltaica e energia eólica, bem como um projeto para possibilitar a transmissão de grandes blocos de energia a longas distâncias com reduzida faixa de passagem. Entre as diversas áreas, destacam-se:

- armazenamento de energia;
- turbina eólica vertical;
- gestão de reservatórios de usinas hidrelétricas;
- recuperação energética de resíduos sólidos urbanos;
- mobilidade com tecnologia elétrica e híbrida;
- geração de energia fotovoltaica e eólica.

Merece destaque o projeto, ora em desenvolvimento, “Aproveitamento energético e geração de energia elétrica de resíduos sólidos urbanos a partir de reator termoquímico”, em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia, bem como o desenvolvimento dos Ônibus Híbridos a Hidrogênio/Etanol e 100% Elétrico.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Destaques do Resultado 2018

Furnas apresentou Lucro Líquido de R\$ 1.071 milhões, tendo sido influenciado, principalmente, pelos destaques apresentados abaixo:

Destaques Positivos

- Implantação do Plano de Demissão Consensual (PDC), com redução de R\$ 70 milhões na folha de pagamento;
- Aumento da Receita Anual de Geração relacionada a GAG Melhoria em, aproximadamente, R\$ 173 Milhões e o respectivo registro de provisão para os investimentos futuros em torno de R\$ 53 Milhões;
- Redução de custos e despesas de Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO) com a continuidade do Programa de Orçamento Base Zero (OBZ) de aproximadamente de R\$ 130 milhões;
- Decréscimo no Endividamento em R\$ 1.512 milhões;
- Reversão das provisões de *impairment* dos ativos próprios em R\$ 69 milhões;
- Reversão das provisões de *impairment* das SPEs em R\$ 254 milhões e
- Celebração do Termo de Adesão ao Acordo de Leniência, firmado em 31 de dezembro, entre a Eletrobras, Ministério da Transparência, CGU e Odebrecht, com a intervenção da AGU, para fins de ressarcimento, beneficiando Furnas no valor de R\$ 118 milhões.

Destaques Negativos

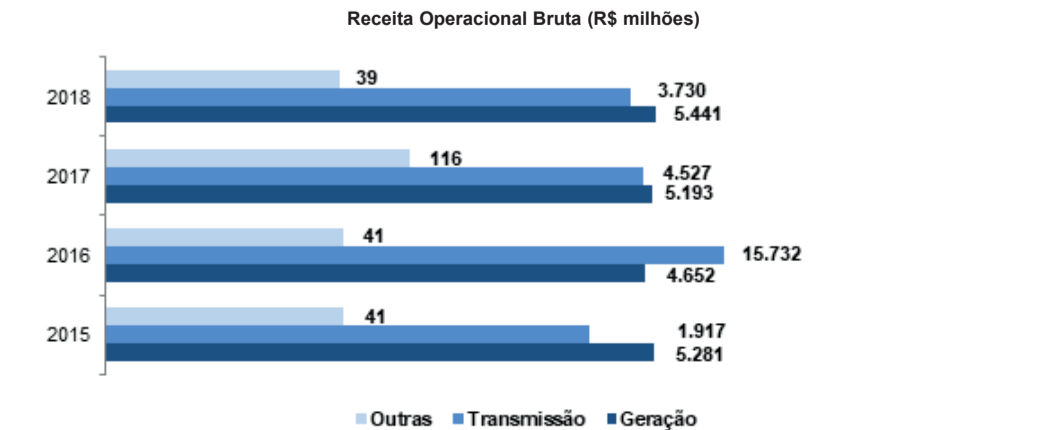
- Implementação de nova metodologia de cálculo da receita para os ativos de transmissão (adoção do IFRS 9 e 15) impactando negativamente a receita da RBSE em R\$ 815 milhões;
- Redução de R\$ 932 milhões (11%) na Receita Operacional Líquida, com relação ao período anterior, devido ao impacto do IFRS15 e pelo aumento na base de Impostos e Encargos Setoriais e
- Constituição de provisão relativa às ações fiscais, trabalhistas e cíveis no valor de R\$ 309 milhões.

Receita Operacional Bruta

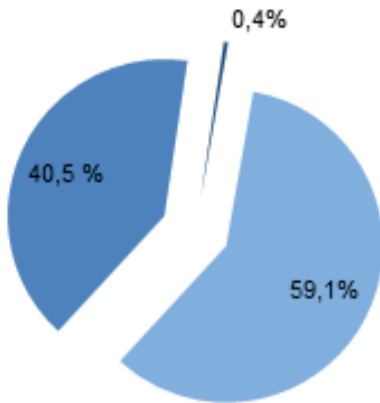
A Receita Operacional Bruta em 2018 foi de R\$ 9.210 milhões representando uma redução de 6,4% em relação ao exercício anterior, quando foi registrado o montante de R\$ 9.836 milhões.

As Receitas de Geração apresentaram um crescimento de 4,8 %, passando de R\$ 5.193 milhões em 2017 para R\$ 5.441 milhões em 2018, devido à celebração de novos Contratos no Ambiente de Contratação Livre (ACL); atualização dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) vinculados à energia existente pelo IPCA; incremento da receita de O&M das usinas renovadas pela Lei nº 12.783/2013, que passou de R\$ 845 milhões em 2017 para R\$ 1.006 milhões em 2018, influenciada, principalmente, pelo acréscimo de GAG melhoria.

A opção por alterar a metodologia de cálculo da receita para os ativos de transmissão impactou, negativamente, a Receita de Transmissão, mais precisamente o valor do cálculo econômico da RBSE (*fair value*), no montante de cerca de R\$ 815 milhões, sem, no entanto, influenciar fluxos financeiros projetados para o recebimento dos valores dessa receita na caixa de Furnas.



Composição da Receita Bruta - 2018



Custos e Despesas Operacionais

Os custos operacionais atingiram o montante de R\$ 4.468 milhões, sendo que o custo de operação (que envolve as rubricas PMSO, depreciação, amortização, combustível e outros) totalizou R\$ 2.871 milhões, representando uma redução de 12,6% em relação ao período anterior. Destaca-se que a rubrica de Pessoal (P), cujo valor passou de R\$ 1.561 milhões em 2017 para R\$ 1.107 milhões em 2018 (PDC e OBZ), apresentou uma redução percentual de 29%.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais passaram de R\$ 779 milhões em 2017 para R\$ 397 milhões em 2018, apresentando uma redução de 49% em 2018.

Os principais motivos para a reversão operacional foram devidos à realização dos testes de *impairment* dos ativos corporativos, dos testes de *impairment* das SPEs de Furnas e resultados dos testes de onerosidade de ativos da Companhia.

Em relação à reversão de contratos onerosos, destacamos UTE Santa Cruz e UHE Funil.

Quanto aos ativos próprios, destacamos a reversão das UHEs Simplicio e Batalha, que em conjunto reverteram R\$ 88 milhões.

Para as SPEs controladas por Furnas, destaca-se a Transenergia Goiás (TGO) que reverteu o montante de R\$ 102 milhões em 2018.

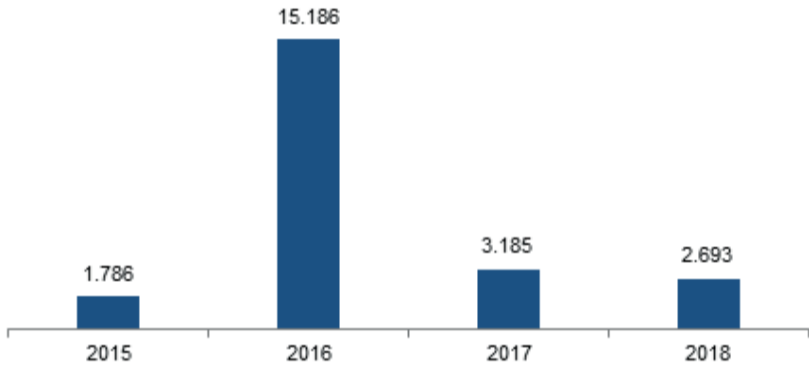
EBITDA

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, calculada segundo a metodologia constante na Instrução CVM 527/12, atingiu cerca de R\$ 2.693 milhões, ou seja, houve queda de 15,4% com relação a 2017 (R\$ 3.185 milhões), devido, principalmente, ao Resultado de Equivalência Patrimonial.

Evolução do EBITDA - Critério CVM (R\$ milhões)

	2015	2016	2017	2018
EBITDA critério CVM				
Lucro (prejuízo) do exercício (consolidado)	(70)	9.451	1.422	1.071
(+) Tributos sobre o lucro	310	4.474	602	597
(+) Resultado financeiro líquido	1.302	981	890	764
(=) LAJIR ou EBIT	1.542	14.906	2.914	2.432
(+) Depreciação e amortização	245	280	271	261
(=) LAJIDA ou EBITDA	1.786	15.186	3.185	2.693

Evolução EBITDA - Critério CVM (R\$ milhões)



Para a análise da geração operacional de caixa, sem a influência dos principais efeitos não recorrentes (seguro de risco hidrológico, despesa operacional extraordinária do PDC, contingências, contratos onerosos, *impairment*, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa – PECLD e Receita oriunda da RBSE), apresenta-se, a seguir, o cálculo do EBITDA Gerencial:

EBITDA Gerencial (R\$ milhões)

EBITDA Gerencial	2018
EBITDA	2.693
(-) RBSE	1.362
(-) Provisões e PAE/PDC	(261)
(-) Risco Hidrológico	(65)
(=) EBITDA Gerencial	1.657

Resultado Financeiro

Em que pese o resultado financeiro negativo de R\$ 764 milhões em 2018 houve uma recuperação de 14% em relação ao resultado financeiro de 2017, também negativo, de R\$ 890 milhões, justificada pela:

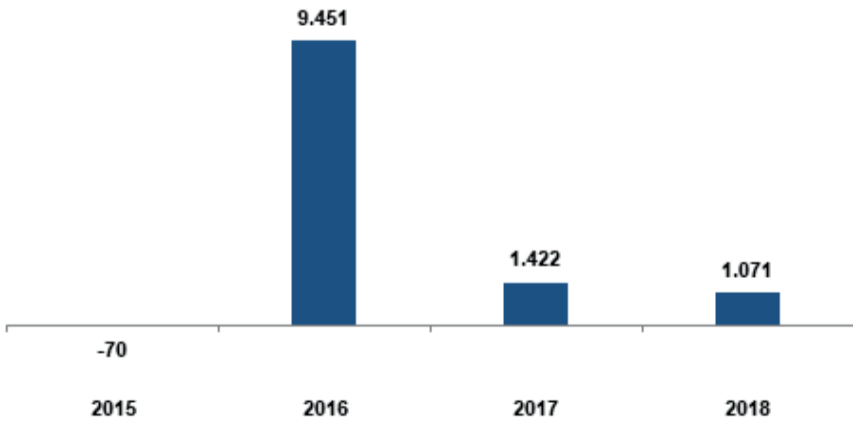
- Receita Financeira: acréscimo de R\$ 118 milhões, passando de R\$ 170 milhões (2017) para R\$ 288 milhões (2018).
- Despesa Financeira: ligeiro decréscimo de R\$ 8 milhões, passando de R\$ 1.060 milhões (2017) para R\$ 1.052 milhões (2018).

O aumento da Receita Financeira com relação ao ano de 2017 deve-se, principalmente, ao Termo de Adesão ao Acordo de Leniência firmado, em 31 de dezembro, entre a Eletrobras, Ministério da Transparência, CGU e Odebrecht, com a intervenção da AGU, para fins de ressarcimento, beneficiando Furnas no valor de R\$ 118 milhões, a serem recebidos em 21 (vinte e uma) parcelas anuais, corrigidas pela SELIC, a partir de outubro de 2019.

Resultado Líquido do Exercício

O Lucro Líquido consolidado (LL) do exercício de 2018 foi de R\$ 1.071 milhões, representando uma redução de 25% em relação a 2017, cujo valor foi de R\$ 1.422 milhões.

Evolução Resultado Líquido (R\$ milhões)



Endividamento

Durante o exercício de 2018 foram realizadas duas operações de rolagem de dívida no valor total de R\$ 780 milhões, sendo R\$ 750 milhões com o Banco do Brasil e R\$ 30 milhões com o Banco ABC, sem contração de nenhuma nova dívida.

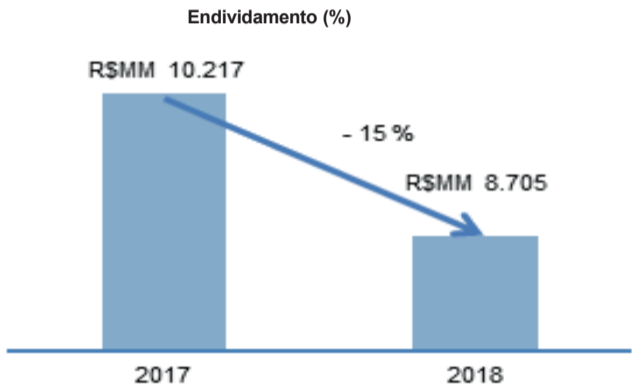
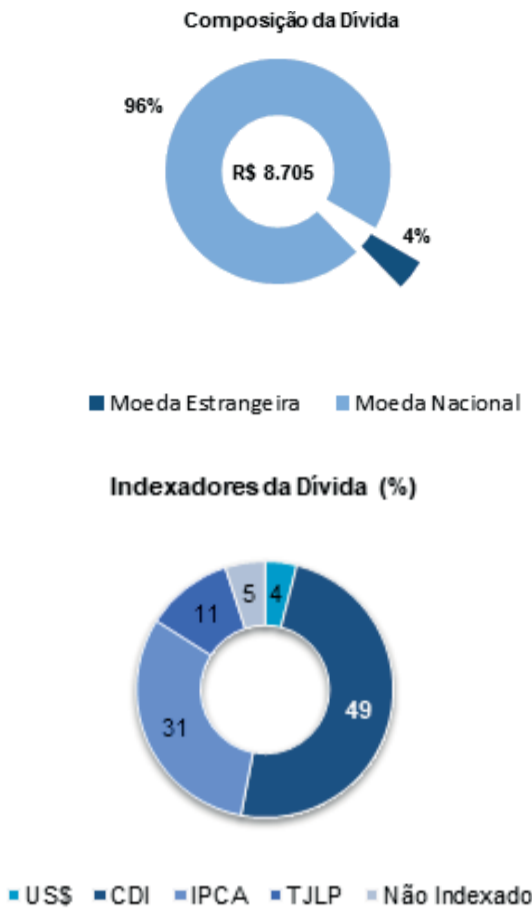
Além disso, em decorrência da celebração do Instrumento Particular de Dação em Pagamento com a Eletrobras, em agosto de 2018, Furnas amortizou R\$ 182 milhões em dívidas contratadas com a própria *Holding* e aguarda a finalização do processo de desinvestimento para amortizar adicionalmente o valor compreendido entre o valor contábil e o valor alienado a terceiros.

Furnas iniciou em 2018 o processo de estruturação e emissão de cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) no valor de até R\$ 600 milhões, com o objetivo de liquidar, antecipadamente, dívidas mais onerosas, alongar o perfil da dívida e aumentar a liquidez de curto prazo.

O atual endividamento está demonstrado no quadro a seguir, segregados por credor, moeda, indexador e cronograma de pagamento:

	R\$ milhões Saldo em 31.12.2018
Credor	
Eletrobras (Moeda Nacional)	2.945
Caixa Econômica Federal (CEF)	2.224
Banco do Brasil	1.313
BNDES	861
State Grid	386
BID (Moeda Estrangeira)	381
Cessão de Crédito	190
Outros	405
Total	8.705

Os principais credores são Eletrobras, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, que representam 74% do endividamento total. Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento financeiro de Furnas foi reduzido de R\$ 10.217 milhões para R\$ 8.705 milhões, possuindo a seguinte configuração:



Programa de Investimentos e Inversões Financeiras

Os quadros a seguir demonstram os investimentos realizados em 2018, tanto nos empreendimentos corporativos, quanto em parcerias (inversões financeiras), com destaque nas inversões para a UHE Santo Antônio, responsável por 47% dos aportes de capital próprio de Furnas.

Investimentos Corporativos (realizado)

	R\$ milhões
Geração	199
Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica	65
Implantação do complexo UHE Simplicio / PCH Anta	48
Ampliação da Capacidade da Usina de Santa Cruz	83
Outros	3
Transmissão	295
Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	105
Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	157
Outros	33
Meio Ambiente e Infraestrutura	63
Conservação ambiental	37
Infraestrutura	26
Total	556

Investimentos em SPEs – Inversões Financeira (realizado)

	R\$ milhões
Geração	500
UHE São Manoel	26
UHE Teles Pires	39
Complexo Punaú e Baleia	0
Famosa	1
Eólicas Itaguaçu da Bahia	25
Complexo Fortim e Brasil Ventos	144
UHE Santo Antônio	265
AHE Inambari	0
Transmissão	64
IE Belo Monte	12
Mata de Santa Genebra	48
Vale do São Bartolomeu	4
Total	564

Distribuição de Dividendos

De acordo com o Estatuto Social de Furnas, distribuem-se dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei, no montante de R\$ 248 milhões, acrescidos de dividendos complementares de R\$ 192 milhões, perfazendo um total de R\$ 440 milhões, ou seja, aumento aproximado de 43% em relação ao dividendo mínimo obrigatório.

Principais Indicadores

- Dívida Líquida/EBITDA CVM = 3,0;
- PMSO/ROL = 30%;
- Margem EBITDA CVM = 35%.

GESTÃO DE PESSOAS

Furnas considera que sua força de trabalho é fator importante de sucesso empresarial. A política de gestão de pessoas atua como agente do fortalecimento organizacional, contribuindo para a competitividade, rentabilidade e sustentabilidade do negócio. Com o objetivo de aumentar a satisfação e melhorar a qualidade de vida dos colaboradores, a gestão de pessoas está direcionada a soluções que proporcionem condições adequadas ao desenvolvimento, valorização e retenção de seu quadro de pessoal.

Quadro de Pessoal

	2018	2017
Empregados Efetivos	2018	2017
Entradas	15	43
Saídas	166	661
Total	3.037	3.188
Não Efetivos - Mão de Obra Direta	2018	2017
Quantidade	1.046	1.063
Variação	(17)	(7)
Estagiários	2018	2017
Quantidade	301	277
Deficientes (IBAP)	2018	2017
Quantidade	196 ⁽²⁾	249 ⁽¹⁾

(¹) Refere-se à soma de 26 empregados efetivos e 223 profissionais vinculados ao contrato firmado com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD)

(²) Refere-se à soma de 25 empregados efetivos e 171 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

Plano de Carreira e Remuneração (PCR)

Furnas adota o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) das Empresas Eletrobras, que utiliza como base o conceito de competências como principal referência para gestão de pessoas. O modelo de carreira utilizado visa alinhar políticas e práticas de gestão de pessoas ao direcionamento estratégico empresarial, bem como integrar os processos de gerenciamento de pessoas na busca da melhoria do desempenho organizacional.

O PCR está baseado na descrição de cargos, separados por natureza e complexidade. Para as remunerações são considerados os cargos, as faixas de complexidade em que o empregado se enquadra e os critérios para progressões horizontais e verticais, concedidas de acordo com o desempenho do empregado.

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Furnas concede a seus empregados efetivos a participação nos lucros e resultados após o encerramento de cada exercício financeiro, desde que as metas coletiva e individual sejam alcançadas.

As metas coletivas são indicadores financeiros (margem operacional líquida e índice de custo) e operacionais (disponibilidade operacional do sistema de geração e transmissão).

A meta individual consiste no fator de contribuição individual, que corresponde à relação entre os dias (ou horas) efetivamente trabalhados pelo empregado e o total de dias (ou horas) exigidos.

Além das metas, há ainda pré-requisitos fundamentais para este pagamento, que estão relacionados à distribuição de dividendos aos acionistas da Eletrobras e de Furnas, à razão de 50% do resultado das metas da *Holding* e 50% de sua subsidiária. O montante a ser distribuído aos empregados não pode ultrapassar o limite de quatro remunerações. A PLR está em conformidade com o estabelecido na Resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE) nº 10/1995 e na Lei nº 10.101/2000.

A Lei nº 13.303/2016 introduziu a possibilidade de pagamento de remuneração variável aos Diretores das empresas estatais, atrelado ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios, nos termos estabelecidos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Benefícios

Como parte da política de valorização e retenção de seus empregados, Furnas agrega, aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordos Coletivos de Trabalho, outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua política de recursos humanos, destacando-se plano de saúde e odontológico, auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-creche, auxílio-educacional, auxílio-óculos, auxílio-funeral, cesta natalina, reembolso de medicamentos de uso contínuo e seguro de vida, entre outros.

Desenvolvimento e Capacitação dos Empregados

Em 2018, Furnas disponibilizou ações educacionais e de gestão do conhecimento para capacitação de seus empregados, em continuidade à execução do Plano Global de Aprendizagem, contribuindo, assim, para o alcance dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico da Empresa.

O Plano Global de Aprendizagem foi estruturado com ações relativas a seis eixos de desenvolvimento que apoiam o negócio de Furnas: Liderança, Ações Estratégicas, Específicas das Áreas de Negócio da Empresa, Saúde e Segurança, Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), e Idiomas.

Foram ofertadas ações previstas no Plano Global de Aprendizagem tais como cursos de longa duração (Pós-Graduação e MBA, alinhados aos processos de trabalho dos participantes indicados), bem como cursos sobre temas importantes alinhados aos eixos de aprendizagem relacionados acima, como Contratos, *Compliance* e Legislação Trabalhista, dentre outros.

Os quadros a seguir apresentam o sumário dos eventos e a média de horas de treinamento por participante em 2018, discriminadas por categoria funcional e gênero:

Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento	Participantes s/ Força de Trabalho
893	2.937	8.577	130.214	96,70%

Horas de Treinamento	
Cargo/Gênero	Média de Horas por Participante
Gerencial feminino	152,32
Gerencial masculino	61,88
Nível superior feminino	61,79
Nível superior masculino	61,57
Sem nível superior feminino	69,52
Sem nível superior masculino	19,86

Avaliação de Desempenho

Desde a implantação do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) unificado para o Sistema Eletrobras, a Empresa adota o Sistema de Gestão de Desempenho (SGD), o qual contempla, além da avaliação de competências, a avaliação de metas. O processo vem evoluindo, tendo incorporado, desde 2015, a avaliação dos gerentes por suas respectivas equipes.

Os resultados da avaliação são utilizados como subsídio para o desenvolvimento das potencialidades dos empregados e servem de base para progressões salariais individuais e para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Segurança e Saúde Ocupacional

A Política de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional de Furnas tem como objetivo melhorar a qualidade de vida laboral e pessoal de seus empregados e está alinhada à política das Empresas Eletrobras, com foco na prevenção.

Os empregados de Furnas estão representados por 26 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), além de 11 Unidades de Segurança (Usegs), e 5 Designados, que assumem as atribuições das CIPAs em unidades nas quais, pela legislação de segurança e medicina do trabalho, não há obrigatoriedade de instalação de CIPA.

Furnas oferece treinamento e capacitação em segurança e saúde ocupacional a seus empregados e contratados, com conscientização em saúde e prevenção de riscos em suas dependências, realizando anualmente um programa que aborda temas como primeiros socorros, prevenção de acidentes e riscos no ambiente de trabalho.

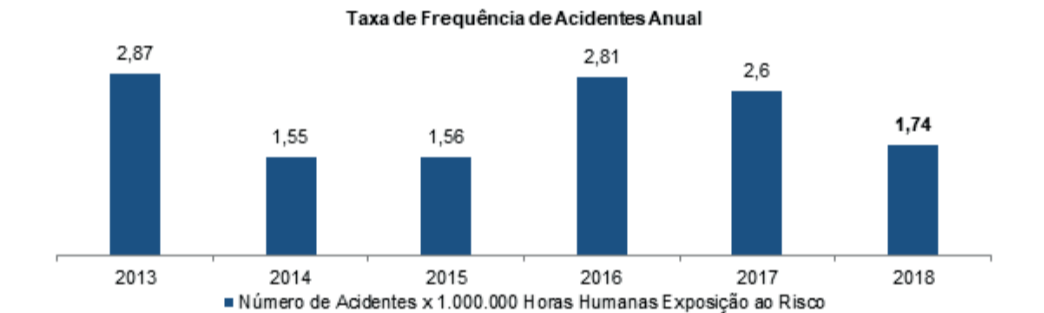
No que se refere a equipamentos e sistemas de proteção coletiva, a Empresa fornece equipamentos de proteção individual a seus empregados e contratados, contando com todos os recursos necessários à preservação da integridade física e da saúde da força de trabalho.

Taxas de Frequência e de Gravidade de Acidentes do Trabalho

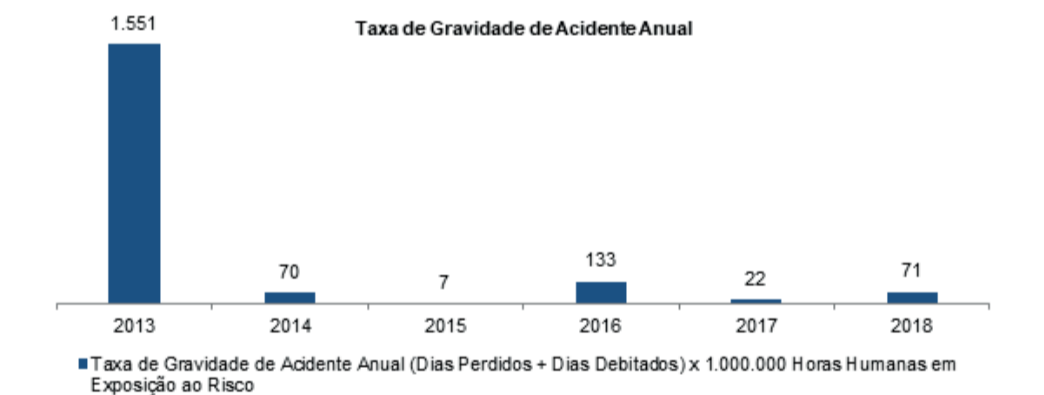
A Taxa de Frequência (TF) e a Taxa de Gravidade (TG) são os indicadores de segurança do trabalho e saúde ocupacional, representando, respectivamente, o número de acidentes ocorridos no período por milhão de horas-humanas em exposição a risco e o número de dias perdidos e dias debitados por milhão de horas-humanas em exposição a risco.

A partir de 2012, o número de horas trabalhadas foi padronizado em 167 horas humanas/mês nas Empresas Eletrobras, o que corresponde a 2.000 horas humanas/ano, conforme a norma NBR 14.280.

Os gráficos a seguir apresentam o histórico da TF e da TG desde 2012.



Taxa de Frequência de Acidentes Mensal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	0,00	1,88	1,88	0,00	3,79	3,80	0,00	3,80	1,90	0,00	3,81	0,00



Taxa de Gravidade de Acidentes Mensal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	58	55	72	66	91	68	95	127	67	59	72	17

Plano de Previdência Complementar

Furnas é patrocinadora instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

Do total de 11.484 participantes dos dois planos administrados pela FRG, Plano de Benefício Definido (BD) e Plano de Contribuição Definida (CD), 8.719 eram filiados ao plano BD, sendo 598 ativos, 6.409 assistidos, 1.674 pensionistas, 2 autopatrocinados e 36 ex-participantes que deixaram de ser empregados de Furnas, não mais contribuindo para o plano, e que farão jus ao denominado benefício proporcional diferido quando se tornarem elegíveis ao benefício de complementação de aposentadoria. Os demais 2.765 participantes, filiados ao plano CD, dividem-se em 2.436 ativos, 253 assistidos, 41 pensionistas, 15 autopatrocinados e 20 que aderiram ao benefício proporcional diferido.

Durante o ano de 2018, o valor das contribuições normais pagas por Furnas para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder nos dois planos foi de R\$ 45.784.834,75. Com relação ao valor destinado pela Empresa à cobertura de despesas administrativas da FRG, este alcançou R\$ 51.173.728,59 no exercício.

No *ranking* de 2018 da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), a Fundação Real Grandeza ficou em 10º lugar, entre 252 empresas. Ainda no *ranking* da Abrapp, entre os 15 maiores planos, o Plano BD da Real Grandeza classificou-se em 4º lugar.

COMUNICAÇÃO

As mídias adotadas por Furnas para ampliar a interatividade com diversos públicos apresentaram índices significativos em 2018. Os destaques estão listados a seguir e se referem à comparação com o ano anterior. Nas redes sociais, o crescimento foi totalmente orgânico, não havendo nenhum impulsionamento pago ao longo do ano.

Twitter (twitter.com/Furnas): 17.405 seguidores, crescimento de 1,52%.

YouTube (youtube.com/CanalFurnas): 560 novos inscritos em 2018, incremento de 36,65%, totalizando 2.088 inscritos. Até 31 de dezembro, o conjunto de vídeos publicados alcançou 426.948 exibições, sendo 90.746 em 2018.

FanPage de Furnas no Facebook (facebook.com/FurnasEnergia): chegou à marca de 19.038 fãs ao final de 2018, aumento de 8,9%.

Instagram: o perfil Furnas Energia contava, em 31 de dezembro de 2018, com 4.460 seguidores, aumento de 96%.

Fale Conosco: recebeu 1.467 solicitações de informação sobre assuntos diversos. Desse total, 96% (1.411) tiveram suas demandas respondidas durante o período de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2018.

Webfurnas: o *website* de Furnas recebeu mais de 727.500 visualizações de páginas únicas, o que equivale a 60.625 visualizações/mês ou 2.020 visualizações/dia. Nele, encontram-se informações sobre a Empresa e seus negócios, incluindo comercialização de serviços e editais, além de meio ambiente, cultura, esportes e publicações institucionais, como os relatórios corporativos oficiais.

Sistema Furnas do Google Maps: o usuário navega pelas instalações, nas usinas e subestações em funcionamento e em construção, de forma ágil e objetiva, por meio de imagens de satélite. Em 2018, foram 4.596 visualizações, média de 383 acessos mensais.

RELAÇÕES SINDICAIS

Furnas tem como prática a plena liberdade de associação. Atualmente, negocia diretamente com 15 entidades, organizadas em duas representações (Intersindical Furnas e União Intersindical Furnas). As decisões provenientes destes processos de negociação são estendidas a todos os empregados da Empresa.

Nas negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho, Furnas atua com o objetivo de assegurar a solução de impasses, buscando resguardar os interesses da Empresa e maximizar a satisfação de seus empregados.

O Acordo Coletivo de Trabalho, cuja data-base é maio, é negociado anualmente e possui duas pautas, uma Nacional, que abrange todos os empregados das Empresas Eletrobras e outra, Específica, que abrange todos os empregados de Furnas, porém, em caráter excepcional, em 2016 as pautas foram aprovadas com vigência de dois anos.

FORNECEDORES

Furnas efetua uma série de contratações para garantir a excelência e eficiência dos serviços prestados, sendo as principais as de materiais, equipamentos e serviços terceirizados. O quadro de fornecedores é composto por empresas de variados segmentos, desde microempresas até empresas de grande porte. Todas seguem as seguintes diretrizes:

- Todo o processo de aquisição é norteado pela Lei nº 13.303, de 2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Eletrobras (RLCE) e pelos demais diplomas legais relativos aos processos de aquisição por empresas estatais;
- Os processos iniciados com patrocínio da Lei nº 8.666 permanecem até o encerramento dos respectivos contratos;
- Os editais de licitações possuem cláusulas específicas de sustentabilidade, com a finalidade de integrar critérios ambientais, sociais e econômicos na tomada de decisão do processo licitatório;
- Os fornecedores são fiscalizados quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo que demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por meio da apresentação de provas de regularidade fiscal e trabalhista relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do respectivo instrumento contratual.

A homologação dos processos licitatórios é precedida de análise de integridade para as seguintes contratações: direta (exceto casos de dispensa de valor e contratos de adesão); com agente público; de serviços de consultoria; de consultorias de tecnologia da informação e desenvolvimento de software (com alçada de aprovação de um ou mais diretores); de terceirização de serviço contínuo com mão de obra alocada; de obras e serviços de engenharia (com alçada de aprovação de um ou mais diretores) e de empresas de publicidade (com alçada de aprovação de um ou mais diretores).

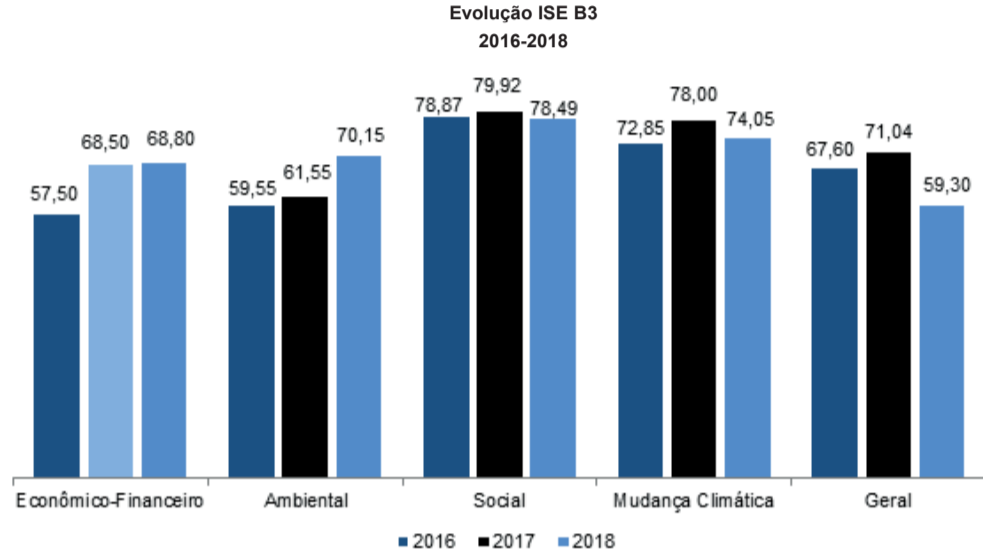
Caso seja verificada a classificação de risco “alto” ou “muito alto”, para o agente econômico analisado, será emitido “Parecer de Integridade” pela Instância de Integridade Corporativa. As classificações de risco de integridade são subsídios para a tomada de decisão na gestão de fornecedores e podem requerer o aumento dos controles de monitoramento, planos de remediação ou, em última instância, a descontinuidade do relacionamento com o fornecedor.

Furnas realiza chamada pública convocando empresas de qualquer segmento e porte que desejem se cadastrar como fornecedores.

GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade está incorporada às políticas, à gestão e aos projetos e ações de Furnas. O tema ganhou ainda mais relevância com a sua inserção no Planejamento Estratégico da Empresa e nos parâmetros de avaliação do Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE) das Empresas Eletrobras.

Furnas responde aos questionários do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) na qualidade de controlada da Eletrobras, e seus resultados são utilizados como indicadores de desempenho tanto no processo de planejamento estratégico como nas atualizações do CMDE, que regem o relacionamento das empresas com a *Holding*. A evolução do desempenho de Furnas no ISE B3 nos últimos três anos é apresentada no gráfico a seguir.



O compromisso de Furnas com a sustentabilidade se manifesta também na participação da Empresa, desde 2003, no Pacto Global das Nações Unidas.

Furnas participa ativamente dos esforços empreendidos pela *Holding* para a incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030 nos documentos norteadores da estratégia das Empresas Eletrobras. Indicadores dos ODS considerados prioritários para as Empresas Eletrobras integram o Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras (PDNG) e o Plano de Negócios e Gestão de Furnas (PNG).

Em 2018 foi realizada reunião com todos os superintendentes para apresentar o Plano de Ação de Sustentabilidade Furnas. O objetivo da iniciativa é buscar a gestão integrada dos processos da Empresa para a minimização de riscos e vulnerabilidades e a melhoria do desempenho socioambiental. Cada área em que se identificou a necessidade de desenvolvimento ou aperfeiçoamento de ações em sustentabilidade possui um representante que participa dos grupos de trabalho sobre temas como: relação com as comunidades, direitos humanos, cadeia de fornecedores, gestão ambiental, mudanças climáticas, inovação, redução de consumo e otimização do uso dos recursos naturais.

Furnas vem aperfeiçoando seus mecanismos de relato, em busca de transparência e prestação de contas. Desde 1998, quando foi uma das primeiras empresas brasileiras a publicar o seu balanço social, e de forma ininterrupta, divulga para seus públicos de interesse informações sobre o desempenho e os resultados econômicos, sociais e ambientais em seu Relatório de Sustentabilidade.

Mais detalhes sobre as iniciativas da Empresa em prol da sustentabilidade podem ser encontrados em www.furnas.com.br, na aba Sustentabilidade.

RESPONSABILIDADE SOCIOCULTURAL

Furnas busca promover o bem-estar da sociedade, a cidadania, o respeito aos direitos humanos e à diversidade, o cuidado com o meio ambiente e a difusão das mais diversas manifestações culturais. Utiliza recursos próprios ou incentivados por renúncia fiscal que se distribuem nas áreas social, cultural e esportiva. Os programas sociais ampliam as perspectivas de futuro de milhões de brasileiros.

Atuação Social

Está alinhada à gestão estratégica da empresa, às diretrizes da Eletrobras, aos programas do Governo Federal e às políticas públicas. Também se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e aos princípios do Pacto Global das Nações Unidas.

A seleção de projetos e de organizações parceiras é feita com rigor, com respeito aos princípios de moralidade, transparência e impessoalidade. Todos os investimentos são acompanhados e avaliados e a liberação de recursos se dá mediante o estrito cumprimento das obrigações definidas nos convênios.

Os investimentos em 2018 estão distribuídos nas seguintes modalidades: Projetos Sociais em Parceria, Programa de Desenvolvimento Territorial e Programa Energia Social Furnas.

Projetos Sociais em Parceria

Nesta modalidade são apoiados projetos selecionados por Furnas, implantados em locais de atuação da empresa ou em novos empreendimentos, cujo foco destina-se à educação, à geração de trabalho e renda e à garantia dos direitos da criança e do adolescente. Destacamos:

- **Programa de Capacitação para Oportunidades de Trabalho e Renda (RJ)**

Em 2018, Furnas, em parceria com o Banco da Providência, instituição ligada à Arquidiocese do Rio de Janeiro, viabilizou a capacitação de 645 jovens e adultos em cursos profissionalizantes. O objetivo foi a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho formal, informal ou como empreendedores, contribuindo para os ODS 1, 4, 8 e 17.

- **Centro Comunitário Vila Santa Teresa (Belford Roxo-RJ)**

A manutenção do Centro Comunitário Vila Santa Teresa, na região ao entorno da Subestação de São José, contribui para a inclusão social e a redução da violência entre crianças e adolescentes utilizando o esporte, a arte e a cultura como principais ferramentas. As atividades buscam incentivar posturas de empreendedorismo individual e coletivo, favorecer o fortalecimento dos vínculos familiares e subsidiar o planejamento do desenvolvimento comunitário. Em parceria com a Associação Brasileira Terra dos Homens, em 2018, foram realizadas oficinas educacionais e de lazer, contando com a participação de mais de 1.300 pessoas. O projeto está alinhado aos ODS 4, 10 e 17.

- **Fundo de Desenvolvimento Regional de Serra da Mesa e Cana Brava – Fazenda São Bento (Colinas do Sul-GO)**

Em parceria com a Associação dos Produtores do Alto Tocantins (APAT), Furnas contribuiu para a geração de renda de famílias em situação de vulnerabilidade social, moradoras do distrito de Vila Borba, estimulando o cultivo e a comercialização de frutas e legumes. As ações desse fundo estão alinhadas aos ODS 1, 8, 11 e 17.

- **Instituto Ciranda Música e Cidadania (Chapada dos Guimarães-MT)**

A parceria celebrada com o Instituto Ciranda - Música e Cidadania tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento artístico e cultural de 160 crianças, adolescentes e jovens oriundos das escolas públicas das comunidades de Água Fria e João Carro, zona rural do município de Chapada dos Guimarães, utilizando a música como ferramenta de cidadania em atividades oferecidas no contraturno escolar. O projeto está alinhado aos ODS 4 e 17.

- **Projeto Educar para Preservar (Municípios do Estado de Minas Gerais)**

Uma carreta de 15 metros de comprimento, equipada com tecnologia de ponta, adaptada e transformada em sala de aula e laboratório, oferece atividades lúdicas, material audiovisual, jogos e experimentos interativos, filmes em 3D e material didático. O projeto, em parceria com o Instituto Effort, promove a cidadania e fortalece as políticas públicas nos municípios em que a Empresa está presente. O projeto está alinhado aos ODS 4 e 17.

- **Projeto Caminhos (Foz do Iguaçu-PR)**

Jovens em situação de vulnerabilidade e risco social das comunidades Cidade Nova I e II foram inseridos no Programa Jovem Aprendiz. O projeto, desenvolvido em parceria com a Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida, está alinhado aos ODS 8, 10 e 17.

- **Curso de Cuidador Social (Rio de Janeiro-RJ)**

O curso vem se tornando referência, inserindo profissionais qualificados na área da saúde no mercado de trabalho. Em parceria com o Instituto Presbiteriano Mackenzie Rio, Furnas viabilizou a formação de mais de 200 cuidadores. O projeto está alinhado aos ODS 4, 8 e 17.

Programa de Desenvolvimento Territorial (Núcleos de Integração)

Foram implantados 5 novos núcleos de integração em comunidades em situação de vulnerabilidade social, localizadas no entorno dos seguintes empreendimentos de Furnas: SE Angra dos Reis (RJ), UHE Funil (RJ), SE Foz de Iguaçu (PR), SE Mogi das Cruzes (SP) e UHE Mascarenhas de Moraes (MG). O programa visa minimizar os impactos negativos dos empreendimentos nas comunidades, estando alinhado aos ODS 1, 5, 8, 10 e 17.

Programa Energia Social Furnas

O programa promove a cidadania e fortalece as políticas públicas por meio de palestras, debates, atividades pedagógicas e lúdicas para professores e alunos da rede pública. Seu ciclo de atividades em 2018 contou com aproximadamente 30 mil atendimentos, em 43 municípios localizados nos estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Goiás, Tocantins e Paraná. O programa abordou temas como sustentabilidade, cidadania, uso racional de energia e água, valorização e respeito ao indivíduo, alimentação saudável, maternidade e paternidade na adolescência e *bullying*, despertando o interesse em temas importantes do dia a dia das crianças e dos adolescentes. O programa está alinhado com os ODS 3, 4 e 5.

Promoção dos Direitos Humanos e da Diversidade

Direitos da Criança e do Adolescente

Em 2018, a Fundação *Childhood* entregou à Furnas o reconhecimento pela atuação no Programa Na Mão Certa, em razão da valorização dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Furnas também recebeu o reconhecimento de Empresa Amiga da Criança, pela Fundação Abrinq. As iniciativas estão alinhadas aos ODS 16 e 17.

Programa de Equidade de Gênero

Em 2018, o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro reconheceram Furnas como empresa que promove e apoia o aleitamento materno. No mês de março, foi inaugurada, no Escritório Central, uma sala destinada à retirada e armazenamento do leite materno para as colaboradoras que retornam da licença-maternidade. Furnas também participou e apoiou eventos sobre a temática de inclusão, diversidade e valorização da mulher no mercado de trabalho. Foi firmada parceria com a ONU Mulheres para financiar atividades de assistência técnica relacionadas à promoção e à implementação dos Princípios de Empoderamento de Mulheres (WEP) e à capacitação de mulheres empreendedoras. As iniciativas estão alinhadas aos ODS 3, 5 e 17.

Atuação Cultural

Em 2018, foram patrocinados 28 projetos incentivados pela Lei Rouanet e Lei do Audiovisual. O Espaço Furnas Cultural (Rio de Janeiro-RJ) e o Cine Furnas Cultural (São José da Barra-MG) oferecem programação gratuita à comunidade.

O Espaço Furnas Cultural, com o investimento de até R\$ 1.500.000,00, selecionou 19 projetos nos segmentos de música, teatro e artes visuais, para montagem de sua programação. Com público de 7.500 pessoas, o Espaço encerrou o ano com o retorno de mídia espontânea de aproximadamente R\$ 31 milhões.

No Cine Furnas Cultural, com o objetivo de estimular a cultura regional e levar entretenimento gratuito à população residente no entorno da UHE Furnas, foram oferecidos 9 espetáculos ao longo do ano, com um público estimado de 3 mil pessoas, e investimento de até R\$ 150.000,00.

Patrocínio a Eventos

Em 2018, Furnas patrocinou 13 eventos, sendo 4 por meio do Edital de Seleção Pública de Patrocínio a Eventos do Setor Elétrico (Edital Eletrobras) e 9 por modalidade de Escolha Direta.

Atuação Esportiva

Furnas apoia projetos de natureza esportiva, segundo suas manifestações (educação, participação e rendimento), nas diversas modalidades esportivas. Em 2018, Furnas patrocinou 7 projetos incentivados pela Lei do Esporte. Esta iniciativa está alinhada aos ODS 4, 5, 10 e 17.

Programa Furnas de Voluntariado

Em 2018 foi realizada a 3ª Gincana Energia Voluntária, com o objetivo de incentivar, organizar, apoiar e reconhecer o envolvimento dos colaboradores de Furnas em 41 atividades voluntárias nas comunidades ao entorno dos empreendimentos da Empresa. Participaram cerca de 300 colaboradores distribuídos em 16 áreas da Empresa. O Programa está alinhado aos ODS 10 e 17.

Atuação Institucional

Programa das Nações Unidas (PNUD)

Em 2018, Furnas e PNUD realizaram um seminário sobre os principais avanços e desafios do setor energético na implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil, com foco no cumprimento da Agenda 2030. Durante o evento também foi lançado o Glossário de Termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 – Energia Limpa e Acessível, produzido pelo Grupo Assessor da ONU para a Agenda 2030, com apoio de Furnas.

Programa Coleta Seletiva Solidária/Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

O programa em 2018 destinou mais de 170 toneladas de resíduos recicláveis a cooperativas de catadores, sendo 75.436 kg em papel, 26.755 kg em plástico, 74.476 kg em metal e 125 kg em vidro. Também em 2018, teve início a Campanha Eco Eletro, no Escritório Central, com o objetivo de conscientizar os colaboradores para destinação correta de equipamentos eletrônicos, visando diminuir o impacto ambiental. O Programa está alinhado aos ODS 1, 5, 8, 10, 12, 15 e 17.

Comunidade Indígena Kaingang de Queimadas

Em 2018, Furnas forneceu 4.200 cestas alimentícias para 300 famílias indígenas, de etnia Kaingang, da Terra Indígena Queimadas, localizada no município de Ortigueira (PR), conforme entendimento entre o Ministério Público Federal, FUNAI e Furnas. O fornecimento destas cestas faz parte do acordo, enquanto não se conclui o processo de licenciamento corretivo das LTs Ivaiporã-Itaberá I e II que atravessam parte do território indígena. As ações estão alinhadas aos ODS 2 e 10.

Espaço Furnas Cidadania

São oferecidos gratuitamente à população do Rio de Janeiro serviços de emissão de Carteira de Identidade e Carteira de Trabalho e Previdência Social, por meio de acordos de cooperação técnica com o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ) e com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-RJ). Em 2018, foram entregues mais de 2.300 Carteiras de Identidade, incluindo Carteira Social, para Deficientes com Crachá Descritivo, além de Carteiras de Trabalho e Previdência Social. O projeto está alinhado aos ODS 16 e 17.

Indicadores Sociais Externos 2018	
Indicadores	Valores Repassados
Atuação Social	2.207.304,14
Educação	702.144,80
Promoção da Cidadania e dos Direitos	494.339,80
Geração de Trabalho e Renda	643.307,54
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	367.512,00
Atuação Esportiva	2.131.555,43
Patrocínios Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)	2.131.555,43
Promoção dos Direitos Humanos e da Diversidade	178.529,89
Ações de Direitos da Criança e do Adolescente	75.717,44
Ações de Equidade de Gênero	102.812,45
Atuação Cultural	8.332.707,37
Patrocínios Culturais Incentivados (Lei Rouanet/Lei do Audiovisual)	6.865.367,15
Patrocínios Culturais(Espaço Furnas Cultural/Cine Furnas Cultural)	1.467.340,22
Patrocínio a Eventos	1.038.000,00
Patrocínio a Eventos	838.000,00
Patrocínio a Eventos do Edital do Setor Elétrico	200.000,00
Atuação Voluntária	230.836,26
Investimento na Mobilização/Capacitação de Voluntários	51.882,79
Investimentos no apoio a Atividades do Voluntariado	178.953,47
Tempo do Empregado no Voluntariado: 652,59 hora/ano (*)	37.695,64
Atuação Institucional	1.311.184,42
Apoio a Projetos Institucionais	944.139,29
Programas Setoriais (Coleta Seletiva Solidária/A3P)	367.045,13
Total de Investimentos	15.430.117,51

(*) Obs.: O valor relativo ao tempo do empregado investido no voluntariado está sendo apenas citado na tabela e não computado ao Total de Investimentos

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Furnas reconhece que suas atividades podem provocar impactos ambientais, sendo seu compromisso conduzir ações respeitando o meio ambiente, promovendo a conservação da diversidade biológica e o aproveitamento dos recursos naturais de maneira sustentável. Em 2018, os gastos com proteção e conservação de meio ambiente, para os empreendimentos de Furnas, totalizaram R\$ 98,5 milhões.

Licenciamento Ambiental

Os estudos e relatórios elaborados para o licenciamento ambiental são conduzidos de forma a atender às condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes.

No exercício, foram obtidas licenças de operação nas seguintes unidades: UHE Funil (Renovação), SE Grajaú (2R), SE Vitória e LT 230 kV Mascarenhas – Linhares.

As UTEs Campos e Santa Cruz obtiveram a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, regularizando seus processos de captação de água e lançamento de efluentes.

Mudanças Climáticas e Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

As Empresas Eletrobras assumiram Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre mudanças climáticas, instituindo metas de redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), a partir de 2013.

Desde 2016, tanto os eventos de riscos de mudanças climáticas quanto o de emissões de GEE, foram priorizados pela Diretoria Executiva, sendo atualizados anualmente. Atualmente, ambos possuem planos de ação para diminuir a vulnerabilidade e melhorar o grau de mitigação. Em 2018, considerando todos os fatores de risco de cada um dos eventos, as vulnerabilidades dos eventos “Mudanças Climáticas” e “Emissões de GEE” foram reduzidas em 16,06% e 16,45% respectivamente.

Furnas é uma das fundadoras do programa brasileiro do *Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol)*, ferramenta desenvolvida pelo *World Resources Institute* (WRI). O protocolo tem a finalidade de medição e gestão de emissões de GEE e possibilidade a elaboração de inventários de emissões, por empresas e governos, por meio de metodologia consagrada internacionalmente.

Em 2018, pelo sexto ano consecutivo, o inventário de GEE da Empresa recebeu Selo Ouro. Esta qualificação é atribuída a empresas com inventários completos, e verificados por organismos acreditados pelo Imnetro.

Carona Solidária

O aplicativo, para uso do público interno, objetiva estimular a economia colaborativa, diminuindo a quantidade de veículos em trânsito e a respectiva emissão de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, além de promover a integração entre os colaboradores.

A iniciativa está alinhada às diretrizes da Política Ambiental da Empresa e ao cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 e 13, que defendem, respectivamente, “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” e “Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos”. Foram realizadas mais de 350 caronas, o equivalente a uma tonelada de carbono evitado.

Pegada de Carbono

A Pegada de Carbono é uma metodologia criada para mensurar a emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE), expressa em toneladas, de dióxido de carbono equivalente (tCO2e), associada a um produto ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Um projeto piloto na LT Xavantes-Pirineus contabilizou a pegada de carbono, de 3.765 tCO2e, desde a sua construção até o final de 2017, representando 0,2% do total emitido por Furnas naquele ano. A emissão associada às perdas na transmissão, foi a mais representativa para a pegada de carbono (59%), seguida pela etapa de produção (33%) e, por fim, pela de obtenção de materiais e pré-processamento (8%).

Produção Mais Limpa

A Produção Mais Limpa é metodologia para reduzir custos e aumentar a competitividade e a inovação no setor produtivo.

O projeto piloto, realizado na UTE Santa Cruz, teve como foco a redução da geração de água oleosa e do consumo de combustíveis fósseis na frota veicular.

Para minimizar as emissões de GEE, a gasolina, utilizada nos 12 veículos da frota da UTE Santa Cruz (RJ), foi substituída pelo etanol. A iniciativa resultou na redução de 43.845,42 kg na emissão de gás carbônico (CO2) em sete meses. Esse número equivale, aproximadamente, ao plantio de 9.200 mudas de árvores para a remoção da mesma quantidade de CO2 naquele período.

Gestão da Questão Indígena

A parceria de Furnas com a Funai e com a comunidade indígena Avá-Canoeiro teve início em 1992, com a implantação da UHE Serra da Mesa, em Goiás. Dentre as ações relacionadas à questão indígena em 2018, destacam-se:

- Serviços de vigilância da Terra Indígena Avá-Canoeiro sendo executados continuamente;
- Transferência das 17 áreas adquiridas para reposição da área da Terra Indígena Avá-Canoeiro à Funai, sob responsabilidade da Superintendência de Patrimônio da União (SPU). Além dessas, foram identificadas três outras áreas contíguas, visando completar a recomposição de parte da Terra Indígena afetada pelo reservatório da UHE Serra da Mesa e, aguarda-se que a Funai eleja a mais apropriada, sob o ponto de vista da qualidade ambiental, visando concluir o processo de aquisição de áreas por Furnas;
- Disponibilização a segunda parcela referente ao Convênio ajustado com a Funai;
- Em análise o segundo aditamento ao Convênio, visando adequação do cronograma de execução do Plano de Trabalho, para implementação das ações contidas no Programa de Apoio aos Avá-Canoeiro (PAAc), sob responsabilidade da Funai.

Repassados à Funai, bimestralmente, os valores correspondentes aos *royalties* em benefício da comunidade Indígena Avá-Canoeiro.

Educação Ambiental

Os Programas de Educação Ambiental (PEAs) têm sido implementados junto às populações afetadas por empreendimentos da Empresa. A partir de diagnósticos socioambientais conduzidos nas comunidades, vem sendo possível conhecer as dificuldades e potencialidades locais e, com isso, desenvolver processos educativos específicos. Em várias unidades operacionais, funcionários de Furnas foram treinados pelos Programas de Educação para Trabalhadores (PEATs). No total, 2.458 indivíduos participaram das ações dos programas de educação ambiental em 2018.

Número de Pessoas Assistidas por Empreendimento			
Empreendimento	PEA	PEAT	Total
AHE Simplicio	12	10	22
UHE Batalha	4	-	4
UHE Funil	-	31	31
UHE Itumbiara	832	-	832
UHE Marimbondo	1.160	-	1.160
LT Anta-Simplicio-Rocha Leão	14	-	14
LT Batalha-Paracatu	67	-	67
LT Itaberá -Tijuco Preto III	64	-	64
LT Norte-Sul	150	-	150
Porte de Simplicio	-	114	114
Total	2.303	155	2.458



62 anos de Energia para você



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Comunicação Ambiental

Cerca de 7.500 pessoas das comunidades afetadas por empreendimentos de Furnas foram atendidas nos Programas de Comunicação Social. O objetivo é informar à população que vive nos municípios atingidos e, em especial, aos grupos sociais afetados, sobre os diferentes aspectos do empreendimento, sobretudo aqueles relacionados aos seus impactos reais e potenciais, respectivas medidas de mitigação e a contribuição do empreendimento no contexto de políticas públicas nacionais e do desenvolvimento regional.

Os contatos foram feitos nos empreendimentos: UHE Corumbá, UHE Batalha, UHE Itumbiara, AHE Simplício, LT Mascarenhas-Linhares e LT Anta-Simplício-Rocha Leão. Destacam-se as Campanhas de Comunicação nas UHEs Batalha e Simplício, nas quais mais de 4.000 pessoas foram sensibilizadas. Proprietários e estudantes são o principal público-alvo das campanhas e palestras.

Água, Efluentes e Resíduos

Foram realizadas inspeções técnicas para elaboração e atualização dos Planos de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQAs), Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGRs) e Planos de Atendimento a Emergência (PAEs) nos empreendimentos apresentados a seguir.

Planos para Águas, Efluentes e Resíduos			
PMEQA		PGR	PAE
Subestação	Campinas, Iriri, Macaé, Rocha Leão, Poços de Caldas, Adrianópolis, Campos, Barro Alto	São José, Grajaú, Adrianópolis	Vitória, Adrianópolis, Grajaú
Usina Hidrelétrica	Porto Colômbia, Marimbondo	Porto Colômbia, Serra da Mesa, Marimbondo, Simplício	Porto Colômbia, Marimbondo
Usina Termelétrica	Campos, Santa Cruz	Campos, Santa Cruz	Campos, Santa Cruz

Atendendo à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foram capacitados 769 trabalhadores, entre empregados e terceirizados, em gestão de resíduos sólidos nas UHEs Funil, Furnas, Simplício, Marimbondo, Serra da Mesa, Porto Colômbia, Mascarenhas, Luiz Carlos Barreto e das Subestações Itaberá, Ibiúna, Bandeirantes, Barro Alto, Niquelândia, Brasília Sul, Brasília Geral, Samambaia, Pirineus, Ivaiporã, Foz do Iguaçu, São José, Imbariê, Adrianópolis, Simplício, Barro Branco, Ouro Preto, Itutinga, Poços de Caldas, Araraquara, Cachoeira Paulista, Campinas, Guarulhos, Tijuco Preto, Mogi das Cruzes, Grajaú e Centro de Distribuição Rio.

Reflorestamento

São realizadas ações de reflorestamento em Áreas de Preservação Permanente, além da reposição florestal em áreas remanescentes dos reservatórios de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão. Em 2018, foram reflorestados cerca de 148 hectares.

Projetos de Recuperação de Nascentes (MG)

Projeto em parceria com as comunidades lindeiras e prefeituras para recuperação de matas ciliares do entorno do reservatório da UHE Furnas, a partir do plantio de mudas em nascentes situadas nos municípios da Alago (Associação dos Municípios do Lago de Furnas). O projeto em sua totalidade será implantado em 400 nascentes contemplando uma área total de plantio de 50,4 hectares, considerando um raio de 20 m no entorno de cada nascente.

Em 2018, em sete municípios, houve o plantio de 210 mudas de 65 espécies de ocorrência local (sendo 40 pioneiras e 25 não pioneiras) em 64 nascentes.

Ictiofauna

Desde 1979, com o intuito de minimizar os impactos causados pelos barramentos das UHEs sobre a ictiofauna, Furnas promove a criação de trairão e peixes de piracema nativos para o repovoamento dos reservatórios situados no rio Grande. Em 2018, foi realizado o repovoamento com 1.156 peixes, entre alevinos e adultos.

Na UHE Simplício, as espécies migradoras são monitoradas, via biotelemetria. O sistema de monitoramento passou por manutenção dos receptores e antenas, assim como algumas estações fixas foram realocadas em áreas próximas, mas em locais onde a aquisição de dados e os resultados apresentarão melhor qualidade. Quanto à modernização do monitoramento por vídeo, foi instalada uma câmera de alta resolução que permite identificação mais precisa das espécies que utilizam o sistema de transposição da PCH Anta.

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

	2018			2017		
1. Geração e Distribuição de Riqueza	%			%		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA) - apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	32 governo			25 governo		
	20 empregados			26 empregados		
	5 acionistas			5 acionistas		
	34 financiadores			37 financiadores		
	9 outros			7 outros		
2. Recursos Humanos						
2.1. Remuneração	R\$ mil			R\$ mil		
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (R\$ Mil)	1.123.124			1.380.217		
- Empregados (R\$ mil)	1.115.263			1.373.669		
- Administradores (R\$ mil)	7.861			6.548		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	24			26		
- Administradores	1			1		
2.2 Benefício Concedido	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	258.146	22,98	3,37	305.465	22,13	3,56
Alimentação	55.588	4,95	0,73	68.273	4,95	0,80
Transporte	1.376	0,12	0,02	1.467	0,11	0,02
Previdência privada	45.034	4,01	0,59	49.199	3,56	0,57
Saúde	164.150	14,62	2,14	192.035	13,91	2,24
Segurança e medicina do trabalho	8.088	0,72	0,11	11.892	0,86	0,14
Educação ou auxílio creche	3.322	0,30	0,04	4.253	0,31	0,05
Cultura	1.484	0,13	0,02	1.960	0,14	0,02
Capacitação e desenvolvimento profissional	16.805	1,50	0,22	18.327	1,33	0,21
Creches ou auxílio creche	15.358	1,37	0,20	15.719	1,14	0,18
Participação nos lucros ou resultados	21.096	1,88	0,28	102.635	7,44	1,20
Outros	93.409	8,31	1,21	250.911	18,18	2,92
Total	683.856	60,89	8,93	1.022.136	74,06	11,91
2.3 Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício	3.037			3.188		
Nº de admissões	15			43		
Nº de demissões	166			661		
Nº de estagiários no final do exercício	301			277		
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	196(*)			249		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	1.046			1.063		
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	2.488			2.626		
- Feminino	549			562		
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	0			0		
- De 18 a 35 anos	342			411		
- De 36 a 60 anos	2.469			2.574		
- Acima de 60 anos	226			203		
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	0			0		
- Com ensino fundamental	72			76		
- Com ensino médio	227			269		
- Com ensino técnico	955			1.042		
- Com ensino superior	979			991		
- Pós-graduados	804			810		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo						
- Masculino	80,95			82,76		
- Feminino	19,05			17,24		
2.4 Contingências e Passivos Trabalhistas						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	4.544			766		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	69			129		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	85			128		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (R\$ Mil)	40.851			32.453		
3. Interação da Entidade com o Ambiente Externo						
3.1. Relacionamento com a Comunidade	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Totais dos investimentos em:						
Educação	21.342	1,28	0,28	6.045	0,30	0,07
Cultura	15.347	0,92	0,20	10.682	0,53	0,12
Saúde e infraestrutura	676	0,04	0,01	12.042	0,59	0,14
Esporte e lazer	3.926	0,24	0,05	1.928	0,10	0,02
Alimentação	15	0,00	0,00	230	0,01	0,00
Geração de trabalho e renda	1.185	0,07	0,02	1.015	0,05	0,01
Outros	4.476	0,27	0,06	10.797	0,53	0,13
Total dos investimentos	46.967	2,82	0,62	42.739	2,11	0,49
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.703.388	102,09	22,25	1.444.842	71,37	16,83
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	113.517	6,80	1,48	118.847	5,87	1,38
Total – Relacionamento com a comunidade	1.863.872	111,71	24,35	1.606.428	79,35	18,70
3.2. Interação com os Fornecedores - Critérios de responsabilidade social utilizados para seleção de seus fornecedores	São exigidos controles sobre: todos os editais de licitação possuem cláusulas de sustentabilidade. Os fornecedores que firmam contratos com Furnas se obrigam a apresentar declaração de que conhecem e que adotarão os preceitos estabelecidos na legislação que rege as contratações públicas e, no que couber, o Código de Ética das Empresas Eletrobras e o documento “Princípios e Normas de Conduta Empresarial Na Relação de Furnas com seus Fornecedores”. Para mais informações, ver o item “Relacionamento com Fornecedores”, no capítulo “Outros Aspectos de Gestão” nesta publicação.					
4 Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	41.505	2,49	0,54	56.670	2,80	0,66
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	38.652	2,32	0,50	26.663	1,32	0,31
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	425	0,03	0,01	1.200	0,06	0,01
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	17.876	1,07	0,23	7.703	0,38	0,09
Total de Investimentos	98.458	5,91	1,28	92.236	4,56	1,07
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	9.077	0,54	0,12	9.741	0,48	0,11
Passivos e contingências ambientais	2.257	0,14	0,03	340	0,02	0,00
Total do Passivo Ambiental	11.334	0,68	0,15	10.081	0,50	0,11
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	12	0,00	0,00	14	0,00	0,00
5. Outras Informações						
	2018			2017		
Receita Operacional Líquida (ROL) – R\$ mil	7.654.754			8.586.803		
Resultado Operacional Antes do IR/CS (LAIR) – R\$ mil	1.668.452			2.024.426		

AUDITORES INDEPENDENTES

Visando à preservação da independência de seu auditor, Furnas informa que a KPMG Auditores Independentes, prestadora dos serviços de auditoria externa à Empresa, prestou serviços relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2018.

Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade
Gerência de Sustentabilidade Empresarial

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, estão disponíveis no website www.furnas.com.br

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	35	1.642.090	2.005.730	1.668.452	2.024.426
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:					
Depreciação e amortização	32	260.542	270.871	260.592	270.986
Variações monetárias/cambiais líquidas		90.755	70.206	90.755	70.206
Encargos financeiros		727.739	838.520	727.739	838.520
Renda de aplicação financeira	34	(44.630)	(31.098)	(46.099)	(32.319)
Juros s/refinanciamentos de créditos e empréstimos concedidos	34	(4.887)	(40.439)	(4.887)	(40.439)
Receita de ativo financeiro - IFRS 9	14	(1.676.509)	(2.863.377)	(1.676.509)	(2.876.801)
Receita de ativo contratual de transmissão	14	(153.127)	-	(153.127)	-
Resultado da equivalência patrimonial		246.027	(66.781)	380.383	(20.701)
Reversão para passivo a descoberto		-	(9.134)	-	(9.134)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33	92.162	102.998	92.162	102.998
Provisão para contingências	33	309.114	14.027	309.114	14.027
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos	33	(50.411)	434.768	(68.919)	408.010
Provisão (reversão) contrato oneroso	33	249.234	(304.866)	203.678	(447.782)
Provisão para plano de incentivo ao desligamento de pessoal		26.768	75.127	26.768	75.127
Provisão (reversão) para acordo judicial entre Furnas e empregados plano BD	29	(46.027)	55.930	(46.027)	55.930
Provisão (reversão) para perda com investimentos	33	(276.143)	457.210	(276.143)	457.210
Provisão GAG Melhoria	33	52.832	-	52.832	-
Baixa de investimentos		23.188	-	23.188	-
Baixa de imobilizado	17.5	86	614	86	614
Encargos setoriais		470.143	421.186	470.418	421.352
Ganho atuarial - benefícios pós-emprego	33	(143.063)	(232.779)	(143.063)	(232.779)
Participação dos não controladores		-	-	(25.707)	(17.246)
		1.795.883	1.198.713	1.865.686	1.062.205
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais					
Clientes		(200.396)	(275.020)	(200.216)	(275.680)
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	9	65.529	82.393	65.529	82.393
Almoxarifado	11	(9.781)	(1.156)	(9.781)	(1.156)
Cauções e depósitos vinculados		51.514	(21.162)	51.514	(21.162)
Tributos a recuperar		(64.648)	(264.292)	(65.105)	(264.370)
Despesas pagas antecipadamente		(10.679)	(25.459)	(10.679)	(25.459)
Outros		(16.637)	(23.624)	(17.139)	(21.954)
		(185.098)	(528.320)	(185.877)	(527.388)
(Acréscimos)/(decréscimos) nos passivos operacionais					
Fornecedores		98.798	(2.032)	96.445	774
Obrigações estimadas	22	(107.540)	88.022	(107.094)	87.992
Tributos a recolher		854.580	842.252	850.115	843.601
Outros		(4.506)	(9.403)	31.062	5.602
		841.332	918.839	870.528	937.969
Caixa proveniente das atividades operacionais					
Amortização de ativo financeiro - IFRS 9	14	3.401.741	1.840.218	3.408.433	1.946.119
Amortização de ativo de contrato - IFRS 15	14	192.022	-	192.022	-
Recebimento de encargos financeiros		824	82	824	82
Recebimento P&D		-	95.618	-	95.618
Pagamento - Ressarcimento RBNi Lei nº 12.783/2013		-	(310.512)	-	(310.512)
Pagamento à entidade de previdência complementar - dívida (FRG)	24.2	(12.487)	(12.151)	(12.487)	(12.151)
Pagamento à entidade de previdência complementar - Plano BD		(51.925)	(53.796)	(51.925)	(53.796)
Pagamento de encargos financeiros		(739.695)	(1.045.638)	(739.695)	(1.045.638)
Pagamento de encargos setoriais		(430.303)	(415.069)	(430.303)	(415.069)
Pagamento de IR/CSLL/COFINS/PASEP		(1.763.960)	(855.771)	(1.763.960)	(855.771)
Pagamento de projetos P&D		(58.956)	(24.544)	(58.956)	(24.544)
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições - principal		(49.364)	(135.545)	(49.364)	(135.545)
Pagamento pelo uso do bem público	25.1	(2.375)	(2.301)	(2.375)	(2.301)
		485.522	(919.409)	492.214	(813.508)
		2.937.639	669.823	3.042.551	659.278
Caixa líquido gerado pelas (usados nas) atividades operacionais					
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Adiantamento para futuro aumento de capital	27	3.515	4.955	6.587	5.417
Empréstimos e financiamentos obtidos	20.3	-	335.000	-	361.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	20.3	(1.491.042)	(1.171.576)	(1.491.042)	(1.197.576)
Pagamento de remuneração aos acionistas		(318.344)	(320.604)	(318.344)	(320.604)
Outros		8.985	19.292	8.985	19.292
		(1.796.886)	(1.132.933)	(1.793.814)	(1.132.471)
Caixa líquido gerado pelas (usados nas) atividades de financiamento					
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de ativo financeiro	17.5	(339.545)	(180.596)	(344.772)	(218.929)
Aquisição de ativo imobilizado		(223.712)	(93.499)	(350.909)	(96.058)
Aquisição de ativo intangível	18	(7.657)	(13.354)	(83.096)	(41.058)
Aquisições de investimentos em participações societárias	16.1	(445.409)	(728.504)	(445.409)	(728.504)
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital		(144.517)	(61.779)	-	(8.084)
Recebimento de empréstimos e financiamentos		9.393	642.005	9.393	642.005
Recebimento de remuneração de investimentos e participações societárias		227.290	339.760	227.290	339.760
Redução de investimentos em participações societárias		-	100.000	-	100.000
Resgate/(aplicação) de títulos e valores mobiliários		(197.207)	441.535	(197.207)	441.535
Outros		3.657	4.136	(14.339)	30.779
		(1.117.707)	449.704	(1.199.049)	461.446
Caixa líquido gerado pelas (usados nas) atividades de investimento					
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa					
		23.046	(13.406)	49.688	(11.747)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	5.047	18.453	23.473	35.220
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	28.093	5.047	73.161	23.473

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas de energia e serviços	9.161.042	9.666.361	9.171.545	9.720.432
Outras receitas operacionais	257.047	376.842	255.764	376.842
Menos:				
Insumos				
Custo de energia comprada	(1.290.698)	(1.363.023)	(1.290.374)	(1.362.821)
Materiais	(35.496)	(33.615)	(35.557)	(33.628)
Serviços de terceiros	(758.257)	(845.936)	(761.946)	(852.130)
Outros custos operacionais	(1.349.315)	(1.112.323)	(1.350.892)	(1.153.048)
2. VALOR ADICIONADO BRUTO				
	5.984.323	6.688.306	5.988.540	6.695.647
Depreciação e amortização	(260.542)	(270.871)	(260.592)	(270.986)
Constituição/reversão de provisões	(397.938)	(779.264)	(231.752)	(711.711)
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO				
	5.325.843	5.638.171	5.496.196	5.712.950
Receitas financeiras (transferências)	285.849	168.337	287.681	169.670
Equivalência patrimonial	(246.027)	66.781	(380.383)	20.701
4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR				
	5.365.665	5.873.289	5.403.494	5.903.321
5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	1.097.314	1.555.131	1.107.482	1.560.590
Governo (impostos e contribuições)	1.702.185	1.441.124	1.703.388	1.444.842
Encargos financeiros e variação monetária	1.051.556	1.056.697	1.051.846	1.060.069
Encargos setoriais	469.233	415.559	469.694	415.796
Remuneração aos acionistas	248.277	300.000	248.277	300.000
Participação dos acionistas não controladores	-	-	25.707	17.246
Lucro do exercício retido	797.100	1.104.778	797.100	1.104.778
TOTAL	5.365.665	5.873.289	5.403.494	5.903.321

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



62 anos de Energia para você



FURNAS

CNPJ nº 23.274.194/0001-19

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas” ou “Empresa”) é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede à Rua Real Grandeza, 219, Botafogo, Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará e Bahia. A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadores e consumidores livres de todo o território nacional.

Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, sintetizados a seguir:

Geração

23 usinas em operação, cujas concessões são 100% de Furnas ou em parceria com a iniciativa privada ou em regime de Sociedade de Propósito Específico (SPE) e que contam com 18.259,73 MW⁽¹⁾ de potência instalada total, das quais:

- a) 21 (vinte e uma) são hidrelétricas (UHEs) com 17.729,83 MW⁽¹⁾ de potência instalada, sendo:
 - 4 (quatro) 100% Furnas, 6 (seis) sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013, 2 (duas) em parceria com 9.046,20 MW de potência instalada e;
 - 9 (nove) SPEs, com 8.683,63 MW⁽¹⁾ de potência instalada.
- b) 2 (duas) são termelétricas 100% Furnas, com 530,00 MW⁽¹⁾ de potência instalada total.

Os empreendimentos de geração das SPEs Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A., Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A e Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. tiveram a participação de Furnas transferida para a Eletrobras em processo de dação, conforme Termo de Transferência assinado em 21 de agosto de 2018.

As UHEs que tiveram suas concessões prorrogadas por meio da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 são: Corumbá I, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Funil, Furnas, Marimbondo e Porto Colômbia.

A Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,50 MW^(*) de potência instalada, iniciou sua operação em maio de 2014, e sua concessão se encerra em 2041.

O Complexo Hidrelétrico Simplício/Anta, cuja concessão se encerra em 2041 e conta com 333,70 MW^(*) de potência total instalada, compreende a UHE Simplício com 305,70 MW, que iniciou sua operação em junho de 2013, e a PCH (Pequena Central Hidrelétrica) Anta com 28,00 MW^(*), cuja primeira unidade geradora (14,00 MW) entrou em operação comercial em agosto de 2018 e a segunda (também com 14,00 MW) em outubro de 2018.

Furnas garantiu o direito de prorrogação da concessão da UHE Itumbiara pelo prazo de até 30 (trinta) anos, a partir de 2020 na medida em que foram atendidas as condições definidas pela Lei nº 13.182/2015, alterada posteriormente pela Lei nº 13.299/2016.

A Usina Hidrelétrica Mascarenhas de Moraes, com 476,00 MW^(*) de potência instalada, iniciou sua operação comercial em abril de 1957 e sua concessão se encerra em 2024.

NOTA 2 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujas principais características são listadas a seguir:

2.1 Geração de Energia Elétrica

Usina Em Operação	Participação de Furnas (%)	Rio/Local	Potência Instalada (MW)(1) (*)	Garantia Física (MW médio) (*)	Data da Concessão Original	Data de Vencimento	Data da Assinatura da Renovação ⁽¹⁾	Data de Vencimento Renovado ⁽²⁾
Hidrelétricas								
Batalha	100	São Marcos	52,40	48,80	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	-
Corumbá ⁽⁹⁾	100	Corumbá	375,00	217,40	05.10.1981 e 29.11.1984	29.11.2014	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Funil ⁽⁹⁾	100	Paraíba do Sul	216,00	115,00	16.06.1961 e 10.03.1967	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Furnas ⁽⁹⁾	100	Grande	1.216,00	582,00	26.07.1957	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Itumbiara ⁽⁹⁾	100	Paranaíba	2.082,00	964,30	26.02.1970	21.03.2020 ⁽⁶⁾	Não afetada	-
Luiz Carlos Barreto de Carvalho ⁽⁹⁾	100	Grande	1.050,00	495,40	18.06.1962	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Marimbondo ⁽⁹⁾	100	Grande	1.440,00	689,70	03.03.1967	07.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Mascarenhas de Moraes ⁽⁹⁾	100	Grande	476,00	289,50	31.10.1973	29.01.2024 ⁽⁷⁾	Não afetada	-
Porto Colômbia ⁽⁹⁾	100	Grande	320,00	186,00	11.03.1967 e 20.08.1968	16.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Simplício/Anta ⁽⁴⁾	100	Paraíba do Sul	333,70	191,30	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	-
Hidrelétricas Compartilhadas (Parceria)								
Manso ⁽⁹⁾	70	Manso	210,00	87,80	10.02.2000	09.02.2035	Não afetada	-
Serra da Mesa ⁽⁹⁾	48,46	Tocantins	1.275,00	637,50	06.05.1981 e 12.11.2004	30.09.2040 ⁽³⁾	Não afetada	-
Termelétricas								
Campos (Roberto Silveira)	100	Campos dos Goytacazes	30,00	20,90	27.07.2007	27.07.2027	Não afetada	-
São Gonçalo (fora de operação)	100	São Gonçalo	-	-	12.01.1953 e 14.07.1977	Prorrogação negada ⁽⁶⁾	-	-
Santa Cruz ⁽⁵⁾	100	Rio de Janeiro	500,00	401,20	22.08.1963 e 10.03.1967	07.07.2015 ⁽¹⁰⁾	Afetada, mas ainda não prorrogada	-

⁽¹⁾ Potência homologada pela ANEEL.

⁽²⁾ 1º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004, assinado em 4 de dezembro de 2012.

⁽³⁾ 2º Termo aditivo ao contrato nº 005/2004, assinado em 26 de maio de 2017. (REA 6055/2016)

⁽⁴⁾ Usina de Simplício, com capacidade instalada 305,70 MW e garantia física de 175,4 MW; PCH Anta com capacidade instalada de 28 MW e garantia física de 15,90 MW.

⁽⁵⁾ A potência de 500 MW exclui as UGs 3 e 4, cuja operação comercial se encontra suspensa por tempo indeterminado, conforme despacho ANEEL No 3.263, de 19 de outubro de 2012. Inclui, todavia, a potência de 150 MW ainda não disponível devido ao atraso nas obras de expansão da usina, ao final das quais as UGs 11 e 21 funcionarão em ciclo combinado com as UGs 1 e 2. A garantia física de 401,2 MW é relativa à potência instalada de 500 MW.

⁽⁶⁾ Prorrogação negada por meio da Portaria MME nº 245, de 20 de abril de 2012, antes, portanto, da edição da MP 579, em setembro do mesmo ano.

⁽⁷⁾ 3º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004, assinado em 26 de maio de 2017. (REA 6054/2016).

⁽⁸⁾ A Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015, facultou a Furnas a prorrogação da concessão da UHE Itumbiara em contrapartida a sua participação no Fundo de Energia do Sudeste-Centro-Oeste (FESC) e à celebração de contratos de energia lastreados na garantia física da usina com unidades consumidoras localizadas no submercado Sudeste/Centro-Oeste, a partir de leilões promovidos por Furnas. Assim sendo, e dada adesão da Empresa ao regime previsto pela referida Lei, Furnas terá a prorrogação da concessão da UHE Itumbiara por prazo adicional de até 30 anos.

⁽⁹⁾ A Portaria MME Nº 178, de 3 de maio de 2017, revisou os valores de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no SIN, com validade a partir de 1º de janeiro de 2018.

⁽¹⁰⁾ Solicitada à ANEEL prorrogação da concessão nos termos do requerimento REQ.GCO.P.027.2013, de 5 de julho de 2013 cujas condições seguem vigentes.

^(*) Informação não revisada.

^(**) Segundo Lei nº 12.783/2013.

Ainda no segmento de geração de energia, Furnas participa, na forma de parceria, em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) detentoras de concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

Empreendimento ⁽⁶⁾	Participação de Furnas (%)	Rio ou Município/Estado ou Estado/País	Potência Instalada (MW) ^{(9) (7)}	Garantia Física (MW médio) (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Hidrelétricas em operação						
Baguari ⁽⁷⁾	15,00	Doce	140,00	84,70	15.08.2006	14.08.2041
Foz do Chapecó ⁽⁷⁾	40,00	Uruguai	855,00	427,20	07.11.2001	06.11.2036
Peixe Angical	40,00	Tocantins	498,75	280,50	07.11.2001	06.11.2036
Retiro Baixo ⁽⁷⁾	49,00	Paraopeba	82,00	36,60	15.08.2006	14.08.2041
Santo Antônio ⁽¹¹⁾	43,06	Madeira	3.568,00	2.385,10	13.06.2008	12.06.2043
São Manoel ⁽⁵⁾	33,33	Teles Pires	700,00	425,7	10.04.2014	09.04.2049
Serra do Facão ⁽⁷⁾	49,47	São Marcos	212,58	178,80	07.11.2001	06.11.2036
Teles Pires	24,50	Teles Pires	1.819,80	930,70	07.06.2011	07.06.2046
Hidrelétricas em operação em regime de cotas						
Três Irmãos	49,90		807,5	217,50	10.10.2014	09.10.44
Empreendimento Suspenso						
Inambari ⁽²⁾	19,60	AM/Peru	2.200,00	-	-	-
Eólicas (Participação Indireta via Brasil Ventos)						
São Januário ^{(8) (10)}	^{(8) (9)}	Fortim/CE	19,20	9,00	17.07.2012	17.07.2047
Nossa Senhora de Fátima ^{(8) (10)}	^{(8) (9)}	Fortim/CE	28,80	12,80	08.08.2012	08.08.2047
Jandaia ^{(8) (10)}	^{(8) (9)}	Fortim/CE	28,80	14,10	08.08.2012	08.08.2047
São Clemente ^{(8) (10)}	^{(8) (9)}	Fortim/CE	19,20	9,30	25.07.2012	25.07.2047
Jandaia 1 ^{(8) (10)}	^{(8) (9)}	Fortim/CE	19,20	9,90	05.07.2012	05.07.2047
Famosa 1 ⁽³⁾	49,00	Tibau/RN	22,50	11,10	24.05.2012	24.05.2047
Pau Brasil ⁽³⁾	49,00	Icapuí/CE	15,00	7,70	26.03.2012	26.03.2047
Rosada ⁽³⁾	49,00	Tibau/RN	30,00	13,4	31.05.2013	31.05.2048
São Paulo ⁽³⁾	49,00	Icapuí/CE	17,50	8,10	26.03.2012	26.03.2047
Bom Jesus ⁽³⁾	49,00	Itapipoca/CE	18,00	8,10	14.04.2014	14.04.2049
Cachoeira ⁽⁶⁾	49,00	Itapipoca/CE	12,00	5,00	14.04.2014	14.04.2049
Pitimbu ⁽³⁾	49,00	Itapipoca/CE	18,00	7,20	24.03.2014	24.03.2049
São Caetano ⁽³⁾	49,00	Itapipoca/CE	25,20	11,00	14.04.2014	14.04.2049
São Caetano I ⁽³⁾	49,00	Itapipoca/CE	18,00	7,70	14.04.2014	14.04.2049
São Galvão ⁽³⁾	49,00	Itapipoca/CE	22,00	9,50	25.03.2014	25.03.2049
Carnaúba I ⁽³⁾	49,00	Maxaranguape/RN	22,00	9,40	07.07.2014	07.07.2049
Carnaúba II ⁽³⁾	49,00	Maxaranguape/RN	18,00	7,30	07.07.2014	07.07.2049
Carnaúba III ⁽³⁾	49,00	Maxaranguape/RN	16,00	7,50	07.07.2014	07.07.2049
Carnaúba V ⁽³⁾	49,00	Rio do Fogo/RN	24,00	10,10	07.07.2014	07.07.2049
Cervantes I ⁽³⁾	49,00	Rio do Fogo/RN	16,00	7,10	07.07.2014	07.07.2049
Cervantes II ⁽³⁾	49,00	Rio do Fogo/RN	12,00	5,60	07.07.2014	07.07.2049
Punaú I ⁽³⁾	49,00	Rio do Fogo/RN	24,00	11,00	07.07.2014	07.07.2049
Arara Azul ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	João Câmara/RN	27,50	10,70	17.11.2014	17.11.2049
Bentevi ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	João Câmara/RN	15,00	5,70	12.11.2014	12.11.2049
Ouro Verde I ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	João Câmara/RN	27,50	10,70	11.11.2014	11.11.2049
Ouro Verde II ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	João Câmara/RN	30,00	11,20	12.11.2014	12.11.2049
Ouro Verde III ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	João Câmara/RN	25,00	9,40	12.11.2014	12.11.2049
Santa Rosa ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	Acarau/CE	20,00	8,40	09.10.2014	09.10.2049
Uirapuru ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	Acarau/CE	28,00	12,60	10.10.2014	10.10.2049
Ventos de Angelim ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	Acarau/CE	24,00	10,30	17.11.2014	17.11.2049
Serra do Mel I ⁽⁴⁾	90,00	Serra do Mel/RN	28,00	13,00	13.10.2014	13.10.2049
Serra do Mel II ⁽⁴⁾	90,00	Serra do Mel/RN	28,00	12,80	13.10.2014	13.10.2049
Serra do Mel III ⁽⁴⁾	90,00	Serra do Mel/RN	28,00	12,50	24.11.2014	24.11.2049
Itaguaçu da Bahia ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,00	09.09.2014	09.09.2049
Ventos de Santa Luíza ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,20	12.09.2014	12.09.2049
Ventos de Santa Madalena ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,70	09.09.2014	09.09.2049
Ventos de Santa Marcella ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	13,60	18.09.2014	18.09.2049
Ventos de Santa Vera ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	15,20	09.09.2014	09.09.2049
Ventos de Santo Antônio ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	16,10	19.09.2014	19.09.2049
Ventos de São Bento ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,40	09.09.2014	09.09.2049
Ventos de São Cirilo ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,70	17.09.2014	17.09.2049
Ventos de São João ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	15,00	19.09.2014	19.09.2049
Ventos de São Rafael ^{(4) (8)}	^{(8) (9)}	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	13,80	17.09.2014	17.09.2049

⁽¹⁾ Potência homologada pela ANEEL.

⁽²⁾ Empreendimento suspenso ainda na fase de estudo de viabilidade. A potência instalada é a expectativa do projeto.

⁽³⁾ Os empreendimentos participaram do Mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva de 2017, de que trata o Decreto 9.019/2017 e lograram êxito. O resultado da descontração e devolução das outorgas pela ANEEL foi homologado. No caso específico de Famosa I, houve a revogação da outorga e aplicação de multa por parte da ANEEL.

⁽⁴⁾ Os empreendimentos dos Complexos de Acaraú, Serra do Mel, Famosa III e Itaguaçu tiveram suas energias descontraídas integralmente no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits - MCSD - Redução Permanente (Resolução Normativa ANEEL nº 693, de 15 de dezembro de 2015). Furnas solicitou a revogação, sem penalidades, das outorgas dos projetos descontraídos neste Mecanismo. Observa-se, no entanto, que a ANEEL, além de revogar as outorgas dos parques eólicos pertencentes aos complexos Acaraú, Famosa III e Serra do Mel, suspendeu, pelo período de 1 (um) ano, o direito de Furnas de contratar ou participar de licitações promovidas pela agência. Cabe destacar que a decisão não transitou em julgado e cabe recurso.

⁽⁵⁾ UHE com 4 UGs em operação comercial (700 MW).

⁽⁶⁾ Os empreendimentos de geração das SPEs Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A., Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A e Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. tiveram a participação de Furnas transferida para a Eletrobras em processo de dação conforme Termo de Transferência assinado em 21 de agosto de 2018.

⁽⁷⁾ A Portaria MME Nº 178, de 3 de maio de 2017, revisou os valores de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no SIN, com validade a partir de 1º de janeiro de 2018.

⁽⁸⁾ A participação acionária de Furnas na Brasil Ventos é de 100%.

⁽⁹⁾ A participação de Brasil Ventos nos empreendimentos eólicos é de 100% no Complexo Fortim, 98% no Complexo Itaguaçu da Bahia, 90% em Acaraú e 90% em Famosa III (João Câmara).

⁽¹⁰⁾ Empreendimento em construção.

⁽¹¹⁾ Em 28/08/2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da sociedade e integralizaram este aumento. Em 2 de outubro de 2018, Furnas subscreveu a parcela das sobras não subscritas por CEMIG e SAAG. O montante subscrito elevou a sua participação acionária para 41,54%. Furnas realizou aporte de recursos financeiros em MESA, em razão da aprovação em Assembleia Geral Extraordinária da SPE (3 de outubro de 2018) que aumentou o capital subscrito em R\$ 300 milhões. Odebrecht Energia do Brasil e Caixa FIP Amazônia não subscreveram e a participação acionária de Furnas aumentou para 42,46%. Um novo aumento de capital foi aprovado na AGE de 29 de novembro de 2018 e após o aporte de Furnas sua participação acionária passou a ser de 43,06%.

^(*) Informação não revisada.

2.2 Transmissão de Energia Elétrica

Os contratos de concessão de transmissão encontram-se discriminados a seguir:

Contrato nº	Empreendimento	UF	Assinatura do Contrato de Concessão	Início da Concessão	Prazo da Concessão	Término da Concessão
Em operação						
034/2001	Expansão da Interligação Sul-Sudeste	PR, SP	09.05.2001	09.05.2001	30 anos	08.05.2031
062/2001	Diversos empreendimentos prorrogados no contexto da Lei nº 12.783/2013	RJ, SP, PR, MG, GO, TO, DF, ES, MT	04.12.2012	01.01.2013	30 anos	31.12.2042
006/2005	LT Macaé–Campos C3	RJ	04.03.2005	04.03.2005	30 anos	03.03.2035
007/2006	LT Tijuco Preto–Itapeti–Nordeste 345 kV	SP	27.04.2006	27.04.2006	30 anos	26.04.2036
003/2009	LT Bom Despacho 3–Ouro Preto 2 500 kV	MG	28.01.2009	28.01.2009	30 anos	27.01.2039
016/2012	SE Zona Oeste 500/138 kV – 1.200 MVA	RJ	10.05.2012	10.05.2012	30 anos	09.05.2042
014/2011	LT Xavantes–Pirineus 230 kV CS	GO	09.12.2011	09.12.2011	30 anos	08.12.2041
006/2010	LT Mascarenhas–Linhares 230 kV CS; SE Linhares – 230/138 kV – 150 MVA	ES	12.07.2010	12.07.2010	30 anos	11.07.2040

2.2.1 Sistema Itaipu

Entre os empreendimentos construídos e operados por Furnas, destaca-se o sistema de transmissão de Itaipu, integrado por três troncos de transmissão em corrente alternada (750 kV) e duas linhas em corrente contínua (± 600 kV). Os troncos de transmissão em corrente alternada são compostos por nove linhas de transmissão que ligam Foz do Iguaçu, Ivaiporã, Itaberá e Tijuco Preto. Já as linhas de corrente contínua interligam diretamente Foz do Iguaçu a Ibiúna. A distância cruzada por esses sistemas, entre os Estados do Paraná e São Paulo, é de aproximadamente 900 km.

2.2.2 Parcerias de Furnas com outras sociedades (SPEs) em projetos de transmissão

Investida ⁽⁶⁾	Linha	km (1) (*)	Subestação	Capacidade de Transformação (MVA)	Data da Outorga	Prazo da Concessão	
Baguari Energia S.A.	LT UHE Baguari - SE Baguari	2,50	SE UHE Baguari	155,60	15.08.2006	35 anos	
Belo Monte Transmissora	LT 800 kV Xingu-Estreito CC	2.092,00	Estação Conversora Xingu – 4.000 MW	4000,00	16.06.2014	30 anos	
			Estação Conversora Estreito – 3.850 MW	3850,00			
Caldas Novas	-	-	Ampliação da SE Corumbá 345/138 kV	150,00	16.06.2011	30 anos	
Empresa de Energia São Manoel	LT SE São Manoel - SE Paranaíta	40,00	SE UHE São Manoel	-	10.04.2014	35 anos	
			SE Paranaíta	-			
Enerpeixe S.A.	LT Peixe Angical – Gurupi	20,00	SE UHE Peixe ⁽⁷⁾	525,00	07.11.2001	35 anos	
	LT Peixe Angical – Peixe 2	17,00					
Goiás Transmissão	LT 500 kV Rio Verde Norte-Trindade	187,00	SE Trindade em 500/230 kV	1.200,00	12.07.2010	30 anos	
	LT 230 kV Trindade–Xavantes	37,00					
	LT 230 kV Trindade–Carajás	30,00					
IE Madeira	LT 600 kV Porto Velho–Araraquara 2	2.375,00	Estação Retificadora nº 2 CA/CC, em 500/±600 kV – 3.150 MW	3.832,00	26.02.2009	30 anos	
			Estação Inversora nº 02 CC/CA, em ±600/500 kV – 2.950 MW	3.632,00			
Lago Azul Transmissora	LT 230 kV Barro Alto-Itapaci C2	69,00	-	-	14.05.2014	30 anos	
Madeira Energia S.A.	LT Usina a SE elevadora	10,00	SE UHE Santo Antônio - 3630 MVA	3.630,00	13.06.2008	35 anos	
MGE Transmissão	LT 500 kV Mesquita–Viana 2	252,00	SE Viana 2 500/345 kV	900,00	12.07.2010	30 anos	
	LT 345 kV Viana 2–Viana	8,00					
Paranaíba Transmissora	LT 500 kV Barreiras II-Rio das Águas	239,10	-	-	02.05.2013	30 anos	
	LT 500 kV Rio das Águas–Luziânia	346,20					
	LT 500 kV Luziânia-Pirapora 2	368,10					
Retiro Baixo Energética S.A.	LT UHE Retiro Baixo – SE Curvelo	45,00	SE UHE Retiro Baixo	100,00	15.08.2006	35 anos	
Teles Pires Participações S.A.	LT UHE Teles Pires-SE Coletora Norte	7,50	SE UHE Teles Pires ⁽⁴⁾	-	07.06.2011	35 anos	
Transenergia Goiás	LT 230 kV Serra da Mesa-Niquelândia	100,00	Entrada de linha 230 kV SE Serra da Mesa	-	09.11.2009	30 anos	
	LT 230 kV Niquelândia–Barro Alto	89,00	2 Entradas de linha 230 kV SE Niquelândia	-			
			Entrada de linha 230 kV SE Barro Alto	-			
Transenergia Renovável	LT 230 kV Barra dos Coqueiros–Quirinópolis	51,47	SE Edéia em 230/138 kV	150,00	23.04.2009	30 anos	
	LT 138 kV Quirinópolis-UTE Quirinópolis	33,95					
	LT 138 kV Quirinópolis-UTE Boavista	16,50					
	LT 230 kV Chapadão–Jataí CD ⁽³⁾	138,05	SE Jataí em 138 kV	450,00			
	LT 138 kV Jataí–Mineiros	61,40					
	LT 138 kV Jataí-UTE Jataí	51,56	SE Mineiros em 138 kV	-			
	LT 138 kV Jataí-UTE Água Emendada	32,57					
	LT 138 kV Mineiros-Morro Vermelho	46,86	SE Morro Vermelho em 138 kV	-			
	LT 138 kV Morro Vermelho–UTE Alto Taquari	30,20					
	LT 230 kV Palmeiras–Edéia	58,57	SE Quirinópolis em 230/138 kV	225,00			
	LT 138 kV Edéia-UTE Tropical Bioenergia I	49,00					
Transenergia São Paulo	-	-	SE Itatiba 500/138 kV	1.200,00	19.11.2009	30 anos	
Serra do Facão Energia S.A.	LT UHE Serra do Facão – SE Celg de Catalão	32,00	SE UHE Serra do Facão	236,40	07.11.2001	35 anos	
Triângulo Mineiro Transmissora	LT 500 kV Marimbondo II-Assis	296,50	-	-	14.08.2013	30 anos	
Vale do S. Bartolomeu Transmissora	LT 500 kV Luziânia-Brasília Leste Circuito 1	67,00	SE Brasília Leste 500/138 kV	1.260,00	09.10.2013	30 anos	
	LT 500 kV Luziânia-Brasília Leste Circuito 2	67,00					
	LT 345 kV Brasília Sul-Samambaia	14,00					
	LT 230 kV Brasília Geral-Brasília Sul	13,50					
Mata de Sta. Genebra Transmissora ⁽⁶⁾	LT 500 kV Itatiba–Bateias	399,00	SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV - 300 MVA ^{r (2)}	-	14.05.2014	30 anos	
	LT 500 kV Araraquara 2–Itatiba	207,00	SE Itatiba 500 kV - 300 MVA ^{r (2)}	-			
		LT 500 kV Araraquara 2-Fernão Dias	241,00	SE Fernão Dias 500/440 kV (1º Bco de Autotrafos - 1200 MVA, 2º Bco de Autotrafos 2400 MVA)	3.600,00		
Fortim - São Januário ⁽⁶⁾	LT 230 kV Fortim - Russas II	68,00	SE Fortim (Usina)	140,00	17.07.2012	17.07.2047	

(1) Valores aproximados.

(2) A subestação não pertence à SPE.

(3) Circuito Duplo – quilometragem dobrada.

(4) Subestação de manobra, sem capacidade de transformação.

(5) Os empreendimentos de transmissão das SPEs Luziânia-Niquelândia Transmissora, Brasventos, Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A., Companhia Transirapé de Transmissão, Companhia Transleste de Transmissão e Companhia Transudeste de Transmissão tiveram a participação de Furnas transferida para a Eletrobras em processo de dação, conforme Termo de Transferência assinado em 21de agosto de 2018.

(6) Empreendimentos em construção.

Nota: LT = linha de transmissão; SE = subestação.

(*) Informação não auditada.

2.3 Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal publicou a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

A prorrogação considerou a antecipação do vencimento dessas concessões e a assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições. Pressupôs, ainda, a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei nº 12.783/2013, estando ainda prevista a indenização ou a incorporação na base tarifária, a critério do Poder Concedente, dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no Valor Novo de Reposição (VNR).

Adicionalmente, o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Fazenda (MF) emitiram, em 1º de novembro de 2012, a Portaria Interministerial nº 580, por meio da qual fixaram os valores das indenizações dos ativos de geração e transmissão afetados pela Medida Provisória nº 579, referenciados a preços de junho de 2012 e outubro de 2012, respectivamente. Os valores de indenização dos ativos de geração foram ajustados em 29 de novembro de 2012, por meio da Portaria Interministerial nº 602.

Essas indenizações se referem, no caso de transmissão, apenas aos ativos atinentes à RBNI. Já no caso de geração, os valores fixados pelo MME correspondem aos investimentos identificados no Projeto Básico das usinas.

2.3.1 Ativos de concessões prorrogadas cuja indenização ainda não foi homologada pelo Poder Concedente

A seguir, serão demonstrados os valores ainda pendentes de homologação.

2.3.1.1 Pleitos ainda não homologados

Descritivo	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
Geração		
Modernizações e melhorias	995.718	995.718
Geração térmica	805.462	693.264
Total	1.801.180	1.688.982

2.3.2 Efeitos da Lei nº 12.783/2013, por segmento de negócio

Conforme previu a Lei 12.783/2013, a ANEEL estabeleceu os critérios e procedimentos para que fossem encaminhadas à Agência as informações necessárias ao cálculo do VNR dos ativos ainda não completamente depreciados. Nesse sentido, foi publicada uma Resolução Normativa para cada segmento.

2.3.2.1 Transmissão

Para a transmissão, a ANEEL, mediante a Resolução Normativa nº 589 de 10 de dezembro de 2013, disciplinou os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição – VNR, para fins de indenização dessas instalações. Essa Resolução estabeleceu que a concessionária contratasse uma empresa credenciada junto à ANEEL para elaborar um laudo de avaliação contemplando os ativos existentes em 31 de maio de 2000, não depreciados até 31 de dezembro de 2012.

Em 22 de abril de 2015, Furnas protocolou junto a ANEEL o laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Existente - RBSE, referente ao contrato de concessão nº 062/2001, renovado pela Lei12.783/2013. O valor histórico da RBSE, em 31 de dezembro de 2012, monta em R\$ 4.530.060 (R\$ 4.530.060 em 31 de dezembro de 2015).

A Empresa recebeu, no período de 4 a 15 de maio de 2015, fiscalização da ANEEL para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável, que totaliza R\$ 10.699.030, equivalente aos investimentos pelo Valor Novo de Reposição - VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012. No período de 10 a 21 de agosto de 2015 ocorreu a fiscalização complementar do órgão regulador.

Em 11 de setembro de 2015, a ANEEL emitiu Termo de Notificação 069/2015-SFF, contendo o Relatório de Fiscalização RF-Furnas 078/2015-SFF, em cujo teor aprova o valor de R\$ 8.999.520, a título de indenização da RBSE, na data base de 31 de dezembro de 2012. Em outubro de 2015 o Conselho de Administração de Furnas concordou com os termos do referido Termo de Notificação. Por meio do Despacho ANEEL 4042, de 15 de dezembro, a mesma homologou o referido valor.

Em 20 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 120/2016, determinou que os valores homologados pela ANEEL relativos aos ativos previstos no artigo 15, § 2º, da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017. Além de compensar os ativos, a Portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pelas empresas possa ser incluído nos referidos valores.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, por meio da ReH nº 2.258/2017, homologou as Receitas Anuais Permitidas – RAP para o período de 2017/2018, incluindo os valores relativos aos ativos atingidos pelo Lei nº 12.738/2013, em consonância com o estabelecido na Portaria 120/2016 do MME. A referida Resolução Homologatória levou em consideração a decisão liminar emilida no âmbito do Processo Judicial nº 001052482017.4.01.3400/DF – 5ª Vara Federal – que deferiu em favor da ABRACE, ABIVIDRO e ABRAFE, pedido de tutela provisória de urgência para determinar que a “ANEEL exclua a parcela dita de “remuneração” da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização.”. As ações liminares foram ajuizadas em face da União e da Aneel, no entanto, a ABRATE – Associação Brasileira dos Transmissores de energia Elétrica, da qual Furnas faz parte, vem solicitando seu ingresso nas ações judiciais como terceiro interessado. Os escritórios de advocacia ASBZ Advogados e Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia foram contratados pela associação para defender seus interesses. A Empresa, como a associação, acredita que esses valores são devidos, portanto os mantém em seus Ativos Financeiros.

Com base na Resolução Homologatória supracitada, a Empresa registrou sua melhor estimativa, apresentando os valores atualizados conforme quadro abaixo:

Descritivo	Controladora
Saldo em 31.12.2017	19.679.665
Ativos Financeiros RBSE - Homologada	16.327.292
Ativos Financeiros RBSE - Controverso	3.352.373
Movimentação em 2018	(1.355.079)
Saldo em 31.12.2018	18.324.586
Ativos Financeiros RBSE - Homologada	16.092.080
Ativos Financeiros RBSE - Controverso	2.232.506

Este efeito contábil refere-se à amortização e à mensuração do valor justo correspondente ao Ativo Financeiro do contrato no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que foi remensurado a valor justo em cumprimento a norma contábil CPC 48. Informações complementares encontram-se descritas nas Notas 3.2.7 e 14.

A Empresa remensurou, de acordo com o CPC 48, os ativos financeiros referente a RBSE do seu valor justo.

2.3.2.2 Geração Hidrelétrica – Investimentos após o projeto básico

Descritivo	Controladora			
	Valor contábil líquido do Pleito	Valor contábil líquido em 31.12.2018	Valor novo de reposição (VNR)	Valor a receber (*)
Usinas				
UHE Furnas	514.825	691.174	606.859	606.859
UHE Estreito	480.893	439.840	659.483	659.483
Total	995.718	1.131.011	1.266.342	1.266.342

(*) Valores sujeitos à homologação da ANEEL

Descritivo	Controladora			
	Valor contábil líquido do Pleito	Valor contábil líquido em 31.12.2017	Valor novo de reposição (VNR)	Valor a receber (*)
Usinas				
UHE Furnas	514.825	707.981	606.859	606.859
UHE Estreito	480.893	456.684	659.483	659.483
Total	995.718	1.164.665	1.266.342	1.266.342

(*) Valores sujeitos à homologação da ANEEL

O valor da indenização a receber é o VNR. Em atendimento à Resolução Normativa 596/2013, Furnas protocolou junto à ANEEL, relatório contendo as informações necessárias para a valoração desses ativos e permanece no aguardo de manifestação dos órgãos reguladores para reconhecer os efeitos pertinentes aos respectivos investimentos realizados, uma vez que a Agência ainda não homologou tais valores.

2.3.2.3 Geração Térmica – UTE Santa Cruz

Descritivo	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
Valor contábil líquido (*)	805.462	693.264
Valor novo de reposição (VNR)	2.780.046	2.780.046

(*) Valores sujeitos à homologação da ANEEL

2.3.2.4 Impactos de Contrato Oneroso

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Geração				
Funil	248.520	126.860	248.520	126.860
Santa Cruz	159.832	32.258	159.832	32.258
Total geração	408.352	159.118	408.352	159.118
Transmissão				
SPEs controladas	-	-	-	45.557
Total SPEs controladas	-	-	-	45.557
Total	408.352	159.118	408.352	204.675

Informações complementares acerca da provisão para perdas com contrato oneroso estão descritas na Nota 28.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão elencadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além de disposições normativas de seu órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) onde aplicável.

As demonstrações financeiras da Empresa apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente e em conformidade com as normas internacionais. A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 do CPC (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, o CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações separadas da investidora, eliminando essa diferença, até então existente, entre a legislação brasileira e a norma internacional. Já para os investimentos em empreendimentos onde a Empresa detém o controle, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações

3.2.3 Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias

São decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

3.2.4 Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

É estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que não há perspectiva de realização dos valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A Empresa aplicou inicialmente o CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. As alterações do referido pronunciamento técnico implica que as perdas de créditos de liquidação duvidosa sejam calculadas com base em análise confiável e no histórico de inadimplência, sendo estas deduzidas das receitas de contratos com clientes já no reconhecimento inicial (inclusive títulos a vencer), e não mais em momento em que tais perdas sejam prováveis.

3.2.5 Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas, estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos, auferidos até a data do balanço.

3.2.6 Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante, representam itens para uso próprio e investimento, e estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de estimativa para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros podem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, instrumento de dívida mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), instrumento patrimonial mensurado ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ou mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada no modelo de negócios da Empresa no qual o ativo é mantido e nas características de fluxo de caixa contratual dos ativos financeiro e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA, como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não entenderia essa condição.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes.

Para os ativos contratuais dentro do alcance do pronunciamento contábil CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a entidade adotou a abordagem simplificada e mensura a perda esperada de crédito com base no valor da vida do ativo.

Adoção de novas normas e interpretações

A Empresa adotou as normas do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (a) e CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes (b) que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018. A Empresa não estendeu a aplicação aos requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado, visto que a Empresa adotou expedientes práticos previstos nestas normas relativos a esta não representação das informações comparativas.

a) CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, aqueles: Custo amortizado (CA), instrumento patrimonial mensurado ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Tal classificação e mensuração é baseada, em duas condições: (i) o modelo de negócios da Empresa no qual o ativo é mantido; e (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do referido ativo financeiro.

Em suma, os modelos de negócios são divididos em três categorias apresentados a seguir:

	Modelo	Contexto
1	Manter para coletar somente fluxos de caixas contratuais	Os que apresentam como características a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
2	Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros	Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
3	Demais Modelos de Negócio para os instrumentos financeiros	Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se às categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

	Classificação e Mensuração – CPC 48
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esse ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumento de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes o valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela que demonstra as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros encontra-se na Nota 39.1. O impacto da adoção do CPC 48/IFRS 9 foi um efeito positivo de R\$ 370.152, registrado em lucros acumulados e um efeito negativo de R\$ 1.725.232, registrado no resultado do exercício, conforme Nota 14.

b) CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo a CPC 30/IAS 18 Receita, a IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

A Empresa adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Empresa aplica um modelo de cinco etapas, sendo elas, identificação do contrato, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço de transação e reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A norma determina que a Empresa só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso deixarão de ter as respectivas receitas reconhecidas. Os contratos de concessão de transmissão foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com o CPC 47/ IFRS 15.

Receita relacionada aos ativos de transmissão de energia elétrica

Antes da adoção do IFRS 15/CPC 47, a Empresa contabilizava receita de operação e manutenção, receita de construção e atualização da taxa de retorno-transmissão como itens separados dentro das receitas agrupadas da RAP e alocava a contraprestação para cada modalidade de receita utilizando a abordagem de valor justo relativo.

De acordo com o IFRS 15/CPC 47, a Empresa avaliou que havia duas obrigações de performance nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica sendo elas, a construção da infraestrutura necessária para as linhas de transmissão e a operação e manutenção da disponibilidade da mesma.

Antes da adoção do IFRS 15/CPC 47 a Empresa reconhecia ativos financeiros de transmissão de acordo com o IFRIC 12/CPC 01 mesmo que o recebimento da contraprestação total estivesse condicionado a execução dos serviços necessários para o mantimento da disponibilidade das redes de transmissão.

De acordo com o IFRS 15/CPC 47, qualquer contraprestação cuja obrigação de desempenho tenha sido executada e transferida ao cliente, mas ainda não é devida, deve ser reconhecida como ativo de contrato. Portanto, após a adoção do IFRS 15/CPC 47, a Empresa desreconheceu seus ativos financeiros de transmissão e novos ativos de contrato foram reconhecidos no montante de R\$ 2.629.497 e R\$ 2.803.934 respectivamente. A diferença entre esses saldos teve sua contrapartida registrada em lucros acumulados, em 1º de janeiro de 2018.

Um ativo de contrato é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Se o Grupo desempenhar suas atividades transferindo bens ou serviços ao cliente antes que este pague a contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, é reconhecido um ativo de contrato pela contraprestação adquirida, que é condicional.

A tabela a seguir resume os impactos líquidos de impostos, da adoção do CPC 47/IFRS 15 e CPC48/IFRS 9 sobre lucros líquidos acumulados em 1º de janeiro de 2018:

ATIVO	Consolidado		
	Adoção CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9		
	31/12/2017	Ajustes	01/01/2018
Ativo Contratual Transmissão	-	2.803.934	2.803.934
Ativo Financeiro Transmissão	2.629.497	(2.629.497)	-
Ativo Financeiro - (RBSE)	19.679.666	370.152	20.049.818
Ativo Financeiro de geração	1.252.773	-	1.252.773
Investimentos - SPes Transmissoras	6.102.218	(417.772)	5.684.446
Outros	9.171.950	-	9.171.950
TOTAL DO ATIVO	38.836.104	126.817	38.962.921
PASSIVO			
Outros	18.797.705	-	18.797.705
TOTAL DO PASSIVO	18.797.705	-	18.797.705
Lucros acumulados	-	126.817	126.817
Outros	20.038.399	-	20.038.399
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.038.399	126.817	20.165.216

3.2.8 Investimentos

Furnas possui participações em Sociedades de Propósitos Específicos - SPes, sob controle compartilhado com outros acionistas. Todos têm o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, de forma colegiada sem exercer controle individual.

Os resultados destas SPes são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial.

Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada no passivo.

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas investidas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisões para perdas, quando aplicável.

3.2.9 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, conforme previsto pela Orientação Técnica OCP 05 – Contratos de Concessão (item 111). A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

A vida útil estimada de cada bem, os valores residuais e os métodos de depreciação são efetuados em conformidade com as regras estabelecidas pelo Poder Concedente, representado por Agência Reguladora. Adicionalmente, o mesmo também é responsável por estabelecer a apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (ou despesas) operacionais líquidas na demonstração do resultado.

Os bens de geração, não afetados pela Lei nº 12.783/2013: terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos – não qualificáveis na ICP 01 (R1) – *Contrato de Concessão* – estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados (Nota 17).

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

3.2.10 Ativo intangível

As faixas de servidões permanentes são registradas pelo custo de aquisição. Os *softwares* de manutenção de sistema corporativo são registrados e avaliados custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Neste grupo também estão incluídos os valores provenientes do direito de uso da infraestrutura para ser utilizada pela outorgante, que são estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, os quais são registrados pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontados a valor presente, a taxa implícita do projeto.

3.2.10.1 Baixa de ativo intangível

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.2.10.2 Ativo intangível proveniente do direito da exploração das concessões

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões de Furnas decorre de Uso do Bem Público (UBP), onde determinadas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de UBP. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

3.2.11 Provisão ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

No fim de cada exercício, o valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis são revisados para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante da provisão.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, calcula-se o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou ainda não disponível para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente, pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da provisão de perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.2.12 Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

3.2.12.1 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros, ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

3.2.12.2 Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os mesmos são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

3.2.12.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, tanto no circulante como no não circulante, nas rubricas “fornecedores”, “financiamentos e empréstimos” e “outros”. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros no respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.12.3.1 Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros é procedida somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2.12.3.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

3.2.13 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Furnas adota o regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é o lucro, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social e estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Conforme facultado pela legislação tributária algumas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre as receitas brutas provenientes da venda de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.2.14 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponde a itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.



3.2.15 Benefícios a empregados

A Empresa opera um fundo de pensão em que os planos são financiados por pagamentos a seguradoras, ou fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. Existem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como: idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação ao plano de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual são feitas contribuições fixas a uma entidade separada. Para a Empresa, não existem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Com relação ao plano de contribuição definida, são feitas contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso, em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros, estiver disponível.

A Empresa possui outros benefícios pós-emprego relacionados com seguro de vida e plano de saúde que também foram determinados atuarialmente e que se encontram provisionados.

A Empresa contabiliza os ganhos e perdas atuariais reconhecendo-os de forma integral na rubrica outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido, conforme previsto no CPC 33 (R1), líquido dos efeitos tributários.

3.2.16 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos, e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Empresa estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social, e após as devidas destinações legais, a Empresa registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no passivo circulante e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos da Lei nº 10.303/2001.

3.2.17 Reconhecimento de receita

Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflète sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços a partir de 1º de janeiro de 2018. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita.

- Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- Determinar o preço da transação.
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente.

Conforme CPC 30/IAS 18 Receita aplicada até 31 de dezembro de 2017 a receita era mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e outras deduções similares.

3.2.18 Ativo de Contrato de Transmissão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia elétrica até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 01 de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Empresa utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa taxa de desconto calculada contrato a contrato varia entre 4,16% e 9,93%.

3.2.18 Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira, por sua vez, devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem, exceto:

- variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionada a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- variações cambiais sobre itens monetários a receber, ou a pagar, com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização de itens monetários.

3.2.19 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos imobilizados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.2.20 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.2.21 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segue as disposições contidas no CPC 09 – *Demonstração do Valor Adicionado* e é apresentada como informação adicional.

3.2.22 Concessões a Pagar

A Empresa, mediante suas concessões nas usinas de Simplício e Batalha, e por intermédio de suas investidas: Cia Hidrelétrica Teles Pires, Chapecoense Geração S.A., Enerpexpe S.A., Retiro Baixo Energética S.A., Serra do Facão Energia S.A. e Madeira Energia S.A., possui ônus em seus contratos de concessão com a União para a utilização do bem público para a geração de energia.

3.3 Uso de Julgamentos e Estimativas Contábeis

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Empresa quando da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tomam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração, a materialização no valor contábil de seus ativos e passivos e de resultado pode divergir dessas estimativas.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração formou seu julgamento sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

3.3.1 Ativo e passivo fiscais diferidos

O mesmo critério adotado para apuração e contabilização do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas, levando-se em consideração a capacidade de realização futura pela geração de lucros tributáveis.

O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar, ou não, o montante do ativo fiscal diferido.

3.3.2 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Empresa adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para cálculo do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário.

Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência, na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela ANEEL aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor.

Também impactam no cálculo das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detida pela Empresa, em especial, os valores de sua reversão ao final do prazo de concessão.

3.3.3 Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros

A Empresa reconhece provisão para riscos com causas tributárias, cíveis, trabalhistas e outros. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Empresa revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.3.4 Obrigações atuariais

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas demonstrações financeiras podem ser distintos sobre variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.

NOTA 4 - ASSUNTOS DO SETOR ELÉTRICO

Conforme descrito na Nota 3, FURNAS está submetida às disposições emanadas de sua agência reguladora, a ANEEL. Assim sendo, há obrigações que são específicas deste segmento de negócio das quais destacamos:

4.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de consumidores em geral, em parceria com a Empresa.

4.2 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3% da sua receita anual.

Cabe destacar que pelo art. 21 da Lei nº 12.783/2013, ficam desobrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR:

*“I - as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;
II - as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e
III – as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas ou licitadas nos termos desta Lei.”*

Ainda pela Lei nº 12.783/2013, mediante redação do art. 20, fica a RGR de que trata o art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, autorizada a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão de concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.

4.3 Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: CFURH = TAR x GH x 6,75%, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela ANEEL (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica.

4.4 Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação alterada pelo art. 23 da Lei nº 12.783/2013, visa ao desenvolvimento energético dos Estados.

Ainda pela Lei nº 12.783/2013, mediante redação do art. 20, fica a CDE autorizada a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão de concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.

4.5 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela ANEEL.

4.6 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários e permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos.

4.7 Uso de Bem Público (UBP)

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada, a valor presente, a taxa implícita do projeto.

4.8 – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA):

Instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica no país, tais como: energia eólica (ventos), biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. A cada final de ano, com base Nos procedimentos definidos no Submódulo 5.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, a ANEEL publica as cotas anuais de energia e de custeio a serem pagas em duodécimos, por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final.

NOTA 5 - NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES NÃO VIGENTES

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

5.1 IFRS 16 / CPC 06 – Arrendamentos

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma supracitada distingue contratos de arrendamento e contratos de serviços considerando se um ativo identificado é controlado por um cliente.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Empresa atua como arrendatária e reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Empresa reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Empresa anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Atualmente a Empresa está no processo de avaliação do potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas. A Empresa está levantando os contratos que possuem leasing, determinando se detém o direito incondicional de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso dos ativos e analisando as taxas de desconto aplicáveis para os grupos de ativos identificados. Até o momento a Empresa identificou contratos de leasing que são em sua maioria referentes a locações de imóveis para uso administrativo, veículos e alguns equipamentos de escritório.

Transição

Como arrendatária, a Empresa pode aplicar um regime de transição para adoção a norma utilizando uma: (i) abordagem retrospectiva; ou (ii) abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

A Empresa pretende aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, aplicando inicialmente os efeitos de adoção inicial da norma como ajustes ao saldo de abertura de lucros acumulados sem a reapresentação das informações comparativas.

A Empresa pretende aplicar o expediente prático que permite a não aplicação da nova norma CPC 06(R2) / IFRS 16 para contratos que não foram anteriormente classificados como leasing de acordo com a antiga norma CPC 06 / IAS 17. Para os contratos de arrendamento anteriormente classificados como arrendamento operacional (de acordo com a norma anterior - CPC 06 / IAS 17), ativos e passivos serão reconhecidos na data da aplicação inicial de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, considerando:

O passivo mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário e;

O ativo mensurado ao valor equivalente ao passivo de arrendamento ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

A Empresa pretende ainda aplicar isenções para arrendamentos de curto prazo, arrendamento para os quais o prazo do arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial e para itens cujo ativo subjacente é de baixo valor, podendo este ser pequenos itens mobiliários de escritório, telefones e computadores pessoais.

Além disso a Empresa pretende adotar uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar).

5.2 OUTRAS ALTERAÇÕES

Além dos documentos supramencionados, descreve-se abaixo, normas ou alterações que não se espera ter impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas de FURNAS:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 – várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e bancos	28.093	5.047	73.161	23.473
Total	28.093	5.047	73.161	23.473

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

Esta rubrica compõe-se como segue:

	Controladora e Consolidado	
Descritivo	31.12.2018	31.12.2017
Fundos de investimentos	479.251	243.313
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	33	31
Total circulante	479.284	243.344

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 479.283 refere-se a aplicações em fundos de investimentos e títulos públicos conforme a seguir:

- a) R\$ 259.382 (R\$ 230.395 em 31.12.2017), registrados no BB Extramercado FAE Fundo de Investimento em Renda Fixa e BB Extramercado FAE 2 Fundo de Investimento em Renda Fixa;
- b) R\$ 219.851 (R\$ 12.902 em 31.12.2017), registrados no Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Comum IRFM-1 Renda Fixa e Fundo de Investimento CAIXA Extramercado VI IRF-M 1 Renda Fixa;
- c) R\$ 18 (R\$ 16 em 31.12.2017), registrados no Santander FIC FI Extra Renda Fixa Referenciado DI;
- d) R\$ 33 (R\$ 31 em 31.12.2017), registrados em Notas do Tesouro Nacional – Série P.

Nos exercícios de 2018 e 2017 as aplicações tiveram os seguintes rendimentos:

Descritivo	2018	2017
BB Extramercado FAE e FAE 2	19.729	18.387
CEF FI Extra Comum e VI	24.894	12.594
Santander FIC FI Extra Referenciado DI	3	7
Bradesco Corporate FIC FI REF DI FEDERAL ^(a)	-	102
Notas do Tesouro Nacional – Série P	2	2
Total	44.628	31.092

^(a) A aplicação no fundo Bradesco Corporate FIC FI REF DI FEDERAL foi integralmente resgatada até 31.12.2017.

NOTA 8 – CLIENTES

Descritivo	Controladora				
	Vincendos	Vencidos até 60 dias	Vencidos + de 60 dias	Parcelamento	
Suprimento de energia	334.239	16.080	6.282	-	356.601
Uso da rede elétrica	489.769	8.332	13.614	-	511.715
Parcelamento (Nota 8.2)	-	-	-	16.195	16.195
Energia de curto prazo	4.890	-	223.648	-	228.538
Consumidores industriais	61.331	-	-	-	61.331
(-) PCLD (Nota 8.1)	(877)	(326)	(4.802)	(16.195)	(22.200)
Total circulante	889.352	24.086	238.742	-	1.152.180
Suprimento de energia	-	-	9.548	-	9.548
Uso da rede elétrica	-	-	4.348	-	4.348
Comercialização de energia	-	-	293.560	-	293.560
Parcelamento (Nota 8.2)	-	-	-	325.129	325.129
(-) PCLD (Nota 8.1)	-	-	(307.456)	(325.129)	(603.902)
Total não circulante	-	-	-	-	-
Total	889.352	24.086	238.742	-	964.090

Descritivo	Consolidado				
	Vincendos	Vencidos até 60 dias	Vencidos + de 60 dias	Clientes Parcelamento	
Suprimento de energia	334.239	16.080	6.282	-	356.601
Uso da rede elétrica	490.640	8.332	13.630	-	512.602
Parcelamento (Nota 8.2)	-	-	-	16.195	16.195
Energia de curto prazo	4.890	-	223.648	-	228.538
Consumidores industriais	61.331	-	-	-	61.331
(-) PCLD (Nota 8.1)	(877)	(326)	(4.802)	(16.195)	(22.200)
Total circulante	890.223	24.086	238.758	-	1.153.067
Suprimento de energia	-	-	9.548	-	9.548
Uso da rede elétrica	-	-	4.348	-	4.348
Comercialização de energia	-	-	293.560	-	293.560
Parcelamento (Nota 8.2)	-	-	-	325.129	325.129
(-) PCLD (Nota 8.1)	-	-	(307.456)	(325.129)	(603.902)
Total não circulante	-	-	-	-	-
Total	890.223	24.086	238.758	-	1.153.067

A Empresa mantém registrados em 31 de dezembro de 2018, o mesmo montante de 2017, ou seja, R\$ 293.560, a valores históricos, relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação está suspensa em virtude da concessão de liminares nas ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição contra a ANEEL e a CCEE. À luz das normas estabelecidas no Acordo de Mercado da CCEE, a resolução dessas pendências implica uma nova contabilização e liquidação pelas partes envolvidas sem a intervenção da CCEE. Diante da incerteza de sua realização financeira, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) sobre o valor integral a receber, estando estes valores registrados no ativo não circulante.

8.1 Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Movimentação PECLD 2018

Descritivo	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(17.584)	(603.902)	(621.486)
Constituição	(4.616)	(28.683)	(33.299)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(22.200)	(632.585)	(654.785)

Movimentação PECLD 2017

Descritivo	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(311.986)	(313.947)	(625.933)
Constituição	(9.319)	(3.496)	(12.815)
Transferências	303.721	(286.459)	17.262
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(17.584)	(603.902)	(621.486)

No exercício de 2012, por meio de correspondência emitida pela Diretoria de Finanças de Furnas, foi cobrado à Celg o valor de R\$ 207.180, correspondente ao saldo devedor apurado no Instrumento Particular de Dívidas e Outras Avenças celebrado entre as partes. Em função do não reconhecimento de parte desta dívida pela Celg, Furnas constituiu uma PECLD em dezembro de 2012.

Vale mencionar, que no 1º trimestre de 2013, foi emitida medida liminar deferida em favor da Celg que a autorizou a não efetuar mais depósitos em favor de Furnas no que diz respeito ao contrato celebrado.

Sendo assim, Furnas apresentou Recurso de Agravo de Instrumento na 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e, em 11.06.2015, o juízo julgou procedente o pedido cautelar para a suspensão da exigibilidade do crédito. Irresignada, Furnas interpôs Recurso de Apelação o qual ainda está pendente de julgamento pelo Tribunal de Justiça. Enquanto perdurar esta decisão, os valores que seriam destinados a Furnas serão depositados em Juízo. Em função do exposto, a Administração decidiu manter a PECLD no aguardo da finalização do processo.

O total provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 654.785 (R\$ 621.486 - 31.12.2017), dos quais a parcela referente à Celg é de R\$ R\$ 325.130 (R\$ 296.446 - 31.12.2017).

8.2 Parcelamentos

Os parcelamentos são decorrentes de créditos de energia financiados com os seguintes intervenientes:

Descritivo	Controladora e Consolidado				
	31.12.2017	Provisões	Recebimentos	Varição Monetária	Transferências de LP para CP
Celg D (a)	-	3.228	-	-	(3.228)
Celga	603	-	(603)	-	-
CEA (b)	23.089	1.608	(8.695)	193	16.195
Elettronet	508	-	(530)	-	22
Total circulante	24.200	4.836	(9.828)	193	(3.206)
Celg D (a)	296.446	-	-	25.455	3.228
Elettronet	-	-	-	22	(22)
Total não circulante	296.446	-	-	25.477	3.206
Total	320.646	4.836	(9.828)	25.670	-

Os créditos de energia financiados têm as seguintes características:

a) Celg D - De acordo com o Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças, firmado em 12 de dezembro de 2003 entre Furnas e Celg, tendo como interveniente e anuente o Banco do Brasil S.A., a Celg reconheceu o débito referente ao faturamento de energia própria no montante de R\$ 378.938. O prazo estimado para pagamento foi de 216 meses com o saldo sendo corrigido pelo IGP-M acrescido de juros *pro rata die* à taxa de 1%. Em 31 de dezembro de 2018, o valor deste parcelamento está integralmente provisionado conforme comentado no item 8.1 desta nota.

b) A Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA acumulava com Furnas uma dívida vencida de energia no valor histórico de R\$ 37.183, correspondentes aos meses de janeiro a maio de 2017, conforme Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR nº 19576/15 assinado entre as partes em 15 de janeiro de 2015. Com base no artigo 2º, inciso III da Resolução Normativa nº 711/96 da ANEEL, o referido contrato foi rescindido em 01 de junho de 2017. O saldo devedor foi renegociado em 8 (oito) parcelas, vencendo a última em 30 de abril de 2018. Como as 3 (três) últimas parcelas não foram quitadas, foi efetuado, integralmente, a perda estimada deste crédito em 30 de setembro de 2018, no montante de R\$ 16.195.

NOTA 9 - RISCO HIDROLÓGICO GSF

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, dentre outras questões tratou sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. De acordo com o disposto no Art. 1º da norma, o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração de energia elétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração de energia hidrelétrica.

A ANEEL, em função do disposto na Lei, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do MRE.

Observados os critérios e condições definidas na norma, a SFF (Secretaria de Fiscalização Financeira da ANEEL) entende que as empresas interessadas na repactuação possuem condições plenas de quantificar em montantes de energia elegíveis, tanto para o ACR quanto para o ACL. Destaca-se que as informações dos montantes são de conhecimento da empresa, a decisão pela repactuação é de seus administradores, e, portanto, ao Órgão Regulador caberia apenas homologar os valores. Uma vez que as informações fornecidas pelas empresas aderentes à repactuação estejam consistentes às premissas estabelecidas na legislação, não haveria discricionariedade por parte do regulador quanto à homologação da repactuação.

A movimentação do GSF encontra-se como segue:

Descritivo	Saldo em 31.12.2017	Realização/ Amortização	Saldo em 31.12.2018
Ativo circulante/Ativo não circulante			
UHE Batalha	7.674	(3.070)	4.604
UHE Simplicio	30.206	(12.082)	18.124
UHE Manso	14.411	(5.764)	8.647
UHE Mascarenhas	24.180	(12.090)	12.090
UHE Serra da Mesa	65.046	(32.523)	32.523
Total	141.517	(65.529)	75.988
Total Circulante	82.393	(16.864)	65.529
Total Não Circulante	59.124	(48.665)	10.459
Descritivo	Saldo em 31.12.2017	Realização/ Amortização	Saldo em 31.12.2018
Ativo Intangível			
UHE Mascarenhas	23.116	(3.800)	19.316
UHE Serra da Mesa	54.485	(2.395)	52.090
UHE Itumbiara	17.873	(7.943)	9.930
Total Intangível	95.474	(14.138)	81.336

NOTA 10 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Neste grupo classificam-se:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Tributos a recuperar	1.023.991	386.216	1.024.862	386.630
Total circulante	1.023.991	386.216	1.024.862	386.630
Tributos a recuperar	138.237	100.885	138.237	100.885
Créditos tributários	1.328.278	1.224.944	1.328.278	1.224.944
(-) Provisão para perdas	(109.218)	(100.885)	(109.218)	(100.885)
(-) Provisão para não realização - IR	(976.675)	(900.694)	(976.675)	(900.694)
(-) Provisão para não realização - CS	(351.603)	(324.250)	(351.603)	(324.250)
Total Não Circulante	29.019	-	29.019	-

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico – CPC 32, a Empresa avaliou o saldo de ativos fiscais diferidos e, com base na projeção dos seus resultados concluiu pela manutenção, em 31 de dezembro de 2018, do valor da provisão para perda sobre o ativo. No momento em que a avaliação indique a recuperação do ativo, tal provisão será reavaliada e poderá ser revertida.

10.1 Tributos a Recuperar

Classificam-se nesta rubrica, nos ativos circulante e não circulante, os impostos e contribuições a recuperar, como segue:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) – antecipações do exercício	656.252	231.621	656.252	231.629
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – antecipações do exercício	244.161	83.188	244.212	83.214
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	28.990	21.818	29.790	22.197
ICMS a recuperar	284	284	285	284
INSS	6.331	6.254	6.349	6.254
PASEP / Cofins a Compensar	10.670	1.200	10.670	1.200
IRPJ e Contribuição Social Exercícios Anteriores	75.471	40.272	75.471	40.272
Outros	26	-	27	1
Imposto de Renda a compensar – Lei nº 11.770	1.806	1.579	1.806	1.579
Total circulante	1.023.991	386.216	1.024.862	386.630
ICMS a recuperar	109.218	100.885	109.218	100.885
(-) Provisão para perdas	(109.218)	(100.885)	(109.218)	(100.885)
PAES a Recuperar	29.019	-	29.019	-
Total não circulante	29.019	-	29.019	-

Os créditos de ICMS referem-se ao Convênio de Compromisso e Cooperação Financeira que fizeram entre si a Elettronorte e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Mato Grosso (Dermat), com a intervenção do Governo do Estado do Mato Grosso, para a realização de obras e serviços de implantação e asfaltamento da estrada de acesso a APM Manso, cuja titularidade dos créditos foi transferida para Furnas, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização nº 02/1999.

Decorridos 60 dias após o término do referido Convênio, em 31 de dezembro de 2002, Furnas manteve contatos com a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso visando o ressarcimento dos referidos créditos.

Nos exercícios de 2007 e 2008, a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso efetuou auditoria nas empresas envolvidas na execução das obras e serviços necessários à implementação e asfaltamento do acesso a Usina de Manso, resultando no relatório – Processo nº 100081-001/2005, emitido pela Gerência Executiva de Fiscalização Segmentada do Estado do Mato Grosso, não apresentando diferenças significativas dos registros contábeis efetuados em Furnas.

Face ao relatório acima referenciado e, por entender não ter esgotado os canais de negociação, a Empresa optou por manter seus registros contábeis atualizados e correspondente provisão para perdas, prosseguindo com as tratativas de acordo com o Governo do Estado do Mato Grosso.

10.2 Créditos Tributários

A Empresa mantém registrados em ativo, créditos tributários resultantes da aplicação das alíquotas de 9% para a Contribuição Social e de 25% para o Imposto de Renda, sobre as diferenças temporárias.

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Adições temporárias				
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.179.786	870.672	1.179.786	870.672
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.391.008	1.298.845	1.391.008	1.298.845
Provisão para perda na realização de imobilizado	12.502	12.502	12.502	12.502
Provisão para perda – contrato oneroso	408.352	159.118	408.352	204.675
Provisão para Programa de Aposentadoria Extraordinária - PAE	111.799	131.058	111.799	131.058
Provisão para perda não operacional	803.254	1.130.580	803.727	1.131.309
	3.906.701	3.602.775	3.907.174	3.649.061
Créditos Tributários				
Imposto de renda	976.675	900.694	976.675	900.694
Contribuição social	351.603	324.250	351.603	324.250
(-) Provisão para não realização de créditos tributários	(1.328.278)	(1.224.944)	(1.328.278)	(1.224.944)
	-	-	-	-
Total não circulante	-	-	-	-

NOTA 11 – ALMOXARIFADO

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Material				
Almoxarifado	149.090	139.492	149.090	139.492
Destinado a alienação	1.686	1.502	1.686	1.502
Outros	145	146	145	146
Subtotal de materiais	150.921	141.140	150.921	141.140
Adiantamentos a fornecedores	116	116	116	116
Total	151.037	141.256	151.037	141.256
Circulante	39.850	27.841	39.850	27.841
Não Circulante	111.187	113.415	111.187	113.415

Os itens classificados em almoxarifado são para consumo normal no curso das atividades da Empresa e, quando usados, são levados a resultado como despesa do exercício.

NOTA 12 – INDENIZAÇÕES DAS CONCESSÕES (LEI Nº 12.783/2013)

Furnas aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783/2013, assinando, em 4 de dezembro de 2012, os contratos de prorrogação das concessões afetadas, não restando valores a receber na data de 31 de dezembro de 2018.

O valor indenizado e já recebido por Furnas foi calculado pelo Governo como descrito a seguir:

Geração	Transmissão
---------	-------------



As concessões de geração, relacionadas às usinas que tiveram suas concessões prorrogadas, estão mensuradas pela aplicação do modelo financeiro prevista no ICPC 01 / IFRIC 12.

Em 2018, esses ativos de contrato tiveram a seguinte movimentação:

Movimentação	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2016	22.322.040	22.437.963
Ingressos	180.596	180.596
Atualização	2.863.377	2.876.802
Transferências	-	-
Amortização	(1.840.218)	(1.840.218)
<i>Impairment</i>	(25.638)	(25.638)
SPE Transenergia Goias	-	(67.569)
Saldos em 31/12/2017	23.500.157	23.561.936
Ativo Financeiro RBSE	(19.679.665)	(19.679.665)
Ativo Financeiro Geração	(1.252.773)	(1.252.773)
Saldos em 31/12/2017	2.567.719	2.629.498
Adoção CPC 47	174.437	174.437
Saldos em 01/01/2018	2.742.156	2.803.935
Ingressos	311.997	317.220
Atualização	153.123	153.127
Amortização	(192.020)	(198.712)
SPE Transenergia Goias	-	19.847
Saldos em 31/12/2018	3.015.256	3.095.417
Ativo Circulante	306.754	313.218
Ativo Não Circulante	2.708.502	2.782.199

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, Furnas reconheceu um Ativo Financeiro correspondente à remuneração pelo uso da infraestrutura e um Ativo Financeiro indenizável correspondente ao valor devido pelo Poder Concedente.

Furnas possuía, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 14.594.852 como contas a receber do Poder Concedente, após os efeitos da Lei nº 12.783/2013, referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$ 13.439.661, em 2017).

Ativos de Transmissão – Lei nº 12.783/2013 (RBSE)

Furnas concluiu que o ativo financeiro da Lei nº 12.783 passa a ser classificado como valor justo por meio do resultado, pois não atende aos critérios de fluxo de caixa contratual limitado a principal mais juros, conforme determina nova norma. Em 2018, este Contas a Receber apresentou a seguinte movimentação:

Movimentação	Controladora e Consolidado RBSE (incontroverso) Ke (controverso)	Total
Saldo em 31/12/2017	16.327.292	19.679.665
Ajuste inicial a <i>Fair Value</i> (CPC 48)	1.661.461	370.152
Saldo em 01/01/2018	17.988.753	2.061.064
Amortização – Recebimentos (caixa) no exercício	(3.401.741)	(3.401.741)
Ajuste a <i>Fair Value</i>	1.505.068	1.676.510
Saldo em 31/12/2018	16.092.080	18.324.586
Ativo Circulante	3.460.565	3.460.565
Ativo Não Circulante	12.631.515	14.864.021

NOTA 15 – CRÉDITOS RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA DA ANEEL 1585/2013 E OUTROS ATIVOS

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a receber, dispostos como segue:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Empresas de energia elétrica (nota 15.1.1)	246.682	223.719	246.682	223.719
Eletronuclear - Créditos Res. 1585/2013 ANEEL (nota 15.1.1)	246.143	223.180	246.143	223.180
Outras empresas de energia elétrica	539	539	539	539
Outros:	147.326	138.254	147.623	138.590
Créditos com fornecedores (*)	29.445	47.656	29.445	47.656
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – créditos com fornecedores (*) (nota 15.2)	(25.274)	(11.242)	(25.274)	(11.242)
Desativações e alienações em curso	18.870	27.622	18.870	27.622
Serviços prestados a terceiros (nota 37)	115.120	97.056	115.120	97.056
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – serviços prestados a terceiros (nota 15.2 e 15.5)	(109.294)	(93.764)	(109.294)	(93.764)
Alienações de bens e direitos	-	3.171	-	3.171
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – alienações de bens e direitos (nota 15.2)	-	(2.719)	-	(2.719)
Alienação em curso	16.276	-	16.276	-
Dispêndios a reembolsar	9.470	7.282	9.470	7.282
Dispêndio a reembolsar em curso	9.089	10.419	9.089	10.419
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – dispêndios a reembolsar (nota 15.2)	(1.490)	(307)	(1.490)	(307)
Empregados	24.262	4.953	24.262	4.953
Empréstimos concedidos (nota 15.3)	338	338	338	338
Despesas pagas antecipadamente (nota 15.4)	53.912	46.633	53.912	46.700
Acordo de Leniência (nota 15.6)	5.520	-	5.520	-
Outros	1.082	1.156	1.379	1.425
Total Circulante	394.008	361.973	394.305	362.309
Devolução de capital (SPE Madeira Energia S.A.) (nota 15.1.2)	-	358.084	-	358.084
Outros créditos sujeitos a variação monetária	14.548	12.078	14.548	12.078
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – Outros créditos e Gamek (nota 15.2)	(14.548)	(12.078)	(14.548)	(12.078)
Bens e direitos destinados a alienação	14.846	13.175	14.846	13.175
Empréstimos concedidos	84	422	84	422
Concessões a licitar	3.862	3.862	3.862	3.862
Concessões licitadas	1.250	1.250	1.250	1.250
Despesas pagas antecipadamente	-	36.308	-	36.308
Empresas de energia elétrica (*)	465.465	461.243	465.465	461.243
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (*) (notas 15.2, 15.1.3 e 15.1.4)	(462.819)	(446.427)	(462.819)	(446.427)
Acordo de Leniência (nota 15.6)	84.602	-	84.602	-
Total Não Circulante	107.290	427.917	107.290	427.917

(*) Em Dez/17 empresas inadimplentes há mais de 180 dias foram reclassificadas do Ativo circulante para o Não circulante.

Do saldo da rubrica de empresas de energia elétrica, existem, basicamente, as movimentações das seguintes empresas:

15.1.1 Eletronuclear

A movimentação do saldo da Eletronuclear na rubrica de empresas de energia elétrica, acima descrita, é demonstrada como segue:

Descritivo	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
REH ANEEL nº 1.585/2013 ^(a)			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	223.180	-	223.180
Atualização monetária	9.252	-	7.518
Juros	13.711	-	10.151
Saldo em 31 de dezembro de 2018	246.143	-	240.849

^(a) O valor a ser recebido da Eletronuclear correspondente à diferença da tarifa cobrada pela Eletronuclear em relação à tarifa definitiva homologada pela ANEEL.

15.1.2 Devolução de capital (SPE Madeira Energia S.A.)

Madeira Energia S.A. – sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e que tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, localizada no Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e do seu Sistema de Transmissão Associado. A Companhia detém 39% do capital social votante da Madeira Energia S.A. (MESA). A investida incorreu em gastos relacionados com o desenvolvimento de projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas de suas operações.

Por meio de procedimento de arbitragem sigiloso iniciado em 2014 em face da MESA e junto à Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM nº 048/2014), os sócios SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (CEMIG) questionaram, substancialmente, parte do aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de outubro de 2014, que gerou o cancelamento de 605.280.000 (seiscentos e cinco milhões e duzentas e oitenta mil) ações, subscritas e integralizadas, sendo pertencente a Furnas o montante de 304.200.000 (trezentos e quatro milhões e duzentos mil) ações. Em cumprimento a esta sentença a companhia transferiu o saldo existente no capital social para o contas a pagar e passou a atualizar este montante pelo IGPM.

Em 28 de agosto de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um aumento de capital na Companhia de até R\$ 972.513. No mesmo ato, os seguintes acionistas subscreveram e integralizaram os créditos que detinham contra a Madeira: Furnas (R\$ 379.280), Odebrecht Energia do Brasil S.A. (R\$ 180.887) e Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia (R\$ 194.503). Informações complementares encontram-se descritas na nota 16.2.1.

15.1.3 Companhia de Interconexão Energética (Cien)

Em 1998, Furnas e Cien firmaram contrato de compra e venda de 700 MW⁽¹⁾ de potência firme com energia associada para importação de energia da Argentina.

A importação da energia da Argentina está lastreada em contratos firmados entre a Cien e a *Compañía de Transmision del Mercosul S.A.* e, também, com a empresa Endesa Costanera, associados, respectivamente, à transmissão e à produção de energia em território argentino.

A crise de suprimento de gás natural na Argentina motivou o direcionamento deste insumo da importação de energia para atendimento às necessidades de seu mercado interno.

Diante da indisponibilidade de geração e transporte de energia contratados, fato este constatado por meio de fiscalização da ANEEL, em 30 de março de 2005, o MME, por meio da Portaria nº 153, reduziu a garantia física de energia da interconexão Garabi 1, de propriedade da Cien, de 1.000 MW⁽¹⁾ médios para 240,8 MW⁽¹⁾ médios, cuja comercialização era feita por Furnas. Posteriormente, em 20 de junho de 2006, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 224, que reduziu a zero a garantia física da interconexão.

Por força da não entrega da energia, caracterizou-se o inadimplemento contratual, por parte da Cien acarretando a aplicação de multas e ressarcimentos previstos no contrato.

A Cien não reconhece as penalidades alegando que, devido à escassez de energia no mercado argentino, o Governo daquele país mudou as regras do setor, permitindo a exportação de energia elétrica somente se a demanda estiver garantida.

Diante das incertezas quanto à realização dos créditos, Furnas constituiu perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores registrados no total de R\$ 134.284 no período findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 134.284 em 31.12.2017), classificados na rubrica de empresas de energia elétrica.

Em 30 de dezembro de 2009, a ANEEL, por meio do Despacho nº 4.843, reduziu os montantes de energia e potência associada aos contratos celebrados, no âmbito do ambiente regulado, entre Furnas e as distribuidoras Ceal, Cepisa, Ampla e Coelce, em razão da extinção da energia disponibilizada pela Cien para Furnas.

A Administração da Empresa está envidando esforços junto à sua controladora Eletrobras e ao Ministério de Minas e Energia para equacionar as pendências relativas ao não cumprimento das cláusulas contratuais pactuadas entre as partes.

15.1.4 Contas a receber Chesf

O valor registrado de R\$ 30.096 refere-se a créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Chesf nas operações de setembro de 2000 a setembro de 2002 no Mercado Atacista de Energia (MAE). Há constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa deste montante.

⁽¹⁾ Informações não revisadas.

15.2 Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa para as rubricas deste grupamento de contas é a seguinte:

Descritivo	Controladora e Consolidado	
	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Constituição)	(108.032)	(458.505)
	(28.026)	(18.862)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(136.058)	(477.367)

15.3 Empréstimos e financiamentos concedidos

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Programa Reluz – Prefeitura de Anápolis	422	760	422	760
Total	422	760	422	760
Circulante	338	338	338	338
Não Circulante	84	422	84	422

15.4 Despesas pagas antecipadamente

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Cessão de crédito (*):				
Saldo anterior	36.308	29.069	36.308	29.069
Transferência para o circulante	44.806	41.133	44.806	41.133
Diferimento	(39.708)	(33.894)	(39.708)	(33.894)
Saldo atual	41.406	36.308	41.406	36.308
Prêmios de seguros	1.176	8.015	1.176	8.082
Outros	11.330	2.310	11.330	2.310
Circulante	53.912	46.633	53.912	46.700
Cessão de crédito (*):				
Saldo anterior	36.308	58.138	36.308	58.138
Transferência para o circulante	(44.806)	(41.133)	(44.806)	(41.133)
Atualização monetária	8.498	19.303	8.498	19.303
Saldo atual	-	36.308	-	36.308
Não Circulante	-	36.308	-	36.308
Total	53.912	82.941	53.912	83.008

(*) Refere-se a saldo do custo da operação de cessão de crédito com o Santander, no montante original de R\$ 145.345, que está sendo apropriado mensalmente ao resultado pelo período de 60 meses, conforme vigência do contrato de cessão.

15.5 Eletrobras Participações S.A. – Eletropar

Furnas celebrou um contrato de Cessão do Direito de Uso da Infraestrutura do Sistema de Transmissão de energia elétrica e de fibras ópticas, em 29 de junho de 1999, com a Eletropar (sob a antiga denominação Light Participações S.A. – Lightpar) e a Eletronet S.A. ("Eletronet"), sob a intervenção da Eletrobras, tendo como prazo de vigência vinte anos a contar da data de sua celebração.

A falta de recursos financeiros, a ausência de financiamentos de longo prazo, as dificuldades para renegociação de dívida com credores, além da perda de clientes e de oportunidades de novos negócios, inviabilizaram a continuidade da Eletronet, o que culminou, em 29 de abril de 2003, no ajuizamento do pedido de aut falência pela Eletronet. Mantendo-se a Eletronet em situação falimentar até o dia 18 de dezembro de 2015.

Foi realizada em 15 de dezembro de 2015 a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S/A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet.

Com a aprovação da proposta de quitação das obrigações da Eletronet, a Eletropar concordou em conceder um desconto de 76,74% sobre o valor original habilitado da dívida. Este valor vem sendo recebido conforme estabelecido no acordo de credores, e repassado à Furnas, descontada a taxa de administração (2%) da Eletropar.

Em dezembro de 2017 a Eletropar, através de correspondência à Furnas, reabriu negociação sugerindo novas condições de pagamento das faturas vencidas e ficou acordado que Furnas suspendesse a inscrição da Eletropar no CADIN.

Como iniciativas necessárias, a Eletrobras reinstalou o Comitê Diretor das empresas Cedentes e reativou o Grupo de Trabalho para analisar o Sistema de Telecomunicações e Fibras Ópticas – Eletronet, onde dentre suas atribuições destaca-se a elaboração de diretrizes visando à celebração de termos aditivos ou contratos aos atuais contratos de compartilhamento, buscando harmonizar os interesses das partes e maximizar os ganhos para o Sistema Eletrobras.

O prazo para conclusão e assinatura dos contratos é até o dia 15 de dezembro de 2018.

Com base no contrato original foram emitidas faturas até o mês de abril de 2018 e recolhidos os impostos devidos. Sendo assim, Furnas constituiu provisão de Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) dos valores a receber até a referida data totalizando R\$ 105.233 (R\$ 89.322 em 31.12.2017).

15.6 Acordo de Leniência

A Eletrobras informou aos seus acionistas e ao mercado em geral através de fato relevante publicado em 2 de janeiro de 2019 que assinou, em 31 de dezembro de 2018, o termo de adesão ao Acordo de Leniência, firmado entre o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União ("CGU") e a Odebrecht S/A ("Odebrecht"), com a intervenção da Advocacia Geral da União ("AGU"), para fins de ressarcimento, em relação a empreendimentos dos quais participa, direta ou indiretamente, por meio de suas controladas.

Furnas receberá pelo referido Acordo de Leniência o montante de R\$ 117.684 em 21 (vinte e uma) parcelas anuais, a serem corrigidas pela SELIC, a partir de outubro de 2019, que reconhecido a valor presente representa o montante de R\$ 90.122.

O valor a receber considera a participação acionária de Furnas no empreendimento da Usina Hidroelétrica de Santo Antônio, com participação de 43,0554% na SPE Madeira Energia S.A. (Mesa), holding da Usina Hidroelétrica de Santo Antônio.

A adesão ao Acordo é uma oportunidade de fazer retornar à Eletrobras parte dos recursos a que a Companhia tem direito, diante dos prejuízos causados pela Odebrecht, decorrentes do esquema de corrupção desvendado pela Operação Lava Jato.

A Eletrobras continuará adotando as medidas necessárias para ressarcimento dos danos causados às empresas Eletrobras, em razão dos atos ilícitos dos quais foi vítima.

NOTA 16 – INVESTIMENTOS

A rubrica de investimentos de Furnas está composta como segue:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Participações societárias permanentes				
SPEs de Geração				
Baguari Energia S.A. (Baguari)	71.011	65.289	71.011	65.289
Brasventos Eolo Geradora Energia (c)	-	25.101	-	25.101
Brasventos Miassaba 3 Geradora (c)	-	37.728	-	37.728
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	395.841	389.981	395.841	389.981
Teles Pires Participações	363.104	382.268	363.104	382.268
Enerpeixe S.A.	260.599	292.002	260.599	292.002
Inambari Geração de Energia (Igesa) (a)	93	5	93	5
Madeira Energia S.A. (MESA)	2.004.915	2.077.575	2.004.915	2.077.575
Rei dos Ventos 3 Geradora (c)	-	24.099	-	24.099
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	134.277	124.386	134.277	124.386
Serra do Facão Energia S.A.	12.990	26.212	12.990	26.212
Central Eólica Famosa I S.A. (b)	-	738	-	738
Central Eólica Pau Brasil S.A. (b)	-	692	-	692
Central Eólica Rosada S.A. (b)	-	1.115	-	1.115
Central Eólica São Paulo S.A. (b)	-	765	-	765
Punaú I (b)	-	1.744	-	1.744
Carnaúba I (b)	-	1.985	-	1.985
Carnaúba II (b)	-	1.972	-	1.972
Carnaúba III (b)	-	1.375	-	1.375
Carnaúba V (b)	-	2.283	-	2.283
Cervantes I (b)	-	1.416	-	1.416
Cervantes II (b)	-	991	-	991
Bom Jesus (b)	-	1.031	-	1.031
Cachoeira (b)	-	1.050	-	1.050
Pitumbu (b)	-	1.454	-	1.454
São Caetano I (b)	-	1.058	-	1.058
São Caetano (b)	-	1.260	-	1.260
São Galvão (b)	-	1.211	-	1.211
CSE Centro de Soluções Estratégicas	2.572	2.558	2.572	2.558

16.1 Mutação do investimento no período indicado:

	Part. (%)	Saldo Controladora em 31.12.2017	Aportes	Capitalização de AFAC	Baixa	Equivalência Patrimonial	Ajustes de Adoção do IFRS 15 (f)	Dividendos Propostos pelas Investidas	Saldo Controladora em 31.12.2018	Adições / Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2018
Participações societárias permanentes											
SPÊs de Geração											
Baguari Energia S.A.	30,612245	65.289	-	-	-	12.167	-	(6.445)	71.011	-	71.011
Brasventos Eolo Geradora de Energia (e)	0	25.101	-	-	(23.987)	(893)	-	(221)	-	-	-
Brasventos Miassaba 3 Geradora (e)	0	37.728	-	-	(36.669)	(1.076)	-	17	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	40,00	389.981	-	-	-	111.400	-	(105.540)	395.841	-	395.841
Teles Pires Participações (a)	24,72	382.268	38.913	-	-	(58.077)	-	-	363.104	-	363.104
Enerpeixe	40,00	292.002	-	-	-	39.870	-	(71.273)	260.599	-	260.599
Inambari Geração de Energia	19,60	5	88	-	-	-	-	-	93	-	93
Madeira Energia S.A. (a)	43,0554	2.077.575	678.069	-	-	(750.729)	-	-	2.004.915	-	2.004.915
Rei dos Ventos 3 Geradora (e)	0	24.099	-	-	(22.096)	(911)	-	(1.092)	-	-	-
Retiro Baixo Energética S.A.	49,00	124.386	-	-	-	12.972	-	(3.081)	134.277	-	134.277
Serra do Facão Energia S.A.	49,4737	26.212	-	-	-	(13.222)	-	-	12.990	-	12.990
Central Eólica Famosa I S.A. (b)	0	738	294	-	(389)	(643)	-	-	-	-	-
Central Eólica Pau Brasil S.A. (b)	0	692	196	-	(268)	(620)	-	-	-	-	-
Central Eólica Rosada S.A. (b)	0	1.115	284	-	(430)	(969)	-	-	-	-	-
Central Eólica São Paulo S.A. (b)	0	765	206	-	(351)	(620)	-	-	-	-	-
Punaú I (b)	0	1.744	-	-	(880)	(864)	-	-	-	-	-
Carnaúba I (b)	0	1.985	-	196	(557)	(1.624)	-	-	-	-	-
Carnaúba II (b)	0	1.972	-	-	(1.300)	(672)	-	-	-	-	-
Carnaúba III (b)	0	1.375	-	-	(962)	(413)	-	-	-	-	-
Carnaúba V (b)	0	2.283	-	-	(1.727)	(556)	-	-	-	-	-
Cervantes I (b)	0	1.416	-	-	(377)	(1.039)	-	-	-	-	-
Cervantes II (b)	0	991	-	-	(624)	(367)	-	-	-	-	-
Bom Jesus (b)	0	1.031	-	49	(513)	(567)	-	-	-	-	-
Cachoeira (b)	0	1.050	-	49	(590)	(509)	-	-	-	-	-
Pitimbu (b)	0	1.454	-	49	(376)	(1.127)	-	-	-	-	-
São Caetano I (b)	0	1.058	-	49	(636)	(471)	-	-	-	-	-
São Caetano (b)	0	1.260	-	49	(623)	(686)	-	-	-	-	-
São Galvão (b)	0	1.211	-	191	-	(1.402)	-	-	-	-	-
CSE Centro de Soluções Estratégicas	49,90	2.558	-	-	-	663	-	(649)	2.572	-	2.572
Tijoa Participações e Investimentos	49,90	10.067	-	-	-	16.924	-	(16.468)	10.523	-	10.523
Energia Olímpica	49,90	1.244	-	-	-	-	-	-	1.244	-	1.244
Empresa de Energia São Manoel	33,333	649.731	26.000	-	-	(30.996)	-	-	644.735	-	644.735
Brasil Ventos Energia S.A.	100,00	7.456	-	-	-	(7.456)	-	-	-	10.204	10.204
SPÊs de Transmissão											
Caldas Novas	49,90	19.476	-	-	-	747	(12.110)	2.628	10.741	-	10.741
Centroeste de Minas (e)	0	18.623	-	-	(18.016)	2.855	-	(3.462)	-	-	-
Goiás Transmissão S.A.	49,00	181.481	-	-	-	15.682	(8.589)	-	188.574	-	188.574
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50	657.257	-	-	-	74.490	(42.755)	-	688.992	-	688.992
MGE Transmissão S.A.	49,00	115.039	-	-	-	8.717	3.827	-	127.583	-	127.583
Transenergia Goiás S.A. (d)	99,00	13.502	-	-	-	105.664	(77.156)	(465)	41.545	(41.545)	-
Transenergia Renovável S.A.	49,00	154.498	-	-	-	10.869	(19.732)	(2.450)	143.185	-	143.185
Transenergia São Paulo S.A.	49,00	93.433	-	-	-	6.188	(28.956)	(22.082)	48.583	-	48.583
Transirapé (e)	0	21.716	-	-	(24.657)	2.941	-	-	-	-	-
Transleste (e)	0	17.545	-	-	(17.330)	3.053	-	(3.268)	-	-	-
Transudeste (e)	0	12.160	-	-	(12.357)	2.209	-	(2.012)	-	-	-
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A. (e)	0	27.307	-	-	(30.156)	4.021	-	(1.172)	-	-	-
Triângulo Mineiro (g)	49,00	163.637	-	-	-	(14.720)	(57.219)	-	91.698	-	91.698
Paranaíba	24,50	160.191	-	2.082	-	12.530	12.554	(2.999)	184.358	-	184.358
Vale do São Bartolomeu (g)	39,00	123.131	4.290	-	-	(10.513)	(65.735)	-	51.173	-	51.173
Mata de Santa Genebra	49,90	459.169	47.904	-	-	(4.159)	(23.835)	3.250	482.329	-	482.329
Belo Monte Transmissora	24,50	739.010	12.250	-	-	158.612	(105.969)	(8.548)	795.355	-	795.355
Lago Azul Transmissão	49,90	20.948	-	-	-	2.464	7.903	(3.060)	28.255	-	28.255
Subtotal de investimentos em SPÊs		7.135.965	808.494	2.714	(195.871)	(300.863)	(417.772)	(248.392)	6.784.275	(31.341)	6.752.934
Perdas Estimadas s/ particip. societ. permanentes											
Inambari Geração de Energia		(5)	(88)	-	-	-	-	-	(93)	-	(93)
Central Eólica Famosa I (b)		(738)	(294)	-	1.032	-	-	-	-	-	-
Central Eólica Pau Brasil (b)		(692)	(196)	-	888	-	-	-	-	-	-
Central Eólica Rosada (b)		(1.115)	(284)	-	1.399	-	-	-	-	-	-
Central Eólica São Paulo (b)		(765)	(206)	-	971	-	-	-	-	-	-
Punaú I (b)		(1.744)	-	-	1.744	-	-	-	-	-	-
Carnaúba I (b)		(1.985)	(146)	-	2.131	-	-	-	-	-	-
Carnaúba II (b)		(1.972)	-	-	1.972	-	-	-	-	-	-
Carnaúba III (b)		(1.375)	-	-	1.375	-	-	-	-	-	-
Carnaúba V (b)		(2.283)	-	-	2.283	-	-	-	-	-	-
Cervantes I (b)		(1.416)	-	-	1.416	-	-	-	-	-	-
Cervantes II (b)		(991)	-	-	991	-	-	-	-	-	-
Bom Jesus (b)		(1.031)	-	-	1.031	-	-	-	-	-	-
Cachoeira (b)		(1.050)	-	-	1.050	-	-	-	-	-	-
Pitimbu (b)		(1.454)	-	-	1.454	-	-	-	-	-	-
São Caetano I (b)		(1.058)	-	-	1.058	-	-	-	-	-	-
São Caetano (b)		(1.260)	(2)	-	1.262	-	-	-	-	-	-
São Galvão (b)		(1.211)	(103)	-	1.314	-	-	-	-	-	-
Empresa de Energia São Manoel (c)		(349.748)	-	-	56.078	-	-	-	(293.670)	-	(293.670)
Madeira Energia S.A. (c)		(314.037)	-	-	161.363	-	-	-	(152.674)	-	(152.674)
Teles Pires Participações (c)		(6.667)	-	-	1	-	-	-	(6.666)	-	(6.666)
Belo Monte Transmissora (c)		(190.859)	-	-	51.151	-	-	-	(139.708)	-	(139.708)
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (c)		(3.621)	(24.824)	-	-	-	-	-	(28.445)	-	(28.445)
Goiás Transmissão S.A. (c)		(54.640)	-	-	54.640	-	-	-	-	-	-
Transenergia Renovável (c)		(43.686)	-	-	43.686	-	-	-	-	-	-
Triângulo Mineiro (c)		(41.161)	-	-	41.161	-	-	-	-	-	-
Mata de Santa Genebra (c)		-	(120.645)	-	-	-	-	-	(120.645)	-	(120.645)
Lago Azul Transmissão (c)		-	(8.521)	-	-	-	-	-	(8.521)	-	(8.521)
Subtotal de / perdas estimadas s/ particip. societ. permanentes		(1.026.564)	(155.309)	-	431.451	-	-	-	(750.422)	-	(750.422)
Outros investimentos											
Investimentos pelo custo de aquisição		13.775	880	-	(1.523)	-	-	-	13.132	-	13.132
Subtotal de outros investimentos		13.775	880	-	(1.523)	-	-	-	13.132	-	13.132
Total de investimentos		6.123.176	654.065	2.714	234.057	(300.863)	(417.772)	(248.392)	6.046.985	(31.341)	6.015.644

- (a) A Usina de Santo Antônio começou a operar em 30 de março de 2012, tendo sua última ativação em 3 de janeiro de 2017. A Usina de Teles Pires concluiu sua entrada em operação em 4 de agosto de 2016.
- (b) Em dezembro de 2016, um estudo realizado pela investidora apontou valor presente líquido negativo para os empreendimentos dos Complexos Punaú, Baleia e Famosa. De posse desta documentação, a administração de Furnas decidiu efetuar uma provisão para perdas no mesmo montante do saldo do investimento. Desde então, estas provisões vêm sendo atualizadas para refletir a movimentação ocorrida no investimento destes Complexos. Em setembro/2018, a provisão para perdas no complexo Famosa I foi estornada devido transferência da participação de Furnas para a subsidiária integral Brasil Ventos, através de Operação de Cessão Não Onerosa. Em dezembro/2018 foram transferidas também para a Brasil Ventos a participação nos Complexos Punaú e Baleia, o que gerou a reversão da provisão nestas SPÊs. A transferência de participação nestes Complexos gerou baixa dos saldos tanto do investimento quando das perdas estimadas nestas SPÊs.
- (c) Na visão do acionista, em 31 de dezembro de 2018 a estimativa de perdas com investimentos em SPÊs foi de R\$ 750.329 (R\$ 1.004.419 em 31 de dezembro/2017). Anualmente a administração de Furnas realiza uma análise sobre todos os investimentos e compara com a sua perspectiva de retorno. As diferenças são registradas no resultado como provisão ou reversão dos saldos existentes no ano anterior.
- (d) Na visão do acionista, em 31 de dezembro de 2017 foi apurada uma estimativa de perda com impairment no montante de R\$ 101.101 na controlada Transenergia Goiás. Este valor foi contabilizado diretamente no resultado de equivalência do exercício de 2017, com contrapartida no investimento. Em dezembro de 2018 Furnas realizou o estorno deste saldo uma vez que a SPE passou a mensurar o ativo financeiro com base no IFRS 15 e usar as mesmas premissas definidas pelo grupo Eletrobras. A adoção deste novo IFRS gerou um ajuste de R\$ 81.160 no Patrimônio Líquido da Investida e consequentemente de R\$ 80.349 no investimento de Furnas.
- (e) SPÊs transferidas para a Eletrobras em operação de Dação para Pagamento de Dívidas com a Holding. **Ver Nota 16.6.**
- (f) Valores referentes à participação de Furnas sobre os ajustes registrados no Patrimônio Líquido da SPÊs transmissoras decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47. **Ver Nota 16.2.7.2.**
- (g) Furnas efetuou ajustes nos valores dos seus investimentos na Triângulo Mineiro e na Vale do São Bartolomeu devido a não adoção do IFRS 15 por estas SPÊs. **Ver Nota 16.2.7.2.**

16.1.1 Mutação do passivo a descoberto

Durante o exercício de 2018, Furnas efetuou a transferência das suas participações nas investidas dos Complexos Fortim, Itaguaçu da Bahia, Famosa I, Baleia e Punaú para a subsidiária integral Brasil Ventos, por meio de contratos de Cessão Não Onerosa de ações. A administração de Furnas efetuou então a baixa dos saldos existentes em passivo a descobertos e no investimento destas Companhias, com a contra partida no resultado de equivalência e na coluna de adição da Brasil Ventos. O valor adicionado na controlada corresponde ao somatório dos valores obtidos nos laudos de avaliação tomados como base para as operações. O resultado de equivalência patrimonial de Furnas é composto pelo somatório da movimentação ocorrida no grupo Investimentos e na conta do Passivo a Descoberto. Segue abaixo, a mutação desta rubrica no período:

Descritivo	Saldo Controladora em 31.12.2017	Adição	Capitalização de AFAC	Baixa	Equivalência Patrimonial	Saldo Controladora em 31.12.2018	Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2018
Passivo a Descoberto								
Energia dos Ventos V S.A. (a)	(12.996)	-	-	9.211	3.785	-	-	-
Energia dos Ventos VI S.A. (a)	(17.936)	-	-	13.233	4.703	-	-	-
Energia dos Ventos VII S.A. (a)	(18.201)	-	-	13.603	4.598	-	-	-
Energia dos Ventos VIII S.A. (a)	(12.680)	-	-	8.494	4.186	-	-	-
Energia dos Ventos IX S.A. (a)	(12.929)	-	-	9.569	3.360	-	-	-
Brasil Ventos S.A.	-	(51.331)	-	-	34.456	(16.875)	16.875	-
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis (b)	(633)	-	-	831	(198)	-	-	-
São Galvão	-	-	54	-	(54)	-	-	-
Total do Passivo a Descoberto	(75.375)	(51.331)	54	54.941	54.836	(16.875)	16.875	-

- (a) A participação de Furnas sobre as investidas do Complexo Fortim foram transferidas para a controlada Brasil Ventos em Fevereiro/2018 através da operação de Cessão Não Onerosa. **Ver Nota 16.2.2.**
- (b) A participação de Furnas na Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis foi transferida para a controlada Brasil Ventos em Junho/2018 através da operação de Cessão Não Onerosa. **Ver Nota 16.2.4.**

16.2 Resumo das informações das investidas

De acordo com as orientações dispostas no CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, segue quadro resumo com as informações das principais investidas de Furnas e uma coluna com o total das demais investidas:

Informações Financeiras Das SPES	Principais Investidas								Demais Investidas	Total	
	Chapecoense	Enerpeixe	Madeira Energia	Ie Madeira	Serra do Facão	Teles Pires Participações	Belo Monte Transmissora	Inambari			Total
Balancos Patrimoniais em 31.12.2018											
Caixa e equivalente de caixa	184.003	307.780	68.645	1.129	3	18.651	36.725	51	616.987	266.352	883.339
Outros ativos circulantes	161.734	192.726	549.585	225.305	156.883	135.541	175.099	254	1.597.127	220.888	1.818.015
Ativo financeiro, intangível e imobilizado	2.732.454	1.471.006	20.787.932	5.613.909	1.747.814	4.816.661	6.786.725	-	43.956.501	(a) 10.462.101	54.418.602
Outros ativos não circulantes	118.866	154.532	1.665.469	129.440	153.643	360.276	112.436	-	2.694.662	721.338	3.416.000
Total Ativo	3.197.057	2.126.044	23.071.631	5.969.783	2.058.343	5.331.129	7.110.985	305	48.865.277	11.670.679	60.535.956
Empréstimos e financiamentos (curto prazo)	138.706	176.508	169.178	242.974	50.744	184.686	384.299	-	1.347.095	308.128	1.655.223
Outros passivos circulantes	285.577	414.211	1.112.155	153.739	166.834	162.793	82.255	280	2.378.024	389.192	2.767.216
Empréstimos e financiamentos (longo prazo)	1.045.401	573.087	14.795.974	1.805.372	289.710	3.089.667	2.990.328	-	24.589.539	3.969.382	28.558.921
Outros passivos não circulantes	737.591	310.740	2.337.731	955.488	1.524.799	438.899	407.758	-	6.713.006	1.336.971	8.049.977
Patrimônio Líquido	989.602	651.498	4.656.593	2.812.210	26.256	1.455.084	3.246.345	25	13.837.613	5.667.006	19.504.619
Total Passivo	3.197.057	2.126.044	23.071.631	5.969.783	2.058.343	5.331.129	7.110.985	305	48.865.277	11.670.679	60.535.956
Demonstrações dos Resultados em 31.12.2018											
(+) Receita Líquida	874.070	327.484	3.005.553	637.389	309.961	696.194	1.509.358	-	7.360.009	1.532.265	8.892.274
(-) Custo da Operação	(268.478)	(170.211)	(2.689.459)	(110.689)	(159.746)	(640.239)	(153.622)	-	(4.192.444)	(1.036.236)	(5.228.680)
Lucro Bruto	605.592	157.273	316.094	526.700	150.215	55.955	1.355.736	-	3.167.565	496.029	3.663.594
(-) Despesas operacionais	(7.421)	(9.798)	(194.849)	(31.689)	(4.165)	(9.570)	(80.622)	(150)	(338.264)	(31.480)	(369.744)
(+) Receita financeira	24.678	43.960	127.777	23.401	6.374	13.223	9.972	-	249.385	32.409	281.794
(-) Despesa financeira	(205.138)	(89.319)	(1.880.828)	(195.669)	(195.896)	(293.602)	(319.121)	(9)	(3.179.582)	(352.595)	(3.532.177)
Lucro antes dos impostos	417.711	102.116	(1.631.806)	322.743	(43.472)	(233.994)	965.965	(159)	(100.896)	144.363	43.467
(-) Impostos sobre o lucro	(139.216)	(2.441)	(111.830)	(18.706)	18.978	(939)	(318.570)	-	(572.724)	(18.663)	(591.387)
Lucro Líquido (Prejuízo)	278.495	99.675	(1.743.636)	304.037	(24.494)	(234.933)	647.395	(159)	(673.620)	125.700	(547.920)
Outras informações:											
Depreciação e amortização	(86.189)	(56.642)	(887.061)	(7.044)	(100.498)	(162.372)	(570)	-	(1.300.376)	(146.436)	(1.446.812)

Em 31 de dezembro de 2018, as seguintes investidas de Furnas apresentaram em seus balanços capital circulante líquido negativo:

COMPANHIAS COM CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO NEGATIVO				
SPEs	AC	PC	CCL	
Chapecoense	345.737	424.463	(78.726)	
Empresa de Energia São Manoel	133.240	174.940	(41.700)	
Enerpeixe	500.506	590.719	(90.213)	
Lago Azul	7.143	7.942	(799)	
Madeira	618.230	1.281.333	(663.103)	
Serra do Facão Energia	165.106	218.746	(53.640)	
Teles Pires Participações	167.024	374.909	(207.885)	
Vale do São Bartolomeu	33.107	33.671	(564)	

16.2.1 Investida Mesa

Em 31 de dezembro de 2018, a MESA possui registrado em seu balanço dispêndios reembolsáveis junto ao Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) no montante de R\$ 1.632.939 (R\$ 1.566.298 em 31 de dezembro de 2017). Tal recebível teve sua origem por ocasião da assinatura do 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão com a ANEEL, embasado pela apresentação de um cronograma de entrada em operação comercial pelo CCSA, antecipando, pela segunda vez, o início de entrada em operação das unidades geradoras do empreendimento, sendo firmado então, no Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio e em “Termos e Condições”, o referido compromisso. No entanto, este cronograma não foi plenamente atendido, fazendo com que o resultado líquido desta apuração gerasse para a MESA um direito de ressarcimento junto ao CCSA.

Para a aferição do cálculo desse dispêndio reembolsável, o CCSA requereu a aplicação da cláusula 31.1.2.1.1 do contrato EPC, que apresenta o limitador contratual de R\$ 122,00/MWh para o repasse do custo pela compra de volume de energia. Diante desta consideração, a Administração da MESA efetuou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, análises adicionais, incluindo aspectos legais, e mudou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo. Assim, sob o valor total do dispêndio reembolsável de R\$ 1.632.939 (R\$ 1.566.298 em 31 de dezembro de 2017), foi reconhecida uma provisão para perda cujo valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 678.551 (R\$ 678.551 em 31 de dezembro de 2017), o que reflete o valor líquido esperado de recebimento de R\$ 954.388 (R\$ 887.747 em 31 de dezembro de 2017).

Para dirimir dúvidas quanto à utilização do limitador contratual considerado no cálculo de parte do resultado líquido da antecipação do cronograma de entrada em operação comercial da usina, prevista no 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), que originou o referido impairment, a Controlada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral face ao CCSA, sendo que o mesmo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento de Arbitragem da ICC. Adicionalmente, SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”) e CEMIG Geração e Transmissão S.A. (“CEMIG”) requereram perante a Câmara de Arbitragem do Mercado (“CAM”), instauração de procedimento arbitral em face da Madeira Energia S.A. – CAM 63/15, em razão da constituição do impairment, o qual foi julgado em 7 de junho de 2017, deferindo os pedidos dos requerentes e determinando a reversão do impairment citado acima. A sentença arbitral foi tempestivamente cumprida pela MESA e sua subsidiária integral, com a respectiva reversão do impairment no balancete contábil encerrado em julho de 2017.

Em 28 de agosto de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado um aumento de capital na Madeira de até R\$ 972.513. No mesmo ato, os seguintes acionistas subscreverem e integralizaram os créditos que detinham contra a Madeira: Furnas (R\$ 379.280), Odebrecht Energia do Brasil S.A. (R\$ 180.887) e Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia (R\$ 194.503), todos os créditos foram atualizados até 31 de julho de 2018 por IGP-M. Assim, remanesceu um capital a subscrever até R\$ 217.843.

Em 2 de outubro de 2018, em razão dos acionistas Cemig Geração e Transmissão S.A. e SAAG Investimento S.A., não terem exercido o seu direito de subscrição no aumento de capital aprovado em agosto, Furnas optou por subscrever e integralizar parcialmente as sobras verificadas, no montante de R\$ 85.000, o que alterou a sua participação na investida para 41,54%.

Em 3 de outubro de 2018 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, um novo aumento de capital na MESA de até R\$ 300.000. Na mesma data, os acionistas Furnas, CEMIG Geração e Transmissão S.A. e SAAG Investimentos S.A. subscreveram 376.166.308 ações, no valor total de R\$ 176.008. A parcela correspondente a Furnas nesta nova integralização foi de R\$ 124.620. Como os demais acionistas não aportaram dentro do prazo estipulado, o conselho aprovou a alteração na distribuição das participações. Furnas passou a deter então 42,46%.

Em 29 de novembro de 2018 foi aprovado mais um aumento de capital na Companhia no montante de R\$ 130.000. A parcela correspondente a Furnas nesta nova integralização foi de R\$ 55.198. Novamente, nem todos os sócios aportaram o que gerou uma nova reorganização no percentual de participação de cada acionista. Furnas encerrou o exercício de 2018 detendo 43,0554% de participação nas ações ordinárias da MESA.

16.2.2 Complexo Fortim

Em 30 de dezembro de 2017 foi assinado o contrato de cessão não onerosa das ações de Furnas para a Brasil Ventos referente à participação societária de Furnas (99,99%) no Complexo Edílico Fortim. A transferência efetiva dos saldos contábeis destas SPEs, para a controlada integral de Furnas, ocorreu em fevereiro de 2018 após o recebimento da aprovação pela ANEEL e a conclusão de todos os procedimentos societários necessários. A administração de Furnas efetuou então a baixa do saldo existente em passivo a descoberto nestas Companhias com a contra partida no resultado de equivalência e na coluna de adição da Brasil Ventos. O valor adicionado na última corresponde ao laudo de avaliação tomado como base para a operação. Vide **nota 16.1.1**.

Em 13 de julho de 2018 os acionistas Minoritários do Complexo Fortim assinaram com a Brasil Ventos contrato de cessão não onerosa das ações que detinham (0,01%), o que tornou estas Companhias subsidiárias integrais da controlada de Furnas.

16.2.3 Transenergia Goiás S.A.

Em razão de impossibilidade de subscrição e integralização de ações, o acionista J. Malucelli Energia, sócia de Furnas na Transenergia Goiás S.A., emitiu documento de doação de 2.875.500 ações a Furnas na data de 5 de novembro de 2014, que alterou assim a composição acionária da sociedade, passando Furnas a possuir 90,7283% das ações ordinárias.

No mês de dezembro de 2014 Furnas efetuou um aporte na Transenergia Goiás, no montante de R\$ 27.930 aumentando a sua participação para 98,1652%.

Durante o exercício de 2015, novos aportes foram efetuados por Furnas, nos meses de setembro e dezembro, totalizando R\$ 32.643. Com isso, a Empresa encerrou o ano detendo uma participação de 98,3516% no empreendimento.

A doação e transferência definitiva das ações da J. Malucelli foram aprovadas pelo CADE em 2 de abril de 2015, pela ANEEL em 18 de agosto de 2015 e pelo DEST em 8 de dezembro de 2015. Desta forma, no exercício de 2015 Furnas tornou-se acionista controladora da SPE e passou a efetuar a consolidação das suas Demonstrações Financeiras.

Durante o primeiro semestre de 2016, novos aportes foram efetuados por Furnas, nos meses de janeiro e março, totalizando R\$ 20.000. Com isso, a participação da Transenergia Goiás foi alterada para 98,7265%.

No dia 28 de dezembro de 2016 um novo aporte foi realizado, no montante de R\$ 24.054, o que consolidou a participação de Furnas em 99% do empreendimento.

16.2.4 Complexo Itaguaçu Bahia

Conforme previsto no Termo de Compromisso (TC), assinado anteriormente à participação dos acionistas no Leilão 10/2013 (A-5), e consoante Acordo de acionistas celebrado após a constituição das SPEs, o Salus Fundo de Investimento em Participações tinha a opção de vender sua participação no empreendimento após a emissão da outorga de autorização e, caso o FIP Salus não encontrasse um terceiro interessado, Furnas assumiria o compromisso de adquirir a referida participação, desde que obtidas as autorizações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST.

Ao adquirir as ações do FIP SALUS no “Complexo Itaguaçu Bahia”, localizado no município Itaguaçu/BA, Furnas passará a deter 98%, tratando-se, portanto, de consolidação de controle na interpretação legal do CADE, nos termos do artigo 90, inciso II, da Lei nº 12.259/2011. Deste modo, em cumprimento ao art. 88 da referida Lei, à Portaria Interministerial MJ/MF nº 994, de 30 de maio de 2012, e às disposições da Resolução nº 2 do CADE, de 29 de maio de 2012, a operação deveria ser analisada e aprovada por aquele Conselho. O ato de Concentração nº 08700.008573/15-91 foi submetido em 27 de agosto de 2015, transitou sob o rito sumário e a Superintendência Geral do CADE concluiu pela aprovação da operação sem restrições, conforme Despacho publicado aos 15 de setembro de 2015, no Oficial da União, Seção 1, fls.19.

Após autorização do SEST para a assunção de participação do FIP Salus, Furnas passará a ter controle do Complexo Edílico Itaguaçu da Bahia, com 98%, e a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. deterá os 2% restantes. Com a conclusão da transferência de ações das SPEs, estas serão subsidiárias da Holding Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A (IBER), que terá a mesma composição acionária das 10 Sociedades: 98% detido por Furnas e de 2% detido pela Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. A operação aguarda decisão do SEST e, após, será oportunamente comunicada a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 4 de junho de 2018 foi assinado o contrato de cessão não onerosa das ações de Furnas para a Brasil Ventos referente à participação societária de Furnas (49%) na IBER. A administração da Companhia efetuou então a baixa do saldo existente em passivo a descoberto nesta SPE com a contra partida no resultado de equivalência e na coluna de adição da Brasil Ventos. O valor adicionado na controlada, no montante de R\$ 831 (negativos), corresponde ao montante apurado no laudo de avaliação tomado como base para a operação. Vide **nota 16.1.1**.

Em 21 de setembro de 2018 o SEST concedeu, através da Nota Técnica nº 11.222/2018, anuência a Furnas para assunção da participação do FIP Salus no Complexo IBER. Conforme estabelecido no Acordo de Acionistas da Companhia, o preço de compra das ações por Furnas corresponderia ao montante comprovadamente aportado (integralizado) pelo FIP nas SPEs do Complexo Edílico, atualizado pela variação do CDI, calculado pro rata die, da data dos desembolsos até a data do efetivo pagamento por Furnas. O pagamento foi realizado no dia 26/11/2018 no montante de R\$ 24.709.

Em 19 de dezembro de 2018 foi assinado um novo contrato de cessão não onerosa entre Furnas e a Brasil Ventos para formalizar a transferência das ações adquiridas do FIP Salus. A partir desta operação, a Brasil Ventos passou a deter o controle do Complexo Itaguaçu da Bahia com 98%.

16.2.5 Brasil Ventos Energia S.A.

Constituída em 13 de janeiro de 2016 como subsidiária Integral de Furnas, a Brasil Ventos tem como objetos principais a participação em sociedades de geração de energia de fonte renovável, tais como eólica, solar e de biomassa e o investimento nas sociedades titulares dos direitos de exploração dos empreendimentos edílicos denominados: Geradora Eólica Ventos de Santa Rosa S.A., Geradora Eólica Ventos de Uirapuru S.A., Geradora Eólica Bentos de Angelim S.A., Geradora Eólica Arara Azul S.A., Geradora Eólica Bentevi S.A., Geradora Eólica Ouro Verde I S.A., Geradora Eólica Ouro Verde II S.A., Geradora Eólica Ouro Verde III S.A., Geradora Eólica Serra do Mel I S.A., Geradora Eólica Serra do Mel II S.A., Geradora Eólica Serra do Mel III S.A., Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A., Energia dos Ventos IX S.A.

O processo de absorção das SPEs do Complexo Fortim foi aprovado pela diretoria de Furnas em 31 de outubro de 2017. A operação foi concluída em fevereiro de 2018 após a aprovação pelos órgãos competentes da Cessão não Onerosa de ações de Furnas para a Brasil Ventos. O saldo correspondente à participação em cada uma das SPEs que compõem o Complexo foram transferidos para a subsidiária integral no primeiro trimestre de 2018. Em Junho de 2018 foi celebrado um novo contrato de cessão não onerosa entre Furnas e a Brasil Ventos, com objetivo de transferir para a subsidiária integral a participação da controladora na SPE Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis. A reorganização dos saldos de passivo a descoberto nestas SPEs foram demonstrados na nota **16.1.1**.

Em 21 de setembro de 2018 Furnas celebrou um novo contrato de Cessão Não Onerosa com a Brasil Ventos para a transferência da sua participação (49%) nas quatro SPEs do Complexo Famosa I. A operação teve como base o saldo apresentado nas Demonstrações Financeiras do 2º Trimestre/2018 destas Companhias. A administração de Furnas realizou então a baixa do saldo do investimento existente nestas investidas e reduziu a provisão de passivo a descoberto na Brasil Ventos.

No mês de dezembro de 2018 Furnas transferiu a sua participação nos Complexos Baleia e Punaú (49%) bem como as ações adquiridas do FIP Salus no Complexo Itaguaçu da Bahia para a Brasil Ventos. Após estas últimas operações, a Administração da Companhia concluiu a sua estratégia de concentrar todas as suas participações em projetos de energia eólica sobre a administração da sua controlada integral.

16.2.6 Triângulo Mineiro e Vale do São Bartolomeu

Em maio de 2017, determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A., parceira de Furnas nas SPEs Triângulo Mineiro e Vale do São Bartolomeu com 51% de participação através do fundo de investimento “FIP Caixa Milão”, celebraram acordos de colaboração premiada com a Procuradoria Geral da República (PGR), posteriormente homologados pelo Superior Tribunal Federal – STF. Os acordos preveem o pagamento de multas, por parte desses executivos, bem como a colaboração com o Ministério Público Federal (MPF), acerca de todos os fatos relatados àquela autoridade, dentre outras obrigações. A Triângulo Mineiro e a Vale do São Bartolomeu também aderiram ao acordo de leniência em 21 de setembro de 2017, porém, ressalta-se que estas Companhias, bem como os seus executivos não são alvos de nenhuma das operações às quais a J&F está envolvida, e o Acordo não trará ônus pecuniário ou financeiro para elas, que, entretanto, as protege, contra ações propostas pelo Ministério Público Federal.

Adiciona-se, ainda, que as Companhias em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Acordo de Leniência, estão em fase de implementação de um programa de integridade, atualmente em fase de estruturação das políticas internas e procedimentos aplicáveis a integridade e anticorrupção, que consistem, numa primeira fase, na definição do código de conduta, implementação de canal de denúncias, treinamento de pessoal, procedimentos de investigação e medidas disciplinares.

Até o presente momento, as investigações internas, realizadas pelas Companhias, não revelaram quaisquer práticas de ilicitudes que pudessem ter causado reflexos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

16.2.7 Ajustes de políticas contábeis em coligadas

16.2.7.1 Cálculo do UBP

Furnas efetuou ajuste no valor do seu investimento na SPE Serra do Facão Energia S.A., no montante de R\$ 121.696 (R\$ 128.456 em 31 de dezembro de 2017), a fim de padronizar as políticas contábeis dessa Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, em razão da contabilização divergente quanto ao registro do Uso do Bem Público (UBP).

16.2.7.2 Ajuste de adoção do IFRS 15

Furnas efetuou ajustes nos valores dos seus investimentos nas SPEs Triângulo Mineiro S.A e Vale do São Bartolomeu S.A, nos montantes de R\$ 91.698 e R\$ 51.174 respectivamente, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas Companhias para a elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, em razão da contabilização divergente em relação a apuração do Ativo Financeiro. O sistema Eletrobras adotou como padrão a mensuração pelo IFRS 15, enquanto a administração das SPEs optou por manter o IFRIC 12.

16.3 Outros investimentos

Trata-se de investimentos adquiridos pelo custo de aquisição e, quando aplicável, são avaliados a valor de mercado.

16.4 Remuneração das participações societárias permanentes

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
SPEs de Geração				
Brasvento Eolo	-	73	-	73
Brasvento Miassaba	-	1.312	-	1.312
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	26.457	25.674	26.457	25.674
CSE Centro de Soluções Estratégicas	649	-	649	-
Energia Olímpica	428	428	428	428
Enerpeixe S.A.	16.382	15.878	16.382	15.878
Rei dos Ventos 3	-	364	-	364
Retiro Baixo	5.616	2.535	5.616	2.535
Tijóá Participações e Investimentos	16.468	-	16.468	-
SPEs de Transmissão				
Belo Monte Transmissora	12.503	3.954	12.503	3.954
Caldas Novas Transmissão	998	3.626	998	3.626
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (Centroeste)	-	1.154	-	1.154
Goias Transmissão S.A.	11.985	22.030	11.985	22.030
Lago Azul Transmissora	2.594	249	2.594	249
Mata de Santa Genebra	-	3.250	-	3.250
MGE Transmissão S.A.	5.616	7.576	5.616	7.576
Paranaíba	8.567	7.094	8.567	7.094
Transenergia Goiás S.A.	-	1.545	-	-
Transenergia Renovável S.A.	-	6.851	-	6.851
Transenergia São Paulo S.A.	18.031	848	18.031	848
Transirapé	-	1.413	-	1.413
Transleste	-	1.250	-	1.250
Transudeste	-	979	-	979
Total	126.294	108.083	126.294	106.538

16.5 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
SPEs de Geração				
Baguari Energia S.A. (Baguari)	315	315	315	315
Retiro Baixo Energética	1.226	1.225	1.226	1.225
Energia dos Ventos V (a)	-	4.910	-	-
Energia dos Ventos VI (a)	-	7.249	-	-
Energia dos Ventos VII (a)	-	7.249	-	-
Energia dos Ventos VIII (a)	-	4.910	-	-
Energia dos Ventos IX (a)	-	4.910	-	-
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis (IBER) (a)	-	72.814	-	72.814
Bom Jesus Eólica (b)	-	49	-	49
Cachoeira Eólica (b)	-	49	-	49
Pitimbu Eólica (b)	-	49	-	49
São Caetano I Eólica (b)	-	49	-	49
São Caetano Eólica (b)	-	49	-	49
São Galvão Eólica (b)	-	73	-	73
Brasil Ventos (a)	250.987	4.797	-	-
SPEs de Transmissão				
Paranaíba Transmissora	-	2.083	-	2.083
Transenergia Goiás	43.150	43.150	-	-
Total	295.678	153.930	1.541	76.755

(a) Devido cessão não onerosa das participações de Furnas nos Complexos Fortim e na Itaguaçu da Bahia, os saldos dos AFACs referentes a estas Companhias foram transferidas para a Brasil Ventos. Vide **nota 16.1.1**.

(b) No mês de dezembro de 2018 Furnas transferiu a sua participação nos Complexos Baleia e Punaú (49%) através de cessão não onerosa para a Brasil Ventos. Os saldos dos AFACs foram integralizados em janeiro/2018, antes da operação cessão de participação.

16.6 Transferência de participação acionária e ativos

Em 23 de fevereiro de 2018, a Eletrobras divulgou aos acionistas e ao mercado em geral que o seu Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada nesta mesma data, a alienação das participações societárias em 70 Sociedades de Propósitos Específicos (“SPEs”) detidas por suas subsidiárias. Das SPEs pertencentes a Furnas, o Conselho de Administração da Empresa aprovou a transferência das participações nos seguintes empreendimentos:

	Participação de Furnas (%)	Potência Instalada / Extensão / MVA	Início da Concessão	Prazo da Concessão
Empreendimento				
Brasvento Eolo Geradora de Energia S.A.	24,5	58,45 MW	09.12.2010	35 anos
Brasvento Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,5	68,47 MW	19.08.2010	35 anos
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,5	60,12 MW	09.12.2010	35 anos
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.	49,0	62,7	04.03.2005	30 anos
Companhia Transirapé de Transmissão S.A.	24,5	65	15.03.2005	30 anos
Companhia Transleste de Transmissão S.A.	24,0	138	18.02.2004	30 anos
Companhia Transudeste de Transmissão S.A.	25,0	140	04.03.2005	30 anos
Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.	49,0	-	10.05.2012	30 anos

A operação mencionada acima representa uma das etapas previstas no Plano Diretor de Negócios e Gestão (“PDNG”) 2018/2022 da Eletrobras e tem por objetivo promover a quitação de dívidas das subsidiárias junto a Holding, permitindo a redução de sua alavancagem financeira e melhora no indicador Dívida Líquida /EBITDA.

A transferência efetiva destes ativos de geração eólica e de transmissão ocorreu em 21 de agosto de 2018 através da assinatura e registro do Termo de Transferência de Ações e de Quitação/Amortização de Débitos, celebrado entre a Eletrobras e Furnas. Esta operação resultou na quitação de R\$ 181.924 em dívidas com a Holding (pagamento integral do contrato ECF 3299 e parcial do contrato ECR 285). Este valor corresponde ao montante do investimento registrado por Furnas nas Demonstrações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2018, conforme apresentado abaixo:

SPE	Nº de Ações ON	Data do Termo de Transferência	Saldo Contábil do Investimento em Junho/2018 (em mil R\$)	
Brasvento Eolo Geradora de Energia S.A.	24.802.913	22/08/2018		23.637
Brasvento Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	33.570.311	22/08/2018		36.404
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	22.930.675	22/08/2018		22.689
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.	13.720.490	31/08/2018		17.512
Companhia Transirapé de Transmissão S.A.	5.473.175	27/08/2018		23.856
Companhia Transleste de Transmissão S.A.	11.896.560	27/08/2018		16.399
Companhia Transudeste de Transmissão S.A.	7.500.00	27/08/2018		11.682
Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.	16.319.450	22/08/2018		29.745
TOTAL				181.924

Em 27 de setembro de 2018, foi realizada na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A, a sessão pública do leilão de alienação das participações societárias detidas pelo Grupo Eletrobras. Das SPEs que pertenciam a Furnas, somente a Luziânia não foi leiloada por ausência de proponentes.

NOTA 17 – IMOBILIZADO

Os saldos do ativo imobilizado que não estão dentro dos critérios estabelecidos na ICPC 01 (R1) em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
EM SERVIÇO				
Custo				
Terrenos	611.515	612.018	611.515	612.018
Reservatórios, barragens e adutoras	4.514.631	4.505.210	4.514.631	4.505.210
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.334.165	1.329.200	1.334.165	1.329.200
Máquinas e equipamentos	3.420.107	3.181.078	3.420.159	3.181.145
Veículos	55.739	53.791	55.739	53.791
Móveis e utensílios	25.532	25.178	26.093	25.309
Subtotal	9.961.689	9.706.475	9.962.302	9.706.673
Depreciação				
Reservatórios, barragens e adutoras	(1.442.468)	(1.351.816)	(1.442.468)	(1.351.816)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(766.901)	(728.522)	(766.901)	(728.522)
Máquinas e equipamentos	(1.411.847)	(1.316.906)	(1.411.860)	(1.316.973)
Veículos	(44.863)	(41.789)	(44.863)	(41.789)
Móveis e utensílios	(20.896)	(20.164)	(21.053)	(20.199)
Subtotal	(3.686.975)	(3.459.197)	(3.687.145)	(3.459.299)
TOTAL EM SERVIÇO	6.274.714	6.247.278	6.275.157	6.247.374
EM CURSO				
Terrenos	3.772	3.248	4.406	3.881
Barragens, reservatórios e adutoras	93.542	71.808	93.542	71.808
Edificações, obras civis e benfeitorias	25.085	10.332	25.085	10.332
Máquinas e equipamentos	175.519	259.551	191.319	260.744
Veículos	1.342	1.326	1.342	1.326
Móveis e Utensílios	10	10	10	36
A ratear	2.388	(2.491)	2.346	1.544
Estudos e Projetos	4.398	4.315	4.398	4.315
Transformação, fabricação e reparo de materiais	937	936	937	936
Compras em andamento	3.006	3.006	3.006	3.006
Material em depósito	67.185	61.146	67.185	61.214
Adiantamento a fornecedores	305	305	107.932	940
Serviços de Terceiros	-	-	5.617	1.389
Seguros	-	-	354	-
TOTAL EM CURSO	377.489	413.492	507.479	421.471
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.324.498)	(1.374.909)	(1.325.158)	(1.380.408)
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativos achados investigação ^(a)	(2.644)	(2.644)	(2.644)	(2.644)
(-) Obrigações vinculadas a concessões	(112.540)	(112.540)	(112.540)	(112.540)
IMOBILIZADO LÍQUIDO – TOTAL	5.212.521	5.170.677	5.342.294	5.173.253

17.2 Composição do imobilizado, por macro atividade

Descriutivo	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Controladora			
		31.12.2018			31.12.2017
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Geração	2,55	9.376.780	(3.289.221)	6.087.559	6.042.014
Transmissão ^(b)	3,16	53.226	(8.575)	44.651	46.396
Administração	8,33	530.541	(388.077)	142.464	158.772
Comercialização	9,45	1.142	(1.102)	40	96
Subtotal		9.961.689	(3.686.975)	6.274.714	6.247.278
Em curso					
Geração	-	204.712	-	204.712	244.988
Transmissão ^(b)	-	158.318	-	158.318	151.923
Administração	-	14.459	-	14.459	16.581
Subtotal		377.489	-	377.489	413.492
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativos		(1.324.498)	-	(1.324.498)	(1.374.909)
(-) Perdas estimadas para ajuste de valor recuperável de ativos achados investigação ^(a)		(2.644)	-	(2.644)	(2.644)
(-) Obrigações vinculadas a concessão		(112.540)	-	(112.540)	(112.540)
Imobilizado Líquido - Total		8.899.496	(3.686.975)	5.212.521	5.170.677

Descriutivo	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Consolidado			
		31.12.2018			31.12.2017
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Geração	2,55	9.376.780	(3.289.221)	6.087.559	6.042.110
Transmissão ^(b)	3,16	53.226	(8.575)	44.651	46.396
Administração	8,33	531.154	(388.247)	142.907	158.772
Comercialização	9,45	1.142	(1.102)	40	96
Subtotal		9.962.302	(3.687.145)	6.275.157	6.247.374
Em curso					
Geração	-	334.110	-	334.110	252.143
Transmissão ^(b)	-	158.318	-	158.318	151.991
Administração	-	15.051	-	15.051	17.337
Subtotal		507.479	-	507.479	421.471
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativos		(1.325.158)	-	(1.325.158)	(1.380.408)
(-) Perdas Estimadas para ajuste de valor recuperável de ativos achados investigação ^(a)		(2.644)	-	(2.644)	(2.644)
(-) Obrigações vinculadas a concessão		(112.540)	-	(112.540)	(112.540)
Imobilizado Líquido - Total		9.029.439	(3.687.145)	5.342.294	5.173.253

- ^(a) Refere-se a achados na investigação promovida pela Eletrobrás, conforme detalhado na Nota 39.2.1 Riscos relacionados ao cumprimento ("compliance") de leis e regulamentos.
- ^(b) Os valores expressos nas rubricas transmissão referem-se às subestações de Batalha e Simplício, além de material em depósito (de peças sobressalentes) para eventuais reparos em linhas de transmissão. Com a entrada em operação da UHE Simplício, uma parcela de seus bens - ligados à transmissão - que não são alcançados pela ICPC 01 - foi transferida de em curso para serviço.

17.3 Premissas para o cálculo do *Impairment*

A Administração da Empresa revisa anualmente o valor recuperável dos seus ativos de longa duração, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de avaliar eventuais perdas, ocorreu em 2018 à aplicabilidade do teste de *impairment* para as seguintes unidades geradoras de caixa:

- Geração – UHE Batalha, UHE Simplício, UHE Itumbiara, UHE Mascarenhas de Moraes, UHE Serra da Mesa, UHE Manso e UTE Santa Cruz.

Esta revisão é denominada como Teste de *Impairment*, feita em atendimento ao CPC01.

O teste consiste em calcular o valor presente dos fluxos de caixa de cada Unidade Geradora de Caixa, e compará-lo com seu valor de livro. Inclui-se no fluxo de caixa os valores de indenização previstos para o final da concessão, calculados pela metodologia no Valor Novo de Reposição – VNR.

As Unidades Geradoras de Caixa foram definidas da seguinte forma:

Geração – Usinas individualizadas renovadas e não renovadas pela lei 12.783/2013 (Nota 2).

A seguir, as principais premissas para avaliação do modelo *Impairment*, por unidade geradora de caixa, adotadas por Furnas:

- Custos – Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO)
No cenário foi considerada a projeção com base no orçamento de 2018.
- Receitas
As receitas foram baseadas nos contratos de lastro não individualizado comercializados no ACR (Ambiente de Contratação Regulado) e ACL (Ambiente de Contratação Livre), e rateado às usinas com base na proporção de suas garantias físicas.
- Impostos e Encargos
PIS/COFINS - Alíquota de 9,25% sobre a Receita Bruta (Lucro Real).
P&D - 1% da ROL.
CFURH – 7,00 % sobre a produção de energia estimada multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência - TAR estimada.
Taxa de Fiscalização ANEEL - 0,4% sobre a Receita Bruta.
RGR – 2,5% até a data de vencimento da concessão.
TUST – Considerado o valor da TUST previsto para 2018 para a projeção de todos os ativos.
PIS: Programa de Integração Social;
COFINS: Contribuição para Financiamento da Seguridade;
P&D: Programa de Pesquisa e Desenvolvimento;
CFURH: Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica;
RGR: Reserva Global de Reversão; e
TUST: Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão.
- Valor Novo de Reposição (VNR)
Foi considerado o estudo realizado pela área de Engenharia da Empresa para a determinação do VNR utilizado nos cálculos do balanço de 2012 e atualizados pelo IPCA.
- Investimentos
Foram considerados investimentos nas usinas renovadas e na UTE Santa Cruz com projeção para 2019 até o fim das concessões.
- Depreciação
Utilizada a taxa da ANEEL conforme sua Resolução nº 674/2015.
- Uso do Bem Público (UBP)
Atendendo à orientação OCPC 05, foi considerado UBP para os ativos de Batalha e Simplício, cujos montantes aproximados são de R\$ 268 mil e R\$ 1.109 mil ao ano com base na amortização realizada, respectivamente. (nota 25)
- Taxa de Desconto para Fluxo de Caixa
Weighted Average Cost of Capital (WACC) = custo médio ponderado de capital: a) Ativos de Geração não Renovadas: 5,92% a.a. real; b) Ativos de Geração Renovadas: 5,86% a.a. real; e c) Ativo de Transmissão existente: 6,12% a.a. real; e d) Ativos de Transmissão novos investimentos: 5,86% a.a. real.

Após aplicação do teste de *impairment*, utilizando-se das metodologias e premissas elencadas, a Empresa identificou um aumento nas perdas na Unidade Geradora de caixa da usina UTE Santa Cruz e a reversão de perdas estimadas nas usinas UHE Batalha e UHE Simplício devido a redução do custo com PMSO da Empresa e em especial ao impacto do Plano de Demissão Consensual – PDC.

A análise realizada pela Empresa em 31 de dezembro de 2018, determinou a necessidade de provisões/(reversões) estimadas, no segmento de geração, conforme demonstrativo abaixo:

Descriutivo	Controladora		
	31.12.2017	(Constituição) / Reversão	31.12.2018
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	-	(16.565)
UTE Santa Cruz	(693.560)	(38.428)	(731.988)
UHE Batalha	(496.376)	8.264	(488.112)
UHE Simplício	(168.408)	80.575	(87.833)
Total	(1.374.909)	50.411	(1.324.498)

Descriutivo	Consolidado		
	31.12.2017	(Constituição) /Reversão	31.12.2018
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	-	(16.565)
UTE Santa Cruz	(693.560)	(38.428)	(731.988)
UHE Batalha	(496.376)	8.264	(488.112)
UHE Simplício	(168.408)	80.575	(87.833)
Complexo Fortim (SPE´s Energia dos Ventos 05 a 09)	(5.499)	5.499	-
SPE BrasilVentos (Cessão Energia dos Ventos 05 a 09)	-	(5.499)	(5.499)
SPE BrasilVentos	-	4.839	(660)
Total	(1.380.408)	55.250	(1.325.158)

Com a adoção do CPC47 / IFRS 15, a Empresa passou a tratar esses ativos como ativo de contrato de transmissão, revertendo o impairment até então contabilizados.

17.4 Impacto contábil em conexão com os investimentos objetos de investigação na Holding Eletrobras.

A Holding Eletrobrás contratou a empresa *Hogan Lovells* para apurar os impactos de corrupção (investigadas no âmbito da operação Lava Jato) sobre o patrimônio líquido por contrato.

O resultado do trabalho concluiu que por estimativa há um impacto de R\$ 2.644 sobre o projeto de UHE Simplício oriundos de atos ilegais no ano de 2016.

Desta forma, este valor foi destacado da provisão de *impairment* já reconhecido como para a Provisão para Ajuste de Valor Recuperável de Ativos Achados na Investigação seguindo a recomendação da *Holding*.

17.5 Movimentação do ativo imobilizado

Descriutivo	Controladora				
	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2018
Serviço					
Custo					
Terrenos	612.018	-	-	(503)	611.515
Barragens, reservatórios e adutoras	4.505.210	-	-	9.421	4.514.631
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.329.200	-	(61)	5.026	1.334.165
Máquinas e equipamentos	3.181.078	-	(2.508)	241.537	3.420.107
Veículos	53.791	-	(1.902)	3.850	55.739
Móveis e utensílios	25.178	-	(98)	452	25.532
Subtotal	9.706.475	-	(4.569)	259.783	9.961.689
Depreciação					
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.351.816)	(90.652)	-	-	(1.442.468)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(728.522)	(38.440)	61	-	(766.901)
Máquinas e equipamentos	(1.316.906)	(97.525)	2.429	155	(1.411.847)
Veículos	(41.789)	(4.976)	1.902	-	(44.863)
Móveis e utensílios	(20.164)	(819)	92	(5)	(20.896)
Subtotal	(3.459.197)	(232.412)	4.484	150	(3.686.975)
Total em Serviço	6.247.278	(232.412)	(85)	259.933	6.274.714
Em Curso					
Terrenos	3.248	22	-	502	3.772
Barragens, reservatórios e adutoras	71.808	31.154	-	(9.420)	93.542
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.332	19.809	-	(5.056)	25.085
Máquinas e equipamentos	259.551	157.618	-	(241.650)	175.519
Veículos	1.326	3.932	-	(3.916)	1.342
Móveis e utensílios	10	174	-	(174)	10
A ratear	(2.491)	4.879	-	-	2.388
Estudos e Projetos	4.315	83	-	-	4.398
Transformação, fabricação e reparo de materiais	936	1	-	-	937
Compras em andamento	3.006	-	-	-	3.006
Material em depósito	61.146	6.039	-	-	67.185
Adiantamento a fornecedores	305	-	-	-	305
Total em Curso	413.492	223.711	-	(259.714)	377.489
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.374.909)	(48.754)	99.165	-	(1.324.498)
(-) Perdas estimadas para ajuste de valor recuperável de ativos achados investigação ^(a)	(2.644)	-	-	-	(2.644)
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(112.540)	-	-	-	(112.540)
Imobilizado Líquido - Total	5.170.677	(57.455)	99.080	219	5.212.521

^(a) Refere-se a achados na investigação promovida pela Eletrobras, conforme detalhado na Nota 39.2.1 Riscos relacionados ao cumprimento ("compliance") de leis e regulamentos.

	Consolidado					
Descritivo	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Cessão	Saldo em 31.12.2018
Serviço						
Custo						
Terrenos	612.018	-	-	(503)	-	611.515
Barragens, reservatórios e adutoras	4.505.210	-	-	9.421	-	4.514.631
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.329.200	-	(61)	5.026	-	1.334.165
Máquinas e equipamentos	3.181.145	-	(2.575)	241.589	-	3.420.159
Veículos	53.791	-	(1.902)	3.850	-	55.739
Móveis e utensílios	25.309	301	(98)	478	103	26.093
Subtotal	9.706.673	301	(4.636)	259.861	103	9.962.302
Depreciação						
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.351.816)	(90.652)	-	-	-	(1.442.468)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(728.522)	(38.440)	61	-	-	(766.901)
Máquinas e equipamentos	(1.316.973)	(97.538)	2.496	155	-	(1.411.860)
Veículos	(41.789)	(4.976)	1.902	-	-	(44.863)
Móveis e utensílios	(20.199)	(839)	89	(5)	(99)	(21.053)
Subtotal	(3.459.299)	(232.445)	4.548	150	(99)	(3.687.145)
Total em Serviço	6.247.374	(232.144)	(88)	260.011	4	6.275.157
Em Curso						
Terrenos	3.881	23	-	502	-	4.406
Barragens, reservatórios e adutoras	71.808	31.154	-	(9.420)	-	93.542
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.332	19.809	-	(5.056)	-	25.085
Máquinas e equipamentos	260.744	157.891	-	(241.702)	14.386	191.319
Veículos	1.326	3.932	-	(3.916)	-	1.342
Móveis e utensílios	36	174	-	(200)	-	10
A ratear	1.544	4.879	-	(42)	(4.035)	2.346
Estudos e Projetos	4.315	83	-	-	-	4.398
Transformação, fabricação e reparo de materiais	936	1	-	-	-	937
Compras em andamento	3.006	-	-	-	-	3.006
Material em depósito	61.214	6.039	-	(68)	-	67.185
Adiantamento a fornecedores	940	97.929	-	-	9.063	107.932
Serviços de Terceiros	1.389	4.228	-	-	-	5.617
Seguros	-	27	-	-	327	354
Total em Curso	421.471	326.169	-	(259.902)	19.741	507.479
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.380.408)	(51.656)	107.342	-	(436)	(1.325.158)
(-) Perdas estimadas para ajuste de valor recuperável de ativos achados investigação ^(a)	(2.644)	-	-	-	-	(2.644)
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(112.540)	-	-	-	-	(112.540)
Imobilizado Líquido - Total	5.173.253	42.369	107.254	109	19.309	5.342.294

^(a) Refere-se a achados na investigação promovida pela Eletrobras, conforme detalhado na Nota 39.2.1 Riscos relacionados ao cumprimento ("compliance") de leis e regulamentos.

Descriutivo	Controladora				
	Saldo em 01.01.2017	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2017
Serviço					
Custo					
Terrenos	596.231	-	-	15.787	612.018
Barragens, reservatórios e adutoras	4.501.945	-	-	3.265	4.505.210
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.297.924	-	(3.873)	35.149	1.329.200
Máquinas e equipamentos	3.167.101	-	(3.796)	17.773	3.181.078
Veículos	58.651	-	(5.421)	561	53.791
Móveis e utensílios	24.834	-	(177)	521	25.178
Subtotal	9.646.686	-	(13.267)	73.056	9.706.475
Depreciação					
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.346.760)	(17.896)	-	12.840	(1.351.816)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(584.290)	(139.788)	3.873	(8.317)	(728.522)
Máquinas e equipamentos	(1.241.086)	(85.216)	3.277	6.119	(1.316.906)
Veículos	(41.962)	(5.248)	5.352	69	(41.789)
Móveis e utensílios	(19.401)	(909)	151	(5)	(20.164)
Subtotal	(3.233.499)	(249.057)	12.653	10.706	(3.459.197)
Total em Serviço	6.413.187	(249.057)	(614)	83.762	6.247.278
Em Curso					
Terrenos	3.076	223	-	(51)	3.248
Barragens, reservatórios e adutoras	66.190	23.947	-	(18.329)	71.808
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.215	8.902	-	(10.785)	10.332
Máquinas e equipamentos	246.200	40.394	-	(27.043)	259.551
Veículos	1.326	1.967	-	(1.967)	1.326
Móveis e utensílios	10	75	-	(75)	10
A ratear	8.125	2.628	-	(13.244)	(2.491)
Estudos e Projetos	2.945	1.370	-	-	4.315
Transformação, fabricação e reparo de materiais	3.398	(2.462)	-	-	936
Compras em andamento	3.006	-	-	-	3.006
Material em depósito	44.691	16.455	-	-	61.146
Adiantamento a fornecedores	305	-	-	-	305
Total em Curso	391.487	93.499	-	(71.494)	413.492
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(965.780)	(763.888)	354.759	-	(1.374.909)
(-) Perdas estimadas para ajuste de valor recuperável de ativos achados investigação ^(a)	(2.644)	-	-	-	(2.644)
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(112.540)	-	-	-	(112.540)
Imobilizado Líquido - Total	5.723.710	(919.446)	354.145	12.268	5.170.677

Descritivo	Consolidado				
	Saldo em 01.01.2017	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2017
Serviço					
Custo					
Terrenos	596.231	-	-	15.787	612.018
Barragens, reservatórios e adutoras	4.501.945	-	-	3.265	4.505.210
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.297.924	-	(3.873)	35.149	1.329.200
Máquinas e equipamentos	3.167.101	-	(3.796)	17.840	3.181.145
Veículos	58.651	-	(5.421)	561	53.791
Móveis e utensílios	24.834	-	(177)	652	25.309
Subtotal	9.646.686	-	(13.267)	73.254	9.706.673
Depreciação					
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.346.760)	(17.896)	-	12.840	(1.351.816)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(584.290)	(139.788)	3.873	(8.317)	(728.522)
Máquinas e equipamentos	(1.241.086)	(85.283)	3.277	6.119	(1.316.973)
Veículos	(41.962)	(5.248)	5.352	69	(41.789)
Móveis e utensílios	(19.401)	(944)	151	(5)	(20.199)
Subtotal	(3.233.499)	(249.159)	12.653	10.706	(3.459.299)
Total em Serviço	6.413.187	(249.159)	(614)	83.960	6.247.374
Em Curso					
Terrenos	3.076	857	-	(52)	3.881
Barragens, reservatórios e adutoras	66.190	23.947	-	(18.329)	71.808
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.215	8.902	-	(10.785)	10.332
Máquinas e equipamentos	247.338	40.468	-	(27.062)	260.744
Veículos	1.326	1.967	-	(1.967)	1.326
Móveis e utensílios	204	85	-	(253)	36
A reatear	11.848	2.940	-	(13.244)	1.544
Estudos e Projetos	2.945	1.370	-	-	4.315
Transformação, fabricação e reparo de materiais	3.398	(2.462)	-	-	936
Compras em andamento	3.006	-	-	-	3.006
Material em depósito	44.691	16.523	-	-	61.214
Adiantamento a fornecedores	305	622	13	-	940
Serviços de Terceiros	-	1.389	-	-	1.389
Total em Curso	396.542	96.608	13	(71.692)	421.471
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(970.820)	(765.226)	355.638	-	(1.380.408)
(-) Perdas estimadas para ajuste de valor recuperável de ativos achados investigação ^(a)	(2.644)	-	-	-	(2.644)
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(112.540)	-	-	-	(112.540)
Imobilizado Líquido - Total	5.723.725	(917.777)	355.037	12.268	5.173.253

^(a) Refere-se a achados na investigação promovida pela Eletrobras, conforme detalhado na Nota 39.2.1 Riscos relacionados ao cumprimento ("compliance") de leis e regulamentos.

NOTA 18 – INTANGÍVEL

	Controladora					
Descritivo	Saldo em 31.12.2017	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31.12.2018
Vinculados à concessão - Geração						
Em serviço						
Custo	11.396	-	-	-	-	11.396
Uso do Bem Público	38.538	-	-	-	-	38.538
GSF	123.751	-	-	-	-	123.751
Amortização	(910)	-	-	(169)	-	(1.079)
Amortização - UBP	(6.065)	-	-	(1.377)	-	(7.442)
Amortização - GSF	(28.276)	-	-	(14.138) ^(a)	-	(42.414)
	138.434	-	-	(15.684)	-	122.750
Em curso						
Custo	139	1.737	-	-	-	1.876
	139	1.737	-	-	-	1.876
Total vinculados à concessão – Geração	138.573	1.737	-	(15.684)	-	124.626
Vinculados à concessão – Transmissão						
Em serviço						
Custo	709	-	-	-	51	760
Amortização	1	-	-	-	-	1
	710	-	-	-	51	761
Em curso						
Custo	1.301	51	-	-	(51)	1.301
	1.301	51	-	-	(51)	1.301
Total vinculados à concessão – Transmissão	2.011	51	-	-	-	2.062
Não Vinculados à concessão – Outros intangíveis						
Em serviço						
Custo	131.380	-	-	-	48.551	179.931
Amortização	(114.166)	-	-	(12.978)	-	(127.144)
	17.214	-	-	(12.978)	48.551	52.787
Em curso						
Custo	51.050	5.869	-	-	(48.551)	8.368
	51.050	5.869	-	-	(48.551)	8.368
Total vinculados à concessão – Outros intangíveis	68.264	5.869	-	(12.978)	-	61.155
Total	208.848	7.657	-	(28.662)	-	187.843

(a) Vide Nota 9

Descritivo	Consolidado							
	Saldo em 31.12.2017	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Cessão	Impairment	Saldo em 31.12.2018
Vinculados à concessão - Geração								
Em serviço								
Custo	11.396	-	-	-	-	-	-	11.396
Uso do Bem Público	38.538	-	-	-	-	-	-	38.538
GSF	123.751	-	-	-	-	-	-	123.751
Amortização	(910)	-	-	(169)	-	-	-	(1.079)
Amortização - UBP	(6.065)	-	-	(1.377)	-	-	-	(7.442)
Amortização - GSF	(28.276)	-	-	(14.138) ^(a)	-	-	-	(42.414)
	138.434	-	-	(15.684)	-	-	-	122.750
Em curso								
Custo	139	1.737	-	-	-	-	-	1.876
	139	1.737	-	-	-	-	-	1.876
Total vinculados à concessão - Geração	138.573	1.737	-	(15.684)	-	-	-	124.626
Vinculados à concessão - Transmissão								
Em serviço								
Custo	709	-	-	-	-	-	-	709
Amortização	1	-	-	-	-	-	-	1
	710	-	-	-	-	-	-	710
Em curso								
Custo	1.301	51	-	-	-	-	-	1.352
	1.301	51	-	-	-	-	-	1.352
Total vinculados à concessão - Transmissão	2.011	51	-	-	-	-	-	2.062
Não Vinculados à concessão – Outros intangíveis								
Em serviço								
Custo	131.390	66	-	-	48.551	-	-	180.007
Amortização	(114.179)	-	-	(12.991)	-	-	-	(127.170)
	17.211	66	-	(12.991)	48.551	-	-	52.837
Em curso								
Custo	78.759	6.697	-	-	(48.554)	74.555	6	111.463
	78.759	6.697	-	-	(48.554)	74.555	6	111.463
Total vinculados à concessão - Outros intangíveis	95.970	6.763	-	(12.991)	(3)	74.555	6	164.300
Total	236.554	8.551	-	(28.675)	(3)	74.555	6	290.988

(a) Vide Nota 9

Descritivo	Controladora					
	Saldo em 01.01.2017	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31.12.2017
Vinculados à concessão - Geração						
Em serviço						
Custo	26.434	-	-	-	(15.038)	11.396
Uso do Bem Público	38.538	-	-	-	-	38.538
GSF	123.751	-	-	-	-	123.751
Amortização	(775)	-	-	(135)	-	(910)
Amortização - UBP	(4.688)	-	-	(1.377)	-	(6.065)
Amortização - GSF	(14.137)	-	-	(14.139)	-	(28.276)
	169.123	-	-	(15.651)	(15.038)	138.434
Em curso						
Custo	11	883	-	-	(755)	139
	11	883	-	-	(755)	139
Total vinculados à concessão – Geração	169.134	883	-	(15.651)	(15.793)	138.573
Vinculados à concessão – Transmissão						
Em serviço						
Custo	709	-	-	-	-	709
Amortização	1	-	-	-	-	1
	710	-	-	-	-	710
Em curso						
Custo	1.301	-	-	-	-	1.301
	1.301	-	-	-	-	1.301
Total vinculados à concessão – Transmissão	2.011	-	-	-	-	2.011
Não Vinculados à concessão – Outros intangíveis						
Em serviço						
Custo	123.572	-	-	-	7.808	131.380
Amortização	(107.398)	-	-	(6.768)	-	(114.166)
	16.174	-	-	(6.768)	7.808	17.214
Em curso						
Custo	46.395	12.471	-	-	(7.816)	51.050
	46.395	12.471	-	-	(7.816)	51.050
Total vinculados à concessão – Outros intangíveis	62.569	12.471	-	(6.768)	(8)	68.264
Total	233.714	13.354	-	(22.419)	(15.801)	208.848

	Consolidado							
Descritivo	Saldo em 01.01.2017	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Ajuste de inventário	Impairment	Saldo em 31.12.2017
Vinculados à concessão - Geração								
Em serviço								
Custo	66.882	-	-	-	(15.038)	(40.448)	-	11.396
Uso do Bem Público	38.538	-	-	-	-	-	-	38.538
GSF	123.751	-	-	-	-	-	-	123.751
Amortização	(775)	-	-	(135)	-	-	-	(910)
Amortização - UBP	(4.688)	-	-	(1.377)	-	-	-	(6.065)
Amortização - GSF	(14.137)	-	-	(14.139)	-	-	-	(28.276)
	209.571			(15.651)	(15.038)	(40.448)	-	138.434
Em curso								
Custo	(40.437)	883	-	-	(755)	40.448	-	139
	(40.437)	883	-	-	(755)	40.448	-	139
Total vinculados à concessão - Geração	169.134	883	-	(15.651)	(15.793)	-	-	138.573
Vinculados à concessão - Transmissão								
Em serviço								
Custo	709	-	-	-	-	-	-	709
Amortização	1	-	-	-	-	-	-	1
	710	-	-	-	-	-	-	710
Em curso								
Custo	1.303	-	-	-	-	(2)	-	1.301
	1.303	-	-	-	-	(2)	-	1.301
Total vinculados à concessão - Transmissão	2.013	-	-	-	-	(2)	-	2.011
Não Vinculados à concessão – Outros intangíveis								
Em serviço								
Custo	123.582	-	-	-	7.808	-	-	131.390
Amortização	(107.398)	-	-	(6.781)	-	-	-	(114.179)
	16.184	-	-	(6.781)	7.808	-	-	17.211
Em curso								
Custo	46.385	13.454	(480)	-	(7.816)	40.450	(13.234)	78.759
	46.385	13.454	(480)	-	(7.816)	40.450	(13.234)	78.759
Total vinculados à concessão - Outros intangíveis	62.569	13.454	(480)	(6.781)	(8)	40.450	(13.234)	95.970
Total	233.716	14.337	(480)	(22.432)	(15.801)	40.448	(13.234)	236.554

NOTA 20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

20.1 Composição do endividamento – controladora e consolidado

				31.12.2018				31.12.2017			
Contraparte	Moeda/ Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais		Principal				Principal		
				Encargos	Circul.	Não Circul.	Total	Encargos	Circul.	Não Circul.	Total
Moeda Estrangeira											
Elektrobras											
Elektrobras – BID	US\$	06.04.2018	Juros 4,66% a.a. + tx. adm. 0,75% a.a.	-	-	-	-	91	5.875	-	5.966
Elektrobras - Eximbank	YEN	06.04.2018	Juros 1,92%a.a. + tx. adm. 2% a.a.	-	-	-	-	215	22.245	-	22.460
Subtotal				-	-	-	-	306	28.120	-	28.426
Instituições financeiras											
BID	US\$	15.12.2031	Taxa fluutuante base US\$ x Libor	570	29.251	351.011	380.832	357	24.972	324.638	349.967
Subtotal				570	29.251	351.011	380.832	357	24.972	324.638	349.967
Subtotal Moeda Estrangeira				570	29.251	351.011	380.832	663	53.092	324.638	378.393
Moeda Nacional											
Elektrobras											
Elektrobras	IPCA	2021 a 2030	6% a.a. + 1% tx. adm.	14.192	399.088	2.077.386	2.490.666	15.449	379.023	2.311.790	2.706.262
Elektrobras	Não indexado	2014 a 2020	5% a 7,5% a.a. + tx. adm. 1,5 a 2% a.a.	9	1.477	84	1.570	112	17.881	423	18.416
Elektrobras	Selic	30.07.2021	Selic	32	2.488	3.636	6.156	52	2.488	5.932	8.472
Elektrobras	CDI	30.10.2023	119,5% CDI	3.037	97.813	346.108	446.958	7.097	257.426	390.992	655.515
Subtotal				17.270	500.866	2.427.214	2.945.350	22.710	656.818	2.709.137	3.388.665
Instituições Financeiras											
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 1,91% a.a.	1.541	68.551	451.298	521.390	1.980	68.080	516.277	586.337
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 2,18% a.a.	88	3.822	25.164	29.074	114	3.868	28.786	32.768
BNDES	TJLP	15.12.2025	TJLP + 3% a.a.	400	17.002	102.012	119.414	518	16.885	118.196	135.599
BNDES	TJLP	15.06.2029	TJLP + 2.45 e 2,85% a.a.	613	18.182	172.731	191.526	762	18.057	189.601	208.420
Banco do Brasil (Aditivo)	CDI	01.10.2023	107,3% e 132% CDI	9.812	-	750.000	759.812	4.114	750.000	-	754.114
Banco do Brasil (Aditivo)	CDI	28.12.2020	110% CDI	67	104.156	104.156	208.379	72	-	208.312	208.384
Banco do Brasil	CDI	06.12.2023	115% CDI	10.219	50.000	200.000	260.219	15.514	50.000	250.000	315.514
Banco do Brasil	CDI	20.12.2020	CDI + 2,5% a.a.	29	42.500	42.500	85.029	31	-	85.000	85.031
CEF	CDI	27.07.2020	111% CDI	3.184	53.190	53.190	109.564	6.033	53.190	106.380	165.603
CEF	CDI	03.08.2020	111% CDI	5.705	100.000	100.000	205.705	10.706	100.000	200.000	310.706
CEF	CDI	15.10.2020	111% CDI	619	21.642	21.643	43.904	1.047	21.642	43.285	65.974
CEF	CDI	26.10.2020	111% CDI	705	28.494	28.494	57.693	1.200	28.494	56.987	86.681
CEF	CDI	16.05.2023	113,7% CDI	37.400	166.667	666.666	870.733	61.232	166.667	833.333	1.061.232
CEF	CDI	15.07.2019	140% CDI	1.243	400.000	-	401.243	2.002	200.000	400.000	602.002
CEF	CDI	15.12.2022	141% CDI	1.658	-	530.000	531.658	1.781	-	530.000	531.781
CEF - Finame	TJLP	17.01.2022	2,5% a.a. + TJLP	3	284	594	881	5	282	873	1.160
CEF - Finame	Não indexado	17.01.2022	8,7% a.a.	10	963	2.004	2.977	14	963	2.967	3.944
Finexp Sub A	Não indexado	15.11.2023	3,5% a.a.	72	9.635	37.735	47.442	87	9.635	47.371	57.093
Finexp Sub B	TJLP	15.11.2023	5% a.a. + TJLP	134	13.896	54.426	68.456	160	13.801	67.852	81.813
BASA (Aditivo)	CDI	30.04.2019	102,89% CDI	635	50.000	-	50.635	6.093	100.000	50.000	156.093
ABC do Brasil (2º Aditivo)	CDI	16.12.2019	CDI + 1,6% a.a.	46	30.000	-	30.046	32	30.000	-	30.032
Santander	CDI	26.05.2021	CDI + 2,5% a.a.	84	48.060	76.350	124.494	109	25.590	124.410	150.109
BBM	CDI	26.05.2021	CDI + 2,5% a.a.	56	32.040	50.900	82.996	73	17.060	82.940	100.073
Subtotal				74.323	1.259.084	3.469.863	4.803.270	113.679	1.674.214	3.942.570	5.730.463
Outros											
State Grid	Não indexado	28.07.2029	10% a.a.	-	-	386.371	386.371	-	-	350.782	350.782
Cessão de Crédito – Santander (a)	IPCA	20.12.2019	(a)	-	189.649	-	189.649	-	184.550	184.550	369.100
Subtotal				-	189.649	386.371	576.020	-	184.550	535.332	719.882
Subtotal Moeda Nacional				91.593	1.949.599	6.283.448	8.324.640	136.389	2.515.582	7.187.039	9.839.010
Total				92.163	1.978.850	6.634.459	8.705.472	137.052	2.568.674	7.511.677	10.217.403

(a) Cessão de Crédito firmado com o Banco Santander (nota 20.5). Os juros foram pagos antecipadamente e reconhecidos como despesa antecipada (nota 15.5 – Despesas pagas antecipadamente)

20.2 Composição dos empréstimos e financiamentos (por tipo de moeda e indexador)

Descritivo	Controladora e Consolidado					
	31.12.2018			31.12.2017		
	\$	R\$	%	\$	R\$	%
Moeda estrangeira	98,284 US\$ Yen -	380.832	4,4	107,598 763,896	355.933	3,5
		-	0,0		22.460	0,2
		380.832	4,4		378.393	3,7
Moeda nacional						
CDI		4.269.068	49,0		5.278.844	51,7
IPCA		2.680.315	30,8		3.075.362	30,1
TJLP		930.741	10,7		1.046.097	10,2
SELIC		6.156	0,1		8.472	0,1
Não Indexado		7.886.280	90,6		9.408.775	92,1
		438.360	5,0		430.235	4,2
		8.324.640	95,6		9.839.010	96,3
Total		8.705.472	100,0		10.217.403	100,0

As variações das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos, são as seguintes:

Moeda/Indexador	Variação (%)	
	2018 (anual)	2017 (anual)
US\$		1,50
Yen		5,30
IPCA		2,95

O saldo do principal do endividamento não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Descritivo	Controladora e Consolidado			
	31.12.2018			2017
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	
2019	-	-	-	1.905.836
2020	1.491.406	29.251	1.520.657	1.513.810
2021	1.097.687	29.251	1.126.938	1.135.143
2022	904.535	29.251	933.786	909.934
2023	1.368.769	29.251	1.398.020	518.667
2024	262.576	29.251	291.827	275.368
Após 2024	1.158.475	204.756	1.363.231	1.252.919
Total	6.283.448	351.011	6.634.459	7.511.677

20.3 Mutação dos empréstimos e financiamentos

Descritivo	Controladora e Consolidado				
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.629.164	8.863.882	79.666	371.355	10.944.067
Ingressos	-	354.303	-	-	354.303
Encargos	929.282	-	10.264	-	939.546
Variação monetária e cambial	-	83.244	-	6.056	89.300
Transferências para o circulante	2.146.701	(2.146.701)	52.773	(52.773)	-
Capitalização de juros	-	32.311	-	-	32.311
Amortizações	(2.053.176)	-	(88.948)	-	(2.142.124)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.651.971	7.187.039	53.755	324.638	10.217.403
Ingressos	-	8.498	-	-	8.498
Encargos	658.020	-	13.131	-	671.151
Variação monetária e cambial	-	100.383	-	61.454	161.837
Transferências para o circulante	1.048.062	(1.048.062)	35.081	(35.081)	-
Capitalização de juros	-	35.590	-	-	35.590
Amortizações	(2.316.861)	-	(72.146)	-	(2.389.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.041.192	6.283.448	29.821	351.011	8.705.472

As principais variações ocorridas no exercício de 2018, na mutação dos empréstimos e financiamentos, estão compostas como segue:

- a) Ingressos (moeda nacional): acréscimo ao saldo devedor da Cessão de Crédito com o Banco Santander no valor de R\$ 8.498 referente ao reajuste do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA aplicado no mês de maio (nota 20.5 – Cessão de Crédito);
- b) Amortizações (moeda nacional e estrangeira): do valor total amortizado de R\$ 2.389.007: 1) R\$ 716.041 referem-se a pagamento de encargos; 2) R\$ 1.491.042 a amortização de principal da dívida com BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, FINEP, BID e Elektrobras; e 3) R\$ 181.924 a quitação/amortização de débitos decorrentes de empréstimos junto a Elektrobras (nota 20.4 – Dação em pagamento).

20.4 Dação em pagamento

Furnas celebrou, em 13 de dezembro de 2017, Instrumento Particular de Dação em Pagamento com a Elektrobras a fim de solver ou amortizar os débitos decorrentes de contratos de empréstimos celebrados entre as mesmas, mediante transferência das ações ordinárias e preferências de emissão das sociedades de propósito específico (SPE).

Em 21 de agosto de 2018 foi assinado o Termo de Transferência de Ações e Quitação/ Amortização na qual foram transferidas, em caráter irrevogável e irratável, as ações de 8 (oito) SPE's no valor total de R\$ 181.924 (Nota 16.6 - Transferência de participação acionária e ativos), o que permitiu a quitação dos seguintes contratos de empréstimos:

- a) Contrato ECF 3299 – quitação integral no valor de R\$ 97.475 em 22 de agosto de 2018.
- b) Contrato ECR 285 – quitação parcial no valor de R\$ 84.449 nas seguintes datas: 22 de agosto de 2018 (R\$ 15.000), 27 de agosto de 2018 (R\$ 51.937) e 31 de agosto de 2018 (R\$ 17.512).

20.5 Mútuo entre Furnas e State Grid Brazil Holding

Furnas celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa State Grid Brazil Holding (SGBH), cujo objeto é a concessão de recursos a Furnas na importância total de até R\$ 294.700, liberado em parcelas, mediante solicitações, ao longo da implantação da Linha de Transmissão, que está sob a responsabilidade da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., cujos sócios são: SGBH (51%), Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ocorreu a última liberação desses recursos em um total de 14 (quatorze) desembolsos iniciados em 2015. A partir de 28 de janeiro de 2020 começam as amortizações em 20 (vinte) parcelas semestrais, com liquidação total prevista para julho de 2029.

20.6 Cessão de Créditos

Furnas firmou contrato de cessão de créditos com o Banco Santander (Brasil) S/A em 14 de janeiro de 2015, no montante de R\$ 750.000 de valor de face total futuro, cujo objeto corresponde à antecipação de recursos provenientes de vendas e direitos relativos ao 13º Leilão de Energia Existente (A-0) de abril de 2014, conforme possibilidade prevista no item 15.5 dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs assinados com as seguintes empresas distribuidoras:

- Cia. Paulista de Força e Luz – CCEAR nº 14.196/14, celebrado em 22/05/2014 no valor de R\$ 139.959;
- Cia. Piratininga de Força e Luz – CCEAR nº 14.197/14, celebrado em 22/05/2014 no valor de R\$ 87.324;
- Elektro Eletricidade e Serviços S/A – CCEAR nº 14.200/14, celebrado em 22/05/2014 no valor de R\$ 404.610; e
- Ampla Energia e Serviços S/A – CCEAR nº 14.173/14, celebrado em 22/05/2014 no valor de R\$ 118.107.

Esta cessão não estabelece direito de regresso por parte do cessionário.

O valor creditado na conta corrente de Furnas foi R\$ 145.345, líquido (equivalente ao Custo de Hedge), que foi pago integralmente e registrado como despesa antecipada, no ativo não circulante, e diferido mensalmente ao resultado durante a vigência do contrato, que é de 60 meses (nota 15.4 – Despesas pagas antecipadamente).

Os créditos cedidos incluem também o reajuste do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA aplicado aos CCEARs no mês de maio de cada ano.

20.7 Cláusulas contratuais restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Empresa possuem cláusulas que estipulam a comprovação da utilização dos recursos liberados a cada desembolso, em consonância com a sua finalidade específica. O descumprimento dessa obrigação inibe novas liberações e poderá implicar na declaração de vencimento antecipado das dívidas e consequente rescisão do contrato. Não houve inadimplência da Empresa em relação a essas cláusulas.

A Empresa possui em seus contratos de financiamentos cláusulas restritivas (*covenants* financeiros) conforme abaixo:

Instituição Financeira	Nº do Contrato	Saldo Devedor	Condições Restritivas	Condição Atendida
Caixa Econômica Federal	19.0206.763.0000005/04	43.904	LAJIDA suficiente para honrar as obrigações assumidas na CCB	Sim
Caixa Econômica Federal	19.0206.763.0000006/95	57.693	LAJIDA suficiente para honrar as obrigações assumidas na CCB	Sim
Caixa Econômica Federal	19.0206.763.0000004/23	205.705	LAJIDA suficiente para honrar as obrigações assumidas na CCB	Sim
Caixa Econômica Federal	19.0206.763.0000003/42	109.564	LAJIDA suficiente para honrar as obrigações assumidas na CCB	Sim
BNDES	07.2.0953.1 (UHE Simplício)	521.390	Índice de capitalização mínimo de FURNAS igual ou superior a 0,3	Sim
BNDES	10.2.0625.1 (UHE Batalha)	119.414	Índice de capitalização mínimo de Eletrobras igual ou superior a 0,3	Sim
BNDES	10.2.0046.1 (UHE Baguari)	29.074	Índice de capitalização mínimo de Eletrobras igual ou superior a 0,3	Sim



21.4 Parcelamento Especial (PAES) – Lei nº 10.684/2003

Em 31 de julho de 2003, a Empresa optou pelo Paes, transferindo os saldos do Refis para esta nova modalidade de parcelamento. O valor a ser recolhido é definido pelo que indicar o maior valor entre 1,5% do faturamento mensal ou o saldo total acumulado dividido pelo número de parcelas restantes. O prazo de financiamento está limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela TJLP. Com esta opção, a Empresa incluiu, também, os valores relativos ao parcelamento especial do ITR (60 meses) e os débitos relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes sobre as operações no âmbito da CCEE.

O montante da dívida do Paes encontra-se zerado em 31 de dezembro de 2018, conforme quadro abaixo:

Descritivo	Valor
Saldo em 31.12.2017 (6 Parcelas)	15.199
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2017 (6 parcelas)	15.199
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2017	-
Pagamentos efetuados	(15.199)
Atualização Monetária	-
Saldo em 31.12.2018	-

21.5 Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo Refis baseado na Lei nº 12.865/2013, referente aos processos:

- a) Pasep (15374-001.505/2001-18) no valor de R\$ 220.767 mil que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 259.438 mil;
- b) Cofins (15374-001.504/2001-65) no valor de R\$ 155.987 mil sem provisão porque seu prognóstico de perda era possível, e
- c) Pasep/Cofins (18471.001.315/2008-59) no valor de R\$ 43.443 mil que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 63.388 mil.

Vale mencionar que o valor total terá financiamento limitado à 180 meses e saldo devedor corrigido pela Selic.

O montante da dívida do Refis, em 31 de dezembro de 2018, está assim discriminado:

Descritivo	Valor
Saldo em 31.12.2017 (131 Parcelas)	180.203
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2017 (12 parcelas)	16.507
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2017 (119 parcelas)	163.696
Pagamentos efetuados	(22.274)
Atualização Monetária	10.900
Saldo em 31.12.2018 (119 Parcelas)	168.829
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2018 (12 parcelas)	17.025
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2018 (107 parcelas)	151.804

21.6 Programa Especial de Recuperação Tributária (PERT) – MP 783/2017

Em 31 de maio de 2017 foi publicada a Medida Provisória Nº 783/2017 - MP 783 que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT. Furnas, em 31 de agosto de 2017, optou pela adesão ao referido programa, no tocante ao processo administrativo nº 16682.720.874/2013-18 (PIS/Pasep e Cofins) no valor de R\$ 88.039, já considerados os descontos previstos.

O montante da dívida do PERT, em 31 de dezembro de 2018, está assim discriminado:

Descritivo	Valor
Saldo em 31.12.2017 (145 Parcelas)	51.408
Pagamentos efetuados	(5.340)
Atualização Monetária	15.342
Saldo em 31.12.2018 (133 Parcelas)	61.410
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2018 (12 parcelas)	5.541
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2018 (121 parcelas)	55.869

21.7 – Fim do Regime Tributário de Transição

Atendendo aos dispositivos da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014 e da Instrução Normativa RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014, revogada pela Instrução Normativa RFB nº 1.700 de 14 de março de 2017, a Empresa registrou em passivo, imposto diferido resultante da aplicação das alíquotas de 9% para a Contribuição Social e de 25% para o Imposto de Renda, sobre as diferenças apuradas nos resultados tributáveis dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, durante a vigência do Regime Tributário de Transição, como evidenciado a seguir:

Descritivo	Valor
Montante referente à 1ª adoção (aplicação da Lei no 12.973/14) - 2010 a 2014	-
Saldo em 01.01.2015	627.405
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2015	(59.324)
Saldo em 31.12.2015	568.081
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2016	(21.124)
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2017	(21.124)
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2018	(21.125)
Saldo Remanescente	504.708
Imposto Diferido	171.601

NOTA 22 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Folha de pagamento	60.398	147.127	60.660	147.208
Provisão de férias	41.297	42.168	41.703	42.381
Provisão de gratificação de férias	30.982	31.637	30.982	31.637
Provisão de 13º salário	3.898	3.278	3.898	3.278
Retificadora do Adiantamento do 13º salário	-	-	-	-
Provisão de FRG sobre férias	5.776	5.844	5.776	5.844
Provisão de FRG sobre 13º salário	1.232	888	1.232	888
INSS sobre provisão de férias	21.097	21.543	21.212	21.602
INSS sobre 13º salário	1.138	957	1.138	957
FGTS sobre provisão de férias	5.781	5.903	5.813	5.919
FGTS sobre 13º salário	312	262	312	262
Adicional Senai sobre provisão de férias	145	148	145	148
Adicional Senai sobre provisão de 13º salário	8	7	8	7
Honorários/encargos dos administradores	1.375	1.095	1.375	1.095
Sebrae ⁽¹⁾ sobre provisão de 13º salário	23	20	23	20
Sebrae ⁽¹⁾ sobre provisão de férias	435	444	435	444
Participações nos lucros (PLR)	83.714	103.818	83.714	103.818
Total circulante	257.611	365.139	258.426	365.508

⁽¹⁾ Sebrae = Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

NOTA 23 – ENCARGOS SETORIAIS

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	2.875	5.843	2.875	5.843
Ministério de Minas e Energia	3.224	2.922	3.224	2.922
P&D – Recurso em poder da empresa	3.574	-	3.664	43
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	24.689	18.922	25.078	19.118
Quota da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	-	5.108	-	5.108
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	20.509	18.384	20.509	18.384
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)	2.479	2.454	2.513	2.454
Total circulante	57.350	53.633	57.863	53.872
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – projetos próprios	304.247	307.428	304.247	307.428
Total não circulante	304.247	307.428	304.247	307.428

NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Furnas possui contratos com a Fundação Real Grandeza (FRG) – fundo de pensão – para a concessão de benefícios pós-emprego aos seus funcionários bem como contribui como patrocinadora deste fundo. Abaixo, a posição (resumida) do passivo de Furnas com a FRG:

Descritivo	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Contribuições amortizantes Plano BD	10.534	36.837	47.371	9.677	45.607	55.284
Outros benefícios (Ajuste atuarial, seguro de vida e saúde)	-	173.015	173.015	-	232.050	232.050
Total	10.534	209.852	220.386	9.677	277.657	287.334

24.1 Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões

A Empresa é Patrocinadora Instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes. Em decorrência da cisão das atividades nucleares, ocorrida em 1997, a Eletronuclear tornou-se, também, patrocinadora do Plano de Benefício Definido (Plano BD).

Em 9 de abril de 2003, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), através do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocinio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida (Plano CD), o que possibilitou a adesão, a partir de 1º de maio de 2003, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano CD.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido (Plano BD) e outro na modalidade de Contribuição Definida (Plano CD).

Em ambos os planos em vigor, o regime atuarial de financiamento é o de capitalização.

No Plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade, descontado o valor garantido pelo regime geral da previdência social. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda, além do resgate ou portabilidade de contribuições para desligados e a possibilidade de continuarem vinculados mesmo após o rompimento do vínculo empregatício, mediante contribuição plena. Além disso, há a concessão de um pecúlio por morte em regime de pagamento único.

O Plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios, entretanto sem paralelo direto com os salários da atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na Empresa com reversão em renda de aposentadoria.

Os ativos dos Planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Empresa e são contabilizados e controlados pela FRG.

Pelo Ofício nº 1266/2015/CGAT/DITEC/PREVIC, de 11 de maio de 2015, a PREVIC aprovou o novo Regulamento do Plano BD, no qual as taxas de contribuição foram excluídas do texto regulamentar, permitindo que o custeio possa ser adequado anualmente, caso seja necessário.

Sendo assim, a partir de julho de 2015, a contribuição normal da Empresa equivalente a dos participantes ativos ficou com a seguinte composição: 1,5% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 3% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 9% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social.

De acordo com o Regulamento do Plano CD, a Empresa efetuará Contribuição Regular em nome de cada participante ativo equivalente a (i) menos (ii) menos (iii), onde:

- (i) Contribuição Básica efetuada pelo participante no mês, correspondente a 2% do salário de contribuição, mais um percentual a sua escolha entre 4,5% e 10% da parcela do seu salário excedente a 7 UR (UR = R\$ 420,09);
- (ii) Contribuição Específica de valor, calculada em bases atuariais, para cobertura dos benefícios, de risco e de eventual parcela dos benefícios mínimos dos Participantes;
- (iii) Contribuição Complementar, igual a um percentual, calculada em bases atuariais, destinada ao financiamento das despesas administrativas.

A soma das contribuições Básica, Específica e Complementar está limitada à soma dos percentuais de 9,4% e da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das Contribuições Básica, Específica e Complementar.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente, contratado pela Eletrobras, Assistants Consultoria Atuarial.

Em 31 de dezembro de 2018, as contribuições da Empresa à Fundação Real Grandeza, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 38.166 (31.12.2017 - R\$ 41.088).

O perfil populacional dos participantes do Plano BD está abaixo demonstrado:

Dados populacionais	31.12.2018	31.12.2017
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	609	1.068
1.2. Idade Média	53,50	55,95
1.3 Salário Médio em R\$	16.320	15.515
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	6.455	6.161
2.2. Idade Média	69,73	70,60
2.3. Benefício Médio em R\$	10.612	10.107
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	1.744	1.653
3.2. Benefício Médio em R\$	2.735	2.590
População Total	8.808	8.882

24.2 Termos de compromissos

Como parte das providências necessárias ao enquadramento da FRG aos dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 e, especificamente, em relação ao prescrito no art. 6º, as Entidades Fechadas de Previdência Privada patrocinadas por órgãos públicos deveriam ser revistos, no prazo de dois anos a contar da publicação da Emenda, os planos de benefícios, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos.

Considerando que a Real Grandeza foi instituída por Furnas e que o Plano BD foi criado antes da edição da revogada Lei Federal nº 6.435, de 15 de julho de 1977, a edição dessa Lei, em circunstâncias posteriores, impôs a revisão do custeio do plano BD até então pactuado, com a previsão de duas alíquotas a cargo do patrocinador do Plano BD assim especificadas:

- (i) contribuição específica criada para adaptação à Lei Federal nº 6.435/1977; e
- (ii) contribuição específica criada para eliminação de déficit passado, com a implantação do Plano Especial de Custeio em 1995.

Tendo em vista que:

- (iii) o plano de custeio atuarialmente revisto adotou para essas duas alíquotas a nomenclatura de *contribuições amortizantes*;
- (iv) tais alíquotas incidem sobre o valor da folha de salários dos participantes ativos do Plano BD, tudo de forma a garantir o cumprimento dos compromissos assumidos por Furnas desde a constituição da FRG e, posteriormente, pela Eletronuclear.

Ainda de acordo com a legislação vigente que introduziu regra na qual estabelece o prazo máximo para amortização de parcela não coberta de reserva matemática de benefícios concedidos e a conceder, os valores vinculados ao custeio dos compromissos referidos nos itens (i) e (ii) acima foram apurados atuarialmente, conforme consta no Parecer Atuarial, de 7 de abril de 2011 e confeccionado por atuário independente.

Destaca-se que a então Secretaria de Previdência Complementar por intermédio de Relatório de Fiscalização de 22 de agosto de 2007, determinou à FRG a contratação com os patrocinadores do financiamento da parcela das *contribuições extraordinárias amortizantes*.

Esclarece-se que essa obrigação financeira, constituída por meio das contribuições amortizantes, corresponde a R\$ 79.929, das quais cabe a Furnas o valor de R\$ 61.458 e a Eletronuclear, R\$ 18.471 – valores referenciados a 31 de dezembro de 2010.

Foi firmado por Furnas e a FRG, em 1º de outubro de 2012, um Contrato de Pactuação de Obrigação Financeira no valor de R\$ 61.458 com o respectivo parcelamento de pagamento, nas seguintes condições:

- (i) pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 876 cada, vencendo a primeira no dia 10 do mês subsequente à assinatura do Contrato e, as seguintes, no dia 10 dos meses subsequentes;
- (ii) atualização monetária desde a data de referência, 31 de dezembro de 2010, até a data do efetivo pagamento pela variação do INPC do IBGE, acrescida de juros correspondentes ao período decorrido entre a data de referência e a data do recolhimento da primeira prestação, calculados à taxa mensal equivalente a 6% a.a..

Em conformidade com as recomendações contidas na Nota Técnica nº 118/CGINP-MP emitidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão em 26 de março de 2013, Furnas resolveu efetuar o Primeiro Aditamento ao contrato em 10 de setembro de 2013.

Porém em 23 de dezembro de 2013, a SEST emitiu novas determinações, consubstanciadas na Nota Técnica nº 539/CGINP-MP, definindo a data de 31 de dezembro de 2013 como nova “Data de Referência”.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2014, Furnas assinou o Segundo Aditamento ao Contrato de Pactuação de Obrigação Financeira ajustando, consequentemente, todos os valores que não tinham sido alterados no Primeiro Aditamento, a saber:

- (i) com a alteração da Data de Referência, as contribuições amortizantes com base no percentual de 5,09% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição voltam a prevalecer desde 31 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2013;
- (ii) com base no novo Parecer Atuarial de 26 de agosto de 2014, foi estabelecido o valor de R\$ 68.487 como obrigação reconhecida e confessada por Furnas;
- (iii) pagamento em 109 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 795 cada, vencendo a primeira parcela no dia 10, do mês subsequente à assinatura do contrato, e as seguintes, no dia 10 dos meses subsequentes;
- (iv) atualização monetária desde a nova Data de Referência, 31 de dezembro de 2013, até o mês anterior ao do efetivo pagamento pela variação do INPC do IBGE, acrescida de juros correspondentes ao período decorrido entre a nova Data de Referência e a data do recolhimento da prestação, calculados à taxa mensal equivalente a 5,5% a.a..

O saldo devedor, em 31 de dezembro de 2018, desta obrigação reconhecida por Furnas, após o Segundo Aditamento, monta em R\$ 47.371 (R\$ 55.284 – 31.12.2017), dos quais R\$ 10.534 (R\$ 9.677 – 31.12.2017) classificados no passivo circulante.

A dívida de Furnas com a FRG possui a seguinte mutação em moeda nacional:

Descritivo	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.677	45.607	55.284
Adições	-	-	-
Juros	2.756	-	2.756
Variação monetária	-	1.817	1.817
Pagamento de juros	(2.779)	-	(2.779)
Pagamento do principal	(9.707)	-	(9.707)
Transferência para o circulante	10.587	(10.587)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.534	36.837	47.371

O perfil da dívida de longo prazo de Furnas com a FRG está assim relacionado:

Vencimento	31.12.2018
2020	10.965
2021	11.568
2022	12.204
2023	2.100
Total	36.837

24.3 Obrigações registradas no Balanço Patrimonial

Obrigações registradas no Balanço Patrimonial	31.12.2018	31.12.2017
Programa Previdenciário	47.371	55.284
Programa de Saúde	167.460	223.290
Programa de Seguro	5.555	8.760
Total	220.386	287.334

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2018	31.12.2017
Programa Previdenciário	1.632.325	1.543.060
Programa de Saúde	307.221	277.108
Programa de Seguro	(4.291)	284
Total	1.935.255	1.820.452

24.4 Efeitos do Plano BD, Plano CD, Assistência Saúde e Seguro

24.4.1 Seguro de vida

A Empresa subsidia 75% dos prêmios de uma apólice de seguro de vida em grupo para os empregados em atividade, mas estende a possibilidade de adesão aos aposentados, desde que paguem a integralidade do prêmio. Há a identificação de passivos pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizado para ambas as massas populacionais, de ativos e de aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é significativamente maior que o da massa ativa, ocorre a transferência intergeracional de prêmios pagos, aí incluído o subsídio dado pela Empresa. Os passivos foram calculados com base nos dados das apólices relativas ao exercício, adotando, por hipótese, que a adesão dos atuais ativos à continuidade de vínculo na apólice deverá ser mantida nos níveis hoje observados.

24.4.2 Seguro-saúde

A Empresa concede aos aposentados por invalidez, e a seus dependentes, a cobertura de gastos médicos. De acordo com os dados de custos incorridos, foram avaliados, sob a hipótese de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, conforme tábua biométrica selecionada, os compromissos potenciais de longo prazo.

24.4.3 Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas		
Descritivo	2018	2017
Taxa de juros real de desconto atuarial	4,64%	5,27%
Projeção de aumento médio dos salários	2,00%	6,14%
Taxa média de inflação anual	3,89%	4,06%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	3,89%	9,54%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	T1 Service Table SUAV 20% AT-2000 Segregada por sexo	T1 Service Table SUAV 20%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	SUAV 15%	AT-2000 SUAV 10% M&F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Segregada por sexo	RP-2000 DISABLED Segregada
Tábua de invalidez	Álvaro Vindas SUAV 50%	Álvaro Vindas
% de casados na data de aposentadoria	90%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	5 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi um ganho atuarial de R\$ 1.836.083 para 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.504.249 em 31 de dezembro de 2017).

24.4.3.1 Taxa de juros de longo prazo

24.4.4.1 Conciliação dos passivos dos planos de benefícios pós-emprego

- a) Planos de benefícios definidos (Plano BD) e de contribuições definidas (Plano CD)

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descritivo	31.12.2018	31.12.2017
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	12.775.369	11.366.522
(-) Valor justo dos ativos do plano	(13.255.781)	(12.324.449)
Passivo (Ativo) líquido	(480.412)	(957.927)
Efeito de restrição sobre o ativo	480.412	957.927
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	47.371	55.284
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	47.371	55.284
Custo do serviço corrente	17.212	(47.501)
Custos dos juros líquidos	-	-
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	17.212	(47.501)

- b) Planos de outros benefícios pós-emprego

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descritivo	Saúde		Seguro	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	167.460	223.290	5.555	8.760
(-) Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-
Passivo (Ativo) líquido	167.460	223.290	5.555	8.760
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	167.460	223.290	5.555	8.760
Custo do serviço corrente	27.337	80.117	654	559
Custos dos juros líquidos	18.035	12.251	717	846
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	45.372	92.368	1.371	1.405

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios, no exercício corrente e em 31 de dezembro de 2017, está apresentada a seguir:

Descritivo	31.12.2018			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	11.366.522	223.290	8.760	11.598.572
Custos dos serviços corrente líquido	17.212	2.151	654	20.017
Contribuição dos participantes ativos	7.443	-	-	7.443
Custos dos juros	1.044.245	10.169	716	1.055.130
Benefícios pagos	(994.478)	(98.888)	-	(1.093.366)
Custo de saúde – Preq / P.A.E	-	(29.232)	-	(29.232)
(Ganhos) perdas atuariais				
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	602.581	-	-	602.581
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	1.049.435	45.303	(79)	1.094.659
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(317.591)	14.667	(4.496)	(307.420)
Subtotal	1.334.425	59.970	(4.575)	1.389.820
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	12.775.369	167.460	5.555	12.948.384
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	12.324.449	-	-	12.324.449
Receita de juros	1.140.477	-	-	1.140.477
Contribuições patronais	54.552	98.888	-	153.440
Contribuições de participantes do plano	7.443	-	-	7.443
Benefícios pagos/adiantados	(994.478)	(98.888)	-	(1.093.366)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	723.338	-	-	723.338
Subtotal	723.338	-	-	723.338
Valor justo dos ativos no fim do exercício	13.255.781	-	-	13.255.781

Descritivo	31.12.2017			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	10.389.193	118.393	7.543	10.515.129
Custos dos serviços corrente líquido	37.091	1.965	559	39.615
Custos dos juros	1.105.757	9.561	846	1.116.164
Benefícios pagos	(895.352)	(98.066)	-	(993.418)
Custo de saúde - Preq	-	80.676	-	80.676
(Ganhos) perdas atuariais				
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	1.167	-	-	1.167
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	503.377	10.149	460	513.986
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	225.289	100.612	(648)	325.253
Subtotal	729.833	110.761	(188)	840.406
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	11.366.522	223.290	8.760	11.598.572
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	11.583.327	-	-	11.583.327
Receita de juros	1.245.519	-	-	1.245.519
Contribuições patronais	60.601	98.066	-	158.667
Contribuições de participantes do plano	84.592	-	-	84.592
Benefícios pagos/adiantados	(895.352)	(98.066)	-	(993.418)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	245.762	-	-	245.762
Subtotal	245.762	-	-	245.762
Valor justo dos ativos no fim do exercício	12.324.449	-	-	12.324.449

As principais categorias de ativos do plano no final do exercício de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Descritivo	31.12.2018	31.12.2017
Valores disponíveis imediatos	421	223
Realizável previdenciário	161.041	162.352
Renda fixa	10.870.047	10.075.986
Renda variável	1.578.715	1.697.353
Investimentos imobiliários	456.317	457.213
Empréstimos e financiamentos	255.742	243.514
Tesouraria	(6)	292
Outros	(6.025)	3.962
(-) Exigíveis previdenciários	(60.143)	(241.766)
(-) Exigíveis de investimentos	(328)	(74.680)
Total dos ativos garantidos	13.255.781	12.324.449

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

24.4.5 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2018	31.12.2017
Programa previdenciário e outros benefícios pós-emprego (ganho)	1.935.255	1.820.452

Descritivo	31.12.2018			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Contribuições patronais	51.925	-	-	51.925
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas	1.334.425	30.113	(4.575)	1.359.963
Retorno sobre ativos do plano	(723.339)	-	-	(723.339)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(573.746)	-	-	(573.746)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA	89.265	30.113	(4.575)	114.803

Descritivo	31.12.2017			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Contribuições patronais	53.796	-	-	53.796
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas	729.833	155.851	(188)	885.496
Retorno sobre ativos do plano	(245.761)	-	-	(245.761)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(375.970)	-	-	(375.970)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA	161.898	155.851	(188)	317.561

24.4.6 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

Furnas espera contribuir com R\$ 55.023 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 9,13 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego:

Programa Previdenciário	31.12.2018
Menos de 1 ano	684.246
Entre 1-2 anos	1.386.150
Entre 2-5 anos	3.563.792
Mais de 5 anos	4.814.233
Total	10.448.421

24.5 Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- Se a taxa de desconto fosse 1% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 1.394.944 (aumento de R\$ 1.538.998).
- Se os custos médicos fossem 1% mais altos (baixos), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 9.296 (aumento de R\$ 10.256).

24.6 Análise de sensibilidade das principais hipóteses

Descritivo	PLANO BD		Parâmetros deste Demonstrativo
	TAXA DE JUROS + 1%	- 1%	
Montantes do:			
Valor presente da obrigação atuarial do plano	11.299.363	14.233.305	12.694.307
Valor justo dos ativos do plano	13.153.569	13.153.569	13.153.569
Superávit/ (Déficit) técnico do plano	1.854.206	(1.079.736)	459.262
Variações			
Aumento/redução da obrigação atuarial	-10,99%	12,12%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,00%	0,00%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit)técnico do plano	303,74%	-335,10%	-

Descritivo	PLANO CD		Parâmetros deste Demonstrativo
	TAXA DE JUROS + 1%	- 1%	
Montantes do:			
Valor presente da obrigação atuarial do plano	72.154	90.889	81.062
Valor justo dos ativos do plano	102.212	102.212	102.212
Superávit/ (Déficit) técnico do plano	30.058	11.323	21.150
Variações			
Aumento/redução da obrigação atuarial	-10,19%	12,12%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,00%	0,00%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit)técnico do plano	42,12%	-46,46%	-

NOTA 25 – CONCESSÕES A PAGAR - USO DO BEM PÚBLICO

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de concessões a pagar é de R\$ 35.800 mil (R\$ 36.217 mil - 31.12.2017) que se refere às usinas de Batalha, R\$ 6.895 mil (R\$ 6.969 mil - 31.12.2017) e Simplicio, R\$ 28.905 mil (R\$ 29.248 mil - 31.12.2017).

25.1 Movimentação do passivo

Descrição	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.722	34.495	36.217
Encargos	-	1.958	1.958
Ajuste valor presente	-	-	-
Transferência para circulante	55	(55)	-
Amortização	-	(2.375)	(2.375)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.777	34.023	35.800

25.2 Composição do passivo por vencimentos

Ano	Controladora e Consolidado		
	31.12.2018	31.12.2017	
2017	-	-	194
2018	-	200	1.528
2019	-	1.576	1.528
2020	-	1.576	1.528
2021	-	1.576	1.528
Após 2021	-	30.872	29.911
Total	-	35.800	36.217

25.3 Informação sobre a obrigação contratual do uso do bem público

Como pagamento pelo Uso do Bem Público objeto dos contratos de concessão das UHE Simplicio e Batalha, FURNAS recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, do valor das parcelas mensais equivalente a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 972 para UHE Simplicio e R\$ 249 para UHE Batalha.

As parcelas serão corrigidas anualmente, ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou, a valor presente, esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação:

Usinas/Duração da concessão	Controladora e Consolidado			
	Valor Original		Valor Atualizado	
	Pagamento Anual	Saldo a pagar	Pagamento Anual	Saldo a pagar
Batalha – 35 anos	249	5.650	304	6.895
Simplicio – 35 anos	972	22.042	1.275	28.905

NOTA 26 – PROVISÕES PARA RISCOS

Furnas é parte envolvida em diversas ações no âmbito administrativo e do judiciário principalmente nas esferas tributária, trabalhista e cível. A Administração, de acordo com a Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Empresa em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
		Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Financeiras.
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.	

26.1 A seguir, a movimentação por tipo de risco provável:

Descritivo	Controladora		
	31.12.2017	Adições / (Reversões)	31.12.2018
Trabalhistas	330.161	133.959	464.120
Tributários	185.214	11.389	196.603
Cíveis e outros	355.297	163.765	519.062
Total não circulante	870.672	309.113	1.179.785

Descritivo	Consolidado		
	31.12.2017	Adições / (Reversões)	31.12.2018
Trabalhistas	330.161	133.959	464.120
Tributários	185.214	11.389	196.603
Cíveis e outros	355.297	163.765	519.062
Total não circulante	870.672	309.113	1.179.785

26.1.1 Riscos trabalhistas prováveis

Em 31 de dezembro de 2018, os processos trabalhistas tiveram um aumento de R\$ 133.959 em relação a 2017, tendo em vista mudança de prognósticos e surgimento de algumas ações.

Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de reclamações principalmente vinculadas a: (i) adicional de periculosidade e insalubridade, (ii) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terzo constitucional de férias, bem como outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito ou mesmo tendo recebido o direito julgou que foi por valor diverso do que deveria, e (iii) complementação do benefício da previdência privada.

26.1.2 Riscos tributários prováveis

Em 31 de dezembro de 2018, os processos tributários montam em R\$ 196.603, significando um aumento de R\$ 11.389 quando comparado ao resultado anterior tendo em vista, basicamente, atualização monetária das ações em curso em 31 de dezembro de 2017.

26.1.3 Riscos cíveis e outros prováveis

As ações cíveis e outras estão basicamente relacionadas às reclamações de terceiros referentes a ações de desapropriações e reintegração de posse, além de outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias diversas, atuações da ANEEL e, ainda, decorrentes de indenização pecuniária em ação reivindicatória. Em 31 de dezembro de 2018 tais processos sofreram aumento de R\$ 163.765 em relação a 2017, principalmente pela mudança de prognóstico do processo da esfera cível nº 0027531-15.2007.8.19.0001, de risco possível para o provável, no montante de R\$ 166.458, referente à ação judicial movida pela empresa INEPAR S.A. sobre serviços prestados na Subestação de Itaberá, São Paulo. O processo iniciou-se com o prognóstico possível, no entanto, houve a mudança de risco para provável tendo em vista os julgamentos anteriores em casos similares.

26.2 A seguir, a movimentação por tipo de risco possível:

Descritivo	Controladora e Consolidado		
	31.12.2017	Adições / (Reversões)	31.12.2018
Trabalhistas	428.218	272.255	700.473
Tributários	6.063.559	414.539	6.478.098
Cíveis e outros	1.904.438	33.201	1.937.639
Total não circulante	8.396.215	719.995	9.116.210

26.2.1 Processos trabalhistas possíveis

De 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2018, os processos trabalhistas com probabilidade possível tiveram aumento de R\$ 272.255 tendo em vista mudança de prognósticos, atualizações monetárias e inserção de novas ações. Os valores neste grupo são decorrentes de reclamações principalmente vinculadas a: (i) adicional de periculosidade e insalubridade, (ii) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terzo constitucional de férias bem como outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito ou mesmo tendo recebido o direito julgou que foi por valor diverso do que deveria.

26.2.2 Processos tributários possíveis

Em 31 de dezembro de 2018, os processos tributários com probabilidade possível sofreram aumento de R\$ 414.539 em comparação ao exercício findo em 2017, impactados, principalmente por:

(i) novos processos que montam em R\$ 872.501, dentre os quais destacamos os processos E-04/37/100044/2018, no valor de R\$ 349.930, referente à cobrança de ICMS sobre o gás adquirido pela UTE Santa Cruz, que estava no regime especial de diferimento, devendo ser recolhido quando do envio da energia elétrica para outro estado. Cobrança no período de 1º de julho de 2013 a 31 de agosto de 2017 e 5011315-38.2018.4.02.5101 no valor de R\$ 171.157, referente à execução fiscal ajuizada para cobrar parte relativa aos valores de IRPJ e CSLL exigidos no PTA nº 16682-720878/2013-04 decorrentes da desconsideração das compensações efetuadas sem PER/DCOMP no exercício de 2011 e 1º trimestre

26.2.3 Processos cíveis e outros possíveis

Em 31 de dezembro de 2018, os processos cíveis e outros com probabilidade possível aumentaram R\$ 33.201 em relação a 31 de dezembro de 2017, tendo em vista, principalmente:

(i) novos processos na esfera cível e regulatória que montam em R\$ 35.540, dentre os quais destacamos o processo cível nº 0219501-55.2017.8.19.0001 no valor de R\$ 4.645 movido pela empresa Philus Engenharia Ltda. e processo cível nº 5021102-91.2018.4.02.5101 no valor de R\$ 10.086 movido pela empresa Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda., bem como os as autuações da ANEEL nº 1004401-49.2017.4.01.3400 no valor de R\$ 4.703, nº 1004403-19.2017.4.01.3400 no valor de R\$ 5.173 e nº 1004404-04.2017.4.01.3400 no valor de R\$ 10.663.

(ii) a atualização monetária dos processos já em curso, que se aproximam de R\$ 128.265.

Os valores neste grupo estão basicamente relacionados às reclamações de terceiros referentes a ações de desapropriações e reintegração de posse, além de outras demandas relacionadas a acidentés, ações indenizatórias diversas, autuações da ANEEL e, ainda, decorrentes de indenização pecuniária em ação reivindicatória.

NOTA 27 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de AFAC registrado no passivo não circulante é de:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Centrais Elétricas Eletrobras S.A. – Eletrobras	58.242	54.727	58.242	54.727
Valores referentes aos acionistas minoritários nas controladas de Furnas:				
SPE – Transenergia Goiás S.A.	-	-	436	436
SPE – Energia dos Ventos VI	-	-	-	1
SPE – Energia dos Ventos VII	-	-	-	1
SPE – Brasil Ventos Energia S.A.	-	-	3.104	29
Total	58.242	54.727	61.782	55.194

NOTA 28 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Contrato nº 004/2004 - UHE Funil	248.520	126.860	248.520	126.860
Contrato nº 004/2004 - UTE Santa Cruz	159.832	32.258	159.832	32.258
SPE Brasil Ventos Energia S.A.	-	-	-	45.557
Total	408.352	159.118	408.352	204.675
Não circulante	408.352	159.118	408.352	204.675

A Administração da Empresa realiza anualmente testes de onerosidade nos contratos de geração e transmissão de energia elétrica, em atendimento ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 25. Foram testadas as onerosidades das seguintes Unidades Geradoras de Caixa (UGC): UHEs Porto Colômbia, Marimbondo, Corumbá, Furnas, Funil, Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito) e UTE Santa Cruz.

Em 31 de dezembro de 2018, no resultado da Controladora houve uma constituição de provisão no montante de R\$ 249.234, pelo reconhecimento da realização da onerosidade do exercício.

Em 31 de dezembro de 2018, foram atualizadas as premissas de cálculo e houve reversão de todo o saldo de contrato oneroso do Complexo Fortim. (nota 16)

SPE's	31.12.2017	Cessão não onerosa (*)	Reversão	31.12.2018
Energia dos Ventos V	7.923	(7.923)	-	-
Energia dos Ventos VI	10.894	(10.894)	-	-
Energia dos Ventos VII	10.894	(10.894)	-	-
Energia dos Ventos VIII	7.923	(7.923)	-	-
Energia dos Ventos IX	7.923	(7.923)	-	-
Brasil Ventos Energia S.A. (*)	-	45.557	(45.557)	-
Total	45.557	-	(45.557)	-

(*) Vide nota 16.2.5

28.1 Movimentação da provisão

Descritivo	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	159.118	204.675
Movimento no ano de 2018:		
(+) Constituição de provisão (UTE Santa Cruz)	127.574	127.574
(+) Constituição de provisão (UHE Funil)	121.660	121.660
(+) Transferência de provisões das SPEs Energia dos Ventos V a IX para SPE Brasil Ventos S.A. (*)	-	45.557
(-) Reversão da provisão na SPE Brasil Ventos Energia S.A.	-	(45.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	408.352	408.352

(*) As SPEs Energia dos Ventos V a IX foram transferidas para a SPE Brasil Ventos através de cessão não onerosa em Fevereiro de 2018. Vide nota 16.

NOTA 29 – OUTROS VALORES A PAGAR

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a pagar dispostos como segue:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Adiantamentos – diversos	1.155	1.062	1.155	1.062
Cauções em garantia	348	348	348	348
Credores diversos	4.936	15.365	18.641	29.081
Provisão para acordo judicial entre Furnas e empregados limitados pelo plano BD - FRG	838	46.865	838	46.865
Provisão para o Plano de Demissão Consensual - PDC	5.618	-	5.618	-
Ressarcimento – CCEAR (1)	2.632	2.648	2.632	2.648
Contribuições FRG	19.432	13.571	19.432	13.571
Total Circulante	34.959	79.859	48.664	93.575
Credores diversos	3.599	3.599	27.180	15.026
Provisão para acordo judicial entre Furnas e empregados limitados pelo plano BD - FRG	9.065	9.065	9.065	9.065
Outras Provisões SPEs (3)	16.875	75.375	-	633
Provisão GAG Melhoria (2)	52.832	-	52.832	-
FGTS conta empresa	1	1	1	1
Total Não Circulante	82.372	88.040	89.078	24.725

(1) CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado

(2) GAG – Gestão dos Ativos de Geração nota 29.4

(3) Nos saldos consolidados estão considerados as eliminações das transações das investidas consolidadas: Transenergia Goiás e Brasil Ventos Energia S.A. conforme a nota explicativa 16.2 e destaque na nota 29.3

29.1 Acordo judicial entre Furnas e a Associação dos Empregados de Furnas (ASEF)

Furnas elaborou um estudo para tratar a questão dos empregados com limite para contribuição e benefício previdenciário complementar do Plano BD da Fundação Real Grandeza – FRG, por conta da existência de ação judicial interposta pela ASEF, representando os funcionários sujeitos ao teto. O estudo tinha o objetivo de propor um acordo no âmbito da ação.

Para subsidiar a proposta de acordo, foi calculada a diferença contributiva, apurada de junho de 2001 a outubro de 2017, entre a remuneração efetivamente recebida por cada funcionário sujeito ao teto e o valor limite de três vezes o benefício da previdência social (regra ainda vigente no Plano BD). Essa diferença foi então multiplicada pelos percentuais de contribuição mensal atualizada, também mensalmente, e pela rentabilidade do Plano BD no período. Os cálculos referidos resultaram no montante de R\$ 111 milhões para todos os empregados ativos admitidos entre 12 de abril de 1982 e 31 de maio de 2002, sujeitos ao teto.

Furnas homologou o acordo judicial através do processo nº 0162318-29.2017.8.19.0001 encaminhado à 47ª vara cível do foro central da comarca da capital do Rio de Janeiro, entre as partes interessadas Furnas, ASEF e FRG, considerando o interesse, a conveniência e oportunidade manifestada pelas partes em por fim ao litígio e prevenir prejuízos, atingindo a esperada vantagem sobre a todos os envolvidos, em especial aqueles empregados já aposentados ou em condições plenas de requerer imediata aposentação pelo Regime de Previdência Social.

Este acordo está alinhado ao PDNG 2017-2021 do sistema Eletrobras e às orientações do Conselho de Administração de Furnas, que visam à redução de custos e a readequação do seu quadro de pessoal.

Foi constituída, em 31 de dezembro de 2017 provisão para pagamento aos empregados que aderiram ao acordo no montante de R\$ 55.930, sendo R\$ 46.865 para os que saíram no PAE em dezembro de 2017 (133) e R\$ 9.065, referente aos que aderiram ao acordo sem data estabelecida para sair da empresa (19). Após pagamento de parte das indenizações, a referida provisão, no período findo em 31 de dezembro de 2018 possui saldo a pagar no montante de R\$ 9.903.

29.2 Plano de Demissão Consensual – PDC

Furnas lançou em 27 de março de 2018 o Plano de Demissão Consensual (PDC). A implantação do plano, conforme regras aprovadas e estabelecidas pela Eletrobras e Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST é uma das iniciativas do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG 2018-2022), que visa especificamente, o ajuste do quadro de pessoal ao novo cenário empresarial delineado.

As adesões ao PDC foram realizadas até o dia 27 de abril de 2018, conforme abaixo:

Parâmetros	Valores
Incentivo Indenizatório	- 40% do saldo para fins rescisórios do FGTS (sendo 20% obrigação legal + 20% complementar pela empresa)
Incentivo Indenizatório Complementar	- Aviso prévio (sendo 50% obrigação legal + 50% complementar pela empresa)
Incentivo Mínimo	50% sobre o valor do incentivo indenizatório R\$ 130 mil

De acordo com o cronograma definido no plano, os desligamentos ocorreram no período 31 de maio a 31 de dezembro de 2018. Aderiram ao PDC 108 empregados. O Plano de Saúde para os empregados que aderiram, teve como horizonte o período de 5 anos.

Em 15 de outubro de 2018, foi reaberto o PDC, nas mesmas condições acima e as adesões foram realizadas até o dia 9 de novembro de 2018. Aderiram ao PDC 24 empregados.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de provisão referente as indenizações é de R\$ 5.618, que será liquidado em 2019.

Em 31 de janeiro de 2019 foi reaberto o PDC, nas condições abaixo e as adesões podem ser realizadas até o dia 22 de fevereiro de 2019 com prazo de desligamento entre os dias 31 de março e 30 de junho de 2019. O Plano de Saúde para os empregados que serão desligados, tem como horizonte o período de 3 anos.

Parâmetros	Valores
Incentivo Indenizatório	- 40% do saldo para fins rescisórios do FGTS (sendo 20% obrigação legal + 20% complementar pela empresa)
Incentivo Indenizatório Complementar	- Aviso prévio (sendo 50% obrigação legal + 50% complementar pela empresa)
Incentivo Mínimo	50% sobre o valor do incentivo indenizatório - Incentivos calculados até R\$ 60.000,00: piso de R\$ 80 mil; - Incentivos calculados entre R\$ 60.000,01 e R\$ 100.000,00: piso de R\$ 100 mil; e - Incentivos calculados entre R\$ 100.000,01 e R\$ 130.000,00: piso de R\$ 130 mil.

29.3 Outras provisões

SPEs	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Provisão para passivo a descoberto:				
Energia dos Ventos V (*)	-	12.996	-	-
Energia dos Ventos VI (*)	-	17.936	-	-
Energia dos Ventos VII (*)	-	18.201	-	-
Energia dos Ventos VIII (*)	-	12.680	-	-
Energia dos Ventos IX (*)	-	12.929	-	-
Itaguçu da Bahia Energias Renováveis S/A (*)	-	633	-	633
Brasil Ventos Energia S.A. (*)	16.875	-	-	-
Total	16.875	75.375	-	633

(*) Nota 16.1.1

29.4 Gestão dos Ativos de Geração - GAG Melhoria

Em 18 de junho de 2018, por meio da Nota Técnica ANEEL nº 92/2018, foram estipulados os valores das receitas referentes aos ativos de geração renovados nos termos da Lei nº 12.783/2013, que fazem jus as empresas, para a manutenção da disponibilidade aos níveis de eficiência das suas usinas hidroelétricas.

A partir de julho de 2018 as usinas que se encontram sob o regime de cotas (UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto, Funil, Porto Colômbia, Marimbondo e Corumbá I) tiveram sua Receita Anual de Geração - RAG acrescida da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, especificamente relacionada às melhorias (GAG-Melhoria) destinadas ao uso na manutenção da eficiência do sistema elétrico.

Os recebimentos dos montantes da GAG-Melhoria, ocorrido no período compreendido entre julho e dezembro de 2018, totalizaram R\$ 173.029.

A Empresa registrou um passivo, a título de provisão para a realização das futuras melhorias nos empreendimentos no montante de R\$ 52.832.

NOTA 30 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio da Empresa, no valor de R\$ 20.846.666 (R\$ 20.037.552 - 31.12.2017), está assim composto:

30.1 Capital Social

O capital da Empresa, no total de R\$ 6.531.154 (R\$ 6.531.154 - 31.12.2017), está distribuído entre ações ordinárias e preferenciais como segue:

Descritivo	Quantidade de mil ações em 31.12.2018 e 31.12.2017			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Percentual
Centrais Elétricas Eletrobras S.A. – Eletrobras	52.647.326	14.659.407	67.306.733	99,56%
Outros	91.700	205.278	296.978	0,44%
Total	52.739.026	14.864.685	67.603.711	100,00%

30.2 Reservas de Capital

Descritivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	3.405.297	3.405.297
Outros	-	-
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	1.647.748	1.647.748
Total	5.053.045	5.053.045

30.3 Destinação do Lucro do Exercício

Descritivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Adoção inicial do CPC 47	(243.335)	-
Adoção inicial do CPC 48	370.152	-
Lucro do Exercício	1.045.377	1.404.778
(-) Reservas de capital	-	-
(-) Reservas de lucro	(732.194)	(1.104.778)
(-) Dividendos adicionais propostos	(191.723)	-
(-) Dividendos mínimo obrigatório	(248.277)	(300.000)
Total	-	-

30.4 Reservas de Lucro

	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de lucros a realizar	Total de reservas de lucro
Saldo em 31 de dezembro de 2017	543.688	1.521.831	8.208.254	10.273.773
Destinação do resultado	52.269	553.108	126.817	732.194
Saldo em 31 de dezembro de 2018	595.957	2.074.939	8.335.071	11.005.967

30.5 Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Descritivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
ORA	(1.935.223)	(1.820.420)
Total	(1.935.223)	(1.820.420)

NOTA 31 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Receita Operacional				
Geração	660.184	309.790	660.184	309.790
Fornecimento de energia elétrica	3.557.731	3.863.380	3.557.731	3.863.380
Suprimento de energia elétrica	189.917	142.156	189.917	142.156
Energia de curto prazo	1.005.929	845.073	1.005.929	845.073
Operação e Manutenção de usinas	27.548	32.840	27.548	32.840
Construção de usinas	5.441.309	5.193.239	5.441.309	5.193.239
Subtotal	10.973.398	10.527.378	10.973.398	10.527.378
Transmissão				
Operação e Manutenção de linhas de transmissão	170.155	1.487.623	175.424	1.489.936
Operação e Manutenção de linhas renovadas	1.407.945	-	1.407.945	-
Construção de linhas de transmissão	311.997	122.117	312.005	160.450
Remuneração financeira – retorno de investimento	3.554.868	2.863.382	3.560.094	2.876.807
RBSE - Fair Value	(1.725.232)	-	(1.725.232)	-
Subtotal	3.719.733	4.473.122	3.730.236	4.527.193
Outras receitas				
Prestação de serviços	39.433	114.728	38.231	114.728
Aluguéis	262	265	262	265
Outras	238	849	238	849
Subtotal	39.933	115.842	38.731	115.842
Subtotal	9.200.975	9.782.203	9.210.276	9.836.274
Deduções à receita operacional				
Impostos e contribuições sobre a receita				
ICMS	(117.370)	(54.096)	(117.370)	(54.096)
PIS / PASEP	(172.024)	(95.119)	(172.092)	(95.445)
COFINS	(795.472)	(681.874)	(795.787)	(683.380)
ISS	(579)	(754)	(579)	(754)
Subtotal	(1.085.445)	(831.843)	(1,085,828)	(833,675)
Encargos Setoriais				
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	(129.824)	(167.534)	(130.117)	(167.685)
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	(86.894)	(15.039)	(86.894)	(15.039)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(90.307)	(72.369)	(90.416)	(72.425)
PROINFA	(21.178)	(22.045)	(21.178)	(22.045)
Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	(113.517)	(118.847)	(113.517)	(118.847)
Taxa de Fiscalização Serv. de E.E (TFSEE)	(27.513)	(19.725)	(27.572)	(19.755)
Subtotal	(469.233)	(415.559)	(469.694)	(415.796)
Subtotal	(1.554.678)	(1.247.402)	(1.555.522)	(1.249.471)
Receita Operacional Líquida	7.646.297	8.534.801	7.654.754	8.586.803

A receita da Empresa é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica gerada em suas usinas, da construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro e de contrato decorrente do seu sistema de transmissão. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, tanto no mercado de ambiente regulado, quanto no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e em contratos do sistema de transmissão.

NOTA 32 – CUSTO OPERACIONAL

Descritivo	Controladora		Consolidado
------------	--------------	--	-------------

Empresas	Contas a receber	Clientes	(-) Outras Provisões	Dividendos a receber	Fornecedores	Obrigações estimadas	Contas a pagar
Empresas de Transmissão							
Transleste	-	-	-	-	(125)	-	-
Transudeste	15	16	(77)	-	(77)	-	-
Transirapê	-	-	-	-	(77)	-	-
Centroeste	66	9	(41)	-	(41)	-	-
Transenergia Renovável	-	-	-	1.783	(45)	-	-
IE Madeira	-	-	-	-	-	-	(1.661)
Transenergia São Paulo	-	-	-	18.031	(37)	-	-
Transenergia Goiás	-	9	-	-	(31)	-	-
MGE Transmissão	-	17	-	5.616	(53)	-	-
Goiás Transmissão	-	-	-	11.985	(135)	-	-
Caldas Novas Transmissão	40	17	-	998	(2)	-	-
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	11	-	-	-	-	-	(71)
Luziânia–Niquelândia Transmissora	-	8	-	-	(10)	-	-
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	89	1.434	-	-	(75)	-	-
Mata de Santa Genebra	1	-	-	-	-	-	-
Lago Azul Transmissora	13	7	-	2.594	(10)	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	8.567	(399)	-	-
Belo Monte Transmissora	553	-	-	12.503	(2.083)	-	-
Subtotal de Transmissão	788	1.517	-	62.077	(3.200)	-	(1.732)
TOTAL SPE	2.386	27.986	(16.875)	128.077	(17.434)	-	(1.732)
FRG	5.396	-	-	-	(4.379)	(7.008)	(170.072)
TOTAL 31.12.2018	7.782	27.986	(16.875)	128.077	(21.813)	(7.008)	(171.804)
TOTAL 31.12.2017	366.162	27.058	(75.375)	108.084	(14.939)	(6.732)	(114.188)

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
Empresas de Geração								
Enerpeixe	(5.378)	-	-	5.240	-	-	-	-
Baguari	-	-	-	449	-	-	-	-
Serra do Facão Energia	-	-	-	-	176	-	-	(20)
Chapecoense	-	-	-	-	-	-	-	-
Foz do Chapecó	-	-	-	10.920	108	-	-	-
Madeira Energia	-	-	-	-	-	21.196	-	195.334
Santo Antônio Energia	-	78.623	-	146.385	147	75	-	(334)
Inambari	-	-	-	-	-	-	-	(88)
Brasventos Eolo	-	-	-	1.369	-	-	-	(350)
Brasventos Miassaba	-	-	-	1.604	-	-	-	(265)
Rei dos Ventos 3	-	-	-	1.408	-	-	-	593
Teles Pires Participações	-	-	-	-	-	-	-	1
Cia Hidrelétrica Teles Pires	(110.824)	-	-	43.949	-	-	-	-
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	-	-	-	1.320	-	-	-
Central Eólica Famosa I	-	-	-	-	-	-	-	738
Central Eólica Pau Brasil	-	-	-	-	-	-	-	692
Central Eólica São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	765
Central Eólica Rosada	-	-	-	-	-	-	-	1.115
Punaú I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.744
Carnaúba I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.985
Carnaúba II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.972
Carnaúba III Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.375
Carnaúba V Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	2.283
Cervantes I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.416
Cervantes II Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	991
Bom Jesus Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.031
Cachoeira Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.050
Pitimbu Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.454
São Caetano Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.260
São Caetano I Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.058
São Galvão Eólica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	195
Brasil Ventos Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	8
Tijoa Participações e Investimentos S.A.	-	-	-	10.331	620	-	-	-
Empresa de Energia São Manoel S.A.	(49.443)	-	-	-	1.949	-	-	56.078
Subtotal de Geração	(165.645)	78.623	-	221.655	4.320	21.271	-	272.081

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
Empresas de Transmissão								
Transleste	-	-	(1.143)	-	-	-	-	(931)
Transudeste	-	-	(709)	-	185	-	-	(480)
Transirapê	-	-	(704)	-	-	-	-	(801)
Centroeste	-	-	(488)	-	769	-	-	(399)
Transenergia Renovável	-	-	(539)	-	-	-	-	43.686
IE Madeira	-	-	(15.966)	-	-	-	(10)	(24.824)
Transenergia São Paulo	-	-	(286)	-	-	-	-	-
Transenergia Goiás	-	-	(324)	-	1.202	-	-	73
MGE Transmissão	-	-	(934)	-	-	-	-	201
Goiás Transmissão	-	-	(1.660)	-	-	-	-	54.640
Caldas Novas Transmissão	-	-	(26)	-	473	-	-	193
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	-	-	(1.000)	-	-	-	-	1.228
Paranaíba Transmissora de Energia S.A	-	-	(3.742)	-	-	-	-	-
Luziânia–Niquelândia Transmissora	-	-	(124)	-	374	-	-	(323)
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	-	-	(652)	-	-	36	-	(47.210)
Mata de Santa Genebra	-	-	-	-	-	-	-	(120.645)
Lago Azul Transmissora	-	-	(122)	-	174	-	-	(8.344)
Belo Monte Transmissora	-	-	(17.704)	-	781	-	-	51.151
Subtotal de Transmissão	-	-	(46.123)	-	3.958	36	(10)	(52.785)
Total SPEs	(165.645)	78.623	(46.123)	221.655	8.278	21.307	(10)	219.296
FRG	-	-	-	-	-	-	(4.573)	(138.091)
TOTAL 31.12.2018	(165.645)	78.623	(46.123)	221.655	8.278	21.307	(4.583)	81.205
TOTAL 31.12.2017	(123.710)	84.479	(31.662)	176.581	10.387	5.695	(12.864)	(745.427)

NOTA 38 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

38.1 Energia Elétrica

A Lei nº 12.783/2013 estabeleceu as condições de prorrogação das concessões de usinas alcançadas pelo Artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. A comercialização da energia de tais usinas se dá por meio do rateio, entre as distribuidoras do SIN, de cotas dessa energia e da aplicação de Receitas Anuais de Geração (RAG), estabelecidas pela ANEEL.

Já a comercialização da energia das usinas de Furnas não alcançadas pela referida Lei está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado – ACR, para a comercialização de energia para as concessionárias de distribuição e outro caracterizado por contratos livremente pactuados - ACL.

A Empresa está comprometida com venda e compra de energia conforme os quadros a seguir:

38.1.1 Compromissos – posições vendidas

Ano	Comprador de Energia	LEN Manso 2008 e 2010 30 anos	LEN Simplicio e Batalha 2010 30 anos	Disponibilidade Santa Cruz 2012 15 anos	LEE 2014 / 2019 6 anos	RAG
2020	Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil)	790.560 211,55 167.245	2.037.888 228,43 465.516	2.158.229 113,82 245.647	- - -	20.084.616 56,96 1.143.954
2021	Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil)	788.400 211,55 166.788	2.032.320 228,43 464.244	2.152.332 114,13 245.647	- - -	20.029.740 58,28 1.167.383
2022	Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil)	788.400 211,55 166.788	2.032.320 228,43 464.244	2.152.332 114,13 245.647	- - -	20.029.740 58,77 1.177.056
2023	Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil)	788.400 211,55 166.788	2.032.320 228,43 464.244	2.152.332 114,13 245.647	- - -	20.029.740 58,80 1.177.748
2024	Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil)	790.560 211,55 167.245	2.037.888 228,43 465.516	2.158.229 113,82 245.647	- - -	20.084.616 58,80 1.177.747
Após 2024	Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil)	11.826.000 211,55 2.501.827	30.484.800 228,43 6.963.656	4.304.664 114,13 491.293	- - -	360.535.320 58,80 21.199.457
Data do término do contrato		Dez/39	Dez/39	Dez/39	Dez/26	Dez/19
É parte relacionada? (Sim/Não)		Não	Não	Não	Não	Não

LEE – Leilão de Energia Existente

LEN – Leilão de energia Nova.

(*) Informações não auditadas.

38.1.2 Compromissos – posições compradas

Ano	Gerador de Energia	Total Compras
2020	Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil)	4.598.748 172,26 792.192
2021	Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil)	4.586.267 172,00 788.855
2022	Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil)	4.586.267 170,11 780.165
2023	Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil)	3.825.899 172,95 661.676
2024	Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil)	3.836.297 170,76 655.080
Após 2024	Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil)	20.918.429 143,15 2.994.471
Data do término do contrato		Dez/38

(*) Informações não auditadas.

38.2 Compromissos Socioambientais

Furnas, como integrante do Governo Federal, alinhada às diretrizes que norteiam as ações das Empresas do Grupo Eletrobras quanto à promoção do desenvolvimento sustentável – que busca equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental –, salienta este compromisso investindo em projetos sociais e atividades culturais, pautados pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades no entorno de suas instalações, visando resguardar o futuro das novas gerações. Para tanto, apoia-se sempre numa abordagem preventiva aos desafios ambientais e no incentivo ao uso de tecnologias que não agriam o meio ambiente.

Descritivo	31.12.2018 (*)	31.12.2017 (*)
A – Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa		
1) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	41.505	56.670
Subtotal	41.505	56.670
B – Investimentos em programas e/ou projetos externos		
2) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	38.652	26.663
3) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	425	1.200
4) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	17.876	7.703
Subtotal	56.953	35.566
C – Total dos investimentos em meio ambiente (A+B)	98.458	92.236

Os referidos gastos encontram-se registrados em despesas operacionais.

(*) Informações não auditadas.

38.2.1 Termos de Ajustamento de Condutas (TAC)

Firmados entre Furnas e o Poder Público em diversas esferas para cumprimentos de obrigações futuras já contempladas no custo dos seguintes investimentos:

a) Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - UHE Simplicio

Firmado em 20 de fevereiro de 2013 entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Município de Sapucaia-RJ e a Empresa, referente a questões ambientais identificadas nos municípios atingidos pela UHE Simplicio, no Rio Paraíba do Sul, em que Furnas se obriga a implantar e manter, até à assunção pelos Municípios atingidos, Estações de Tratamento de Esgoto e Redes Coletoras, bem como manter o controle de vazão e de qualidade da água. Conforme descrito no TAC, tais ações deveriam estar concluídas até 2015 e os atrasos de mais de 15 dias em relação ao cronograma, sem os devidos esclarecimentos, ensejariam a aplicação de multas diárias no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Do total de 25 itens do TAC, 18 foram concluídos e 7 continuam sendo acompanhados, conforme Promoção de Arquivamento expedida pelo MPF em 20 de maio de 2016 e Certidão expedida pelo MPF em 29 de novembro de 2018. Também está previsto no TAC o cumprimento das demais condicionantes da Licença de Instalação nº 456/2007 e da Licença de Operação nº 1074/2012, expedidas pelo IBAMA, conforme determinações e prazos constantes nas respectivas licenças. Este Termo de Ajustamento de Conduta extingue a Ação Civil Pública nº 2010.51.13.000406-9 junto à 1ª Vara Federal de Três Rios.

b) Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta -TAC - LT Itaberá-Tijuco Preto III

Firmado, em 15 de dezembro de 2000, entre Furnas e o IBAMA, com o Ministério Público Federal - MPF, incluindo responsabilidades relativas à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo - SVMMA/SP, ao Instituto Florestal - IF/SP, à Fundação Nacional do Índio - FUNAI e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, para remediar as pendências relativas aos impactos advindos da implantação da Linha de Transmissão Itaberá - Tijuco Preto III. De acordo com este TAC, Furnas se comprometeu a desenvolver projetos e programas socioambientais e culturais visando, principalmente, a proteção da Fauna, das Comunidades Indígenas e do Patrimônio Histórico e Arqueológico.

O prazo deste TAC se estende por 18 anos, sendo que para cada ação houve um cronograma específico.

Cabe esclarecer que o referido TAC está em processo de avaliação pelo Ministério Público Federal para emissão de decisões saneadoras.

b.1) Prazos

Para cada atividade (item do TAC) prevista há um prazo definido, atingindo até 10 (dez) anos em alguns casos, sendo que o mesmo poderá ser ampliado, com a concordância do MPF e dos demais órgãos envolvidos.

A situação deste TAC está descrita a seguir:

- 1.1. Dos Recursos Destinados aos Programas e Projetos Culturais e Sociais e à Compensação ambiental – não existe prazo para cumprimento.
O TAC em seu Capítulo I diz que Furnas compromete-se a destinar, no mínimo, a quantia de R\$ 4.186 mil à implementação de programas e projetos de natureza ambiental, cultural e social;

- 1.1.1. Georreferenciamento das áreas da Unidade de Conservação da Cratera da Colônia - em análise pelo MPF/PR-SP;

- 1.1.2. Ações em unidades de conservação existentes junto ao Instituto Florestal (IF). Aguardando posicionamento do MPF;

- 1.2. Das Comunidades Indígenas – Atualmente em tratativa com o MPF;

- 1.3. Programa de Patrimônio Histórico e Arqueológico. Aguardando posicionamento do MPF/PR-SP;

- 1.3.1. Programa de Educação Patrimonial – em andamento.

b.2) Condicionamentos

Os programas e ações ambientais estabelecidos no referido TAC foram elaborados e aprovados com anuência e participação dos órgãos licenciadores e fiscalizadores que assinaram esse Termo, além da Secretaria do Verde do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Paulo e o Instituto Florestal de São Paulo.

b.3) Penalidades

Estão estabelecidas no TAC sanções, para cada ação e programa, que não tenham sido efetivamente cumpridos, ressaltando que, nas Disposições Finais do referido Termo estabelece-se multa diária de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), variável em função do tempo de inadimplência.

Todo valor do referido TAC está vinculado a UFIR ou índice oficial que a substituir.

Ressalta-se que, até o presente momento, não foi aplicada qualquer penalidade a este Termo de Ajustamento de Conduta da LT 750 kV Itaberá - Tijuco Preto III.

c) Desmobilização da mão-de-obra terceirizada

No âmbito do Mandado de Segurança 27.066, em curso no Supremo Tribunal Federal, a empresa firmou dois acordos com a Federação Nacional dos Urbanitários e Ministério Público do Trabalho (MPT) para a substituição paulatina dos terceirizados até o final de 2018, respeitados direitos a eles assegurados na forma da lei e das recentes decisões dos Tribunais Superiores, com sua substituição por empregados concursados.

38.2.2 Políticas Ambientais

A empresa reconhece que seu negócio pode levar à interferência ambiental e possui como compromisso conduzir suas atividades atendendo a legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal, bem como os acordos dos quais a Empresa é signatária. O cumprimento destes marcos é fiscalizado por órgãos e agências governamentais. Sua Política Ambiental e de Gestão de Resíduos, ambas revisadas em 2017, e em consonância com os princípios e diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras, norteiam as ações junto às comunidades e demais partes interessadas.

Em conformidade às Políticas, há uma Instrução Normativa de Gerenciamento de Resíduos - IN.005.2015, revisada em 2017, que estabelece critérios para o gerenciamento de resíduos associados às diversas atividades desenvolvidas pela Empresa, visando o controle e a redução de riscos às pessoas e ao meio ambiente, destacando-se o alinhamento com os princípios do desenvolvimento sustentável e com a legislação vigente.

Outro instrumento da Política de Resíduos é o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGR, que visa estabelecer critérios, procedimentos e medidas para controle e redução dos resíduos sólidos gerados pelo empreendimento, desde a geração até a destinação final de resíduos e disposição final de rejeitos.

38.3 Compromissos - Aportes nas SPEs

Os compromissos de longo prazo relacionados a aportes nas SPEs serão como seguem:

SPEs/Ano	2020	2021	2022	2023	Total
Brasil Ventos Energia S.A.	52.408	9.700	10.100	10.500	82.708
Teles Pires Participações S.A.	41.266	42.014	41.500	39.656	164.436
Total	93.674	51.714	51.600	50.156	247.144

NOTA 39 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

39.1 Instrumentos Financeiros

A Empresa opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos os quais se encontram registrados em contas patrimoniais, segundo a norma contábil vigente para cada caso, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Descritivo	Controladora					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Classificação	Valor contábil	Valor justo	Classificação	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Empréstimos e recebíveis						
Clientes (Nota 8)	Custo amortizado	1.152.180	1.152.180	Custo amortizado	964.090	964.090
Ativo financeiro – concessões do serviço público (Nota 14)	Valor justo	18.324.586	18.324.586	Custo amortizado	23.500.157	23.500.157
Ativo contratual transmissão (Nota 14)	Custo amortizado	3.015.256	3.015.256	-	-	-
Ativos financeiros de geração (Nota 14)	Custo amortizado	1.280.320	1.280.320	-	-	-
Empréstimos concedidos (Nota 15.3)	Custo amortizado	422	422	Custo amortizado	760	760
Mensurados a valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	Valor justo	479.284	479.284	Valor justo	243.344	243.344
Total Ativos financeiros		24.252.048	24.252.048		24.708.351	24.708.351
Passivos financeiros						
Mensurados ao custo amortizado						
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	Custo amortizado	8.705.472	8.705.472	Custo amortizado	10.217.403	10.217.403
Fornecedores e outras obrigações (Nota 19)	Custo amortizado	437.559	437.559	Custo amortizado	337.903	337.903
Total Passivos financeiros		9.143.031	9.143.031		10.555.306	10.555.306

Descritivo	Consolidado					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Classificação	Valor contábil	Valor justo	Classificação	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Empréstimos e recebíveis						
Clientes (Nota 8)	Custo amortizado	1.153.067	1.153.067	Custo amortizado	965.157	965.157
Ativo financeiro – concessões do serviço público (Nota 14)	Valor justo	18.324.586	18.324.586	Custo amortizado	23.561.936	23.561.936
Ativo contratual transmissão (Nota 14)	Custo amortizado	3.095.417	3.095.417	-	-	-
Ativos financeiros de geração (Nota 14)	Custo amortizado	1.280.320	1.280.320	-	-	-
Empréstimos concedidos (Nota 15.3)	Custo amortizado	422	422	Custo amortizado	760	760
Mensurados a valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	Valor justo	479.284	479.284	Valor justo	243.344	243.344
Total Ativos financeiros		24.333.096	24.333.096		24.771.197	24.771.197
Passivos financeiros						
Mensurados ao custo amortizado						
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	Custo amortizado	8.705.472	8.705.472	Custo amortizado	10.217.403	10.217.403
Fornecedores e outras obrigações (Nota 19)	Custo amortizado	440.360	440.360	Custo amortizado	343.057	343.057
Total Passivos financeiros		9.145.832	9.145.832		10.560.460	10.560.460

O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2018 se aproxima do valor registrado nas Demonstrações Financeiras. A Empresa não realizou no período operações com derivativos.

39.2 Gestão de Riscos

No exercício de suas atividades a Empresa é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Empresa.

Para a gestão de riscos financeiros, a Empresa definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

39.2.1 Riscos relacionados ao cumprimento (“compliance”) de leis e regulamentos

Lava Jato

Em 2015, em resposta às investigações no âmbito da “Operação Lava Jato” sobre irregularidades envolvendo funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras e das Sociedades de Propósito Específico (SPE) em que detêm participações acionárias minoritárias foi contratado através da Controladora Eletrobras o escritório de advocacia norte-americano Hogan Lovells US LLP (Hogan Lovells) para proceder investigação independente de acordo com os princípios adotados pela Securities and Exchange Commission (SEC) e pelo Department of Justice (USDOJ) norte-americanos.

Como resultado da investigação independente a FURNAS procedeu os ajustes contábeis conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras anuais de 2016 e 2017.

Entretanto, as investigações oficiais da “Operação Lava Jato” ainda não foram concluídas pelo Ministério Público Federal, podendo levar um tempo considerável para concluir todos os procedimentos de apuração e divulgação dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a FURNAS a reconhecer ajustes adicionais nas suas demonstrações contábeis.

Em abril de 2018 foram apresentados ao Conselho de Administração da Eletrobras os resultados dos procedimentos da 2ª. Fase da investigação independente realizada pelo escritório internacional Hogan Lovells encerrando, na data de 30 de abril de 2018, as atividades de investigação objeto dos serviços contratados em relação à Companhia, suas controladas e empreendimentos dos quais participam. Na mesma data se encerraram, também, os serviços prestados pelos membros da Comissão Independente de Gestão de Investigação.

Em agosto de 2018, a Hogan Lovells, informou que o USDOJ declinou em processar a Eletrobras por questões envolvendo a lei anticorrupção norte-americana (Foreign Corrupt Practices Act – FCPA). O USDOJ não estabeleceu qualquer contingência ou condição e não determinará a indicação de um monitor. Assim, não há quaisquer questões pendentes de resolução perante o USDOJ.

Em 26 de dezembro de 2018, a SEC aceitou o acordo proposto pela Eletrobras para pôr fim a Class Action movida nos Estados Unidos da América, com previsão de pagamento de US\$2,5 milhões. O acordo não representa reconhecimento de ato ilegal pela Eletrobras.

Para a celebração do acordo, a SEC considerou as medidas remediadoras das fraquezas materiais nos controles internos adotados pela Companhia, a evolução do programa de *compliance* e demais procedimentos anticorrupção, bem como sua postura cooperativa adotada no curso da investigação.

Com esta resolução não há mais pendências a serem resolvidas com os agentes reguladores norte-americanos, encerrando-se as investigações perante as referidas autoridades.

39.2.2 Risco de Taxa de Câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio.

A Empresa apresenta passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, proveniente da relação entre as operações de financiamentos e empréstimos obtidos, o que causa volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa proporcional à flutuação da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

Descritivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Passivos		
Dólar norte-americano	(380.832)	(355.933)
YEN	-	(22.460)
Total	(380.832)	(378.393)

A exposição total do risco de câmbio pode ser resumida na análise de sensibilidade descrita na nota 39.5.2 – Passivo – Moeda Estrangeira.

39.2.3 Risco de Taxa de Juros

Esse risco está associado à possibilidade da Empresa contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas aos contratos de captação externa, principalmente referenciados às taxas CDI e IPCA.

Exposição à taxa de juro	Controladora e Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Passivos		
Selic	(6.156)	(8.472)
TJLP	(930.741)	(1.046.097)
CDI	(4.269.068)	(5.278.844)
IPCA	(2.680.315)	(3.075.362)
Total	(7.885.280)	(9.408.775)

A exposição total do risco de taxas de juros pode ser resumida na análise de sensibilidade descrita na nota 39.5.3 – Passivo – Taxa de Juros.

39.2.4 Risco de Preço

Até 2004, as tarifas de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixadas pela ANEEL. Com a edição da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 e do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, a partir do Leilão nº 001/2004, realizado sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, as geradoras passaram a comercializar energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado. A comercialização da energia das usinas de FURNAS passou a ser pactuada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado para a comercialização de energia com as concessionárias de distribuição (ACR) e outro caracterizado por contratos livremente pactuados (ACL).

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas de FURNAS passam a receber a Receita Anual de Geração (RAG), homologada pela ANEEL, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência, a ser paga em parcelas mensais sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, incluindo o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), além da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.

A RAG é composta pelos custos de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, quando cabíveis, determinados pela ANEEL com base em parâmetros de eficiência, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de Conexão e Uso dos Sistemas de Transmissão ou de Distribuição de responsabilidade da concessionária.

É reajustada anualmente, no dia 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que ocorra a revisão tarifária, conforme fórmula estabelecida em seu contrato de renovação da concessão.

No que toca aos preços de mercado, aplicáveis às usinas de FURNAS não alcançadas pela Lei 12.783/2013, o risco de preço é mitigado por meio da celebração de contratos de comercialização de energia que preveem preços fixos e reajustáveis por índice de inflação (tipicamente o IPCA), em prazos definidos, garantindo a previsibilidade e estabilidade da receita de geração da empresa.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela ANEEL, mediante a fixação de Receita Anual Permitida (RAP), julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões não alcançadas pela Lei nº 12.783/2013.

No entanto, os empreendimentos de transmissão de FURNAS, alcançados por esta norma legal, possuem RAPs que cobrirão os custos operacionais, de Administração e de Operação e Manutenção acrescidos de uma margem de 10% sobre o custo. Em casos onde os estudos indicam a necessidade de reforços na concessão de transmissão, a ANEEL calcula um valor adicional a RAP com o intuito de remunerar as novas instalações, sempre por meio de uma Resolução Autorizativa.

39.2.5 Risco de Crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Empresa atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Empresa busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Empresa tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados.

39.2.6 Risco de Liquidez

A Empresa atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Descritivo	Controladora e Consolidado				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	(2.071.013)	(2.647.595)	(2.623.633)	(1.363.231)	(8.705.472)
Concessões a pagar – uso do bem público	(1.776)	(3.152)	(4.728)	(26.144)	(35.800)

39.3 Gestão de Capital

Os objetivos da Empresa ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução dos seus custos.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumarizados:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Financiamentos e empréstimos	8.705.472	10.217.403	8.705.472	10.217.403
Fornecedores	437.559	337.903	440.360	343.057
Menos:				
Caixa e equivalentes de caixa	(28.093)	(5.047)	(73.161)	(23.473)
Outros				
TVM	(479.284)	(243.344)	(479.284)	(243.344)
Dívida líquida (A)	8.635.654	10.306.915	8.593.387	10.293.643
Patrimônio líquido	20.846.666	20.037.552	20.846.666	20.037.552
Total do capital (B)	29.482.320	30.344.467	29.440.053	30.331.195
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)	29,29%	33,97%	29,19%	33,94%

39.4 Estimativa do Valor Justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo	Controladora			
	31.12.2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor Justo:				
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	479.284	-	-	479.284
Custo Amortizado:				
Ativo financeiro – concessões do serviço público (Nota 14)	-	18.324.586	-	18.324.586
Ativo contratual transmissão (Nota 14)	-	3.015.256	-	3.015.256
Ativos financeiros de geração (Nota 14)	-	1.280.320	-	1.280.320
Total	479.284	22.620.162	-	23.099.446

Descritivo	31.12.2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor Justo:				
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	243.344	-	-	243.344
Custo Amortizado:				
Ativo financeiro – concessões do serviço público (Nota 14)	-	23.500.157	-	23.500.157
Total	243.344	23.500.157	-	23.743.501

Descritivo	Consolidado			
	31.12.2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor Justo:				
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	479.284	-	-	479.284
Custo Amortizado:				
Ativo financeiro – concessões do serviço público (Nota 14)	-	18.324.586	-	18.324.586
Ativo contratual transmissão (Nota 14)	-	3.095.417	-	3.095.417
Ativos financeiros de geração (Nota 14)	-	1.280.320	-	1.280.320
Total	479.284	22.700.323	-	23.179.607

Descritivo	31.12.2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor Justo:				
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	243.344	-	-	243.344
Custo Amortizado:				
Ativo financeiro – concessões do serviço público (Nota 14)	-	23.561.936	-	23.561.936
Total	243.344	23.561.936	-	23.805.280

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

39.5 Análise de Sensibilidade

Para análise de sensibilidade dos ativos e passivos as premissas macroeconômicas consideradas foram as estabelecidas pela *holding* Eletrobras, como seguem nos quadros abaixo:

39.5.1 - Ativo

Contratos Concedidos - Var. Negativa - 2019			Indexador		Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2018	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário II (-50%)
IGP-M	142.034	531.209	4,09%	3,07%	2,05%	520.772
TOTAL	142.034	531.209				520.772
Contratos Concedidos - Var. Positiva - 2019			Indexador		Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2018	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário II (+50%)
IGP-M	142.034	531.209	4,09%	5,11%	6,14%	541.645
TOTAL	142.034	531.209				541.645

39.5.2 – Passivo - Moeda Estrangeira

Foram realizadas análises de sensibilidade dos passivos em moeda estrangeira em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de câmbio.

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2019			Indexador		Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2018	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário II (-50%)
Dólar (R\$/US\$)	98,137	367,033	3,740	2,805	1,870	183,517
TOTAL	98,137	367,033				183,517
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2019			Indexador		Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2018	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário II (+50%)
Dólar (R\$/US\$)	98,137	367,033	3,740	4,675	5,610	5

Todas as garantias são na modalidade de fiança corporativa, ora apresentadas diretamente pela Eletrobras, ora por Furnas, com a anuência da Eletrobras.

Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (corporativo/SPE)	Participação (%) Controlada (%)	Valor do Financiamento - Quota Parte da Controlada (R\$ mil)	Saldo Devedor em 31/12/2018 (R\$ mil)	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício (R\$ mil)			Saldo a Desembolsar (R\$ mil)	Término da Garantia
						2019	2020	2021		
UHE Santo Antônio	BNDES Direto Original	SPE	42,46%	1.313.112	1.533.118	1.641.415	1.730.108	1.806.848	-	15/09/2040
UHE Santo Antônio	BNDES Direto Suplementar	SPE	39,00%	388.050	457.248	492.118	520.529	545.305	-	15/09/2040
UHE Santo Antônio	BNDES Repasse Original	SPE	42,46%	1.291.882	1.582.769	1.716.585	1.823.839	1.918.252	-	15/09/2040
UHE Santo Antônio	BNDES Repasse Suplementar	SPE	39,00%	388.050	468.290	506.761	538.424	566.296	-	15/09/2040
UHE Santo Antônio	Banco da Amazônia – FNO	SPE	42,46%	213.752	238.800	219.164	205.026	189.686	-	10/03/2034
UHE Santo Antônio	2ª Emissão de Debêntures	SPE	39,00%	163.800	220.691	187.030	131.439	73.501	-	27/12/2022
UHE Santo Antônio	3ª Emissão de Debêntures	SPE	39,00%	273.000	362.098	377.029	373.777	330.552	-	15/04/2024
IE Madeira	Banco da Amazônia – FNO	SPE	24,50%	65.415	75.010	71.779	68.682	65.276	-	10/07/2032
IE Madeira	BNDES	SPE	24,50%	455.504	316.333	284.831	251.147	217.475	-	15/02/2030
IE Madeira	Debêntures	SPE	24,50%	85.750	122.793	111.612	95.929	78.170	-	18/03/2025
Teles Pires	BNDES 12.2.0766.1	SPE	24,50%	296.940	316.815	300.985	284.826	268.640	7.564	15/02/2036
Teles Pires	BNDES/BB 21/007793-4	SPE	24,50%	294.000	314.433	298.720	282.681	266.615	-	15/02/2036
Teles Pires	Emissão de Debêntures	SPE	24,72%	160.680	170.814	159.083	146.663	133.976	-	30/05/2032
Caldas Novas Transmissão	BNDES – FINEM	SPE	49,90%	2.536	1.211	991	727	462	-	15/03/2023
Caldas Novas Transmissão	BNDES – PSI	SPE	49,90%	5.536	3.894	3.404	3.008	2.611	-	15/03/2028
Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	BNDES	SPE	24,50%	412.825	452.913	475.625	462.080	447.155	9.632	15/08/2032
Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	BNDES CAIXA	SPE	24,50%	214.375	240.122	237.813	231.040	223.577	3.257	15/08/2032
Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	2ª Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	142.100	153.576	153.286	159.662	163.813	-	15/12/2031
São Manoel	BNDES – FINEM	SPE	33,333%	437.996	349.816	366.197	352.767	328.556	-	12/12/2038

Empresa	Tipo	Descrição
Santo Antônio	Garantia	Garantir a comercialização de energia correspondente a até 665,4 MWh médios ao ano, a uma receita anual mínima de R\$ 766.092.852,72, na data base de 31/12/2007, reajustados pela variação do IPCA, durante o período de 01/05/2027 até o final da liquidação das obrigações decorrentes deste contrato consolidado, mediante a compra dessa energia a ser comercializada pela BENEFICIÁRIA.

Os principais seguros da Empresa, com base nos valores de risco, estão a seguir demonstrados por modalidade e data de vigência:

Riscos	Controladora			
	Vigência		R\$ Importância Segurada	R\$ Prêmio
a) Garantias:	Início	Termino	1.024.732	13.707
Garantia Financeira (CRD 109/2011 CEMIG)	01/01/2019	31/12/2019	435	4
Garantia Financeira CUST/CUSD - (04-CUSD/10 AMPLA)	05/05/2018	05/05/2019	199	2
Garantia Financeira - EnerPeixe	01/01/2018	31/01/2019	918	10
Garantia Fiel Cumprimento – APM Simplicio	29/12/2017	29/12/2018	144.151	1.680
Garantia Fiel Cumprimento – Consórcio Ouro Preto II - 006/2008	05/11/2018	05/11/2019	8.200	31
Garantia Fiel Cumprimento – Executante Construtor - Leilão ANEEL 005/2009	01/09/2018	01/09/2019	2.750	15
CCT nº 007/2006, Leilão ANEEL nº 001/2015	02/12/2018	02/12/2019	5.500	29
CCT Nº 016/2012 - Lote E, Leilão nº 02/2012	04/08/2018	04/08/2019	2.900	10
13ª Vara Federal da Seção Jud. DF Processo nº 0052533-67.2011.4.01-3400-A1 022/2011	03/10/2018	03/10/2019	1.132	12
13ª Vara Federal DF - Processo nº 0044217-65.2011.4.01.3400	16/08/2018	16/08/2019	45.253	491
14ª Vara Federal DF - Processo nº 0019108-39.2017.4.01.3400	28/04/2018	28/04/2019	229	2
14ª Vara Federal DF - Processo nº 12483-86.2017.4.01.3400	30/03/2018	30/03/2019	353	4
17ª Vara Federal DF - Processo nº 0012481-19.2017.4.01.3400	30/03/2018	30/03/2019	4.606	50
19ª Vara Federal Rio de Janeiro - Processo nº 0065665-66.2015.4.02.5101	14/07/2017	14/07/2019	641.693	8.101
1ª Vara Federal do DF – Processo nº 0022155.55.2016.4.01.3400 - Auto de infração - 1011/2014-SFE/ANEEL	16/05/2018	16/05/2019	4.772	52
1ª Vara da Fazenda da Comarca de Gurupi - TO - Proc. Nº 5000038-09.2005.827.2722	20/02/2018	20/02/2020	2.000	42
1ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia - GO - Proc. Nº 0003041-80.212.5.18.0081	10/03/2018	10/03/2020	933	20
22ª Vara Federal DF - Processo nº 0012482-04.2017.4.01.3400	30/03/2018	30/03/2019	2.719	29
22ª Vara Federal DF - Processo nº 0064327-12.2016.4.01.3400	21/11/2018	21/11/2020	319	7
2ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia - RT – Processo nº 0002261-06.2013.5.18.0082	31/08/2017	31/08/2019	2.514	54
2ª Vara Federal DF - Processo nº 0012475-12.2017.4.01.3400	30/03/2018	30/03/2019	697	7
3ª Vara Federal do DF - Processo nº 0034873-84.2016.4.01.3400 - Auto de infração 0031/2014-SFE/ANEEL	17/06/2018	17/06/2019	1.584	17
3ª Vara Federal do DF - Processo nº 0034874-69.2016.4.01.3400 - Auto de infração 1048/2014-SFE/ANEEL	17/06/2018	17/06/2019	3.867	42
3ª Vara Federal seção Judicial DF - Processo nº 0022319-54.2015.4.01.3400	30/04/2018	30/04/2019	3.002	33
49ª Vara do Trabalho do RJ – Processo nº 0000200-51.2013.5.01.0049	14/08/2017	14/08/2019	1.955	42
4ª Vara de Execuções Fiscais RJ – Processo nº 0085231-98.4.02.5101	11/11/2017	11/11/2019	125.495	2.728
5ª Vara Federal DF - Processo nº 0010364-55.2017.4.01.3400	30/03/2018	30/03/2019	996	12
7ª Vara Federal DF - Processo nº 88538-83.2014.4.01.3400-7	15/12/2014	15/12/2019	191	7
7ª Vara Federal seção Jud. do DF – Processo nº 0049393-83.2015.4.01.3400	11/09/2018	11/09/2019	709	8
8ª Vara Federal da Seção Jud do DF - Processo nº 0033173-10.2015.4.01.3400	11/06/2018	11/06/2019	3.131	34
13ª Vara da Justiça Federal do DF - 13ª Vara da Justiça Federal do DF - 1007403-90.2018.4.01.3400	13/04/2018	13/04/2019	632	6
4ª Vara da Justiça Federal do DF - 1007411-67.2018.4.01.3400	13/04/2018	13/04/2019	1.293	14
13ª Vara da Justiça Federal - DF - 1013425-67.2018.4.01.3400	12/07/2018	12/07/2019	843	9
27ª Vara Cível da Comarca da Capital - RJ - 0126785-72.2018.8.19.0001	26/07/2018	26/07/2019	7.987	86
6ª Vara do Trabalho de Uberlândia - MG - 0011978-09.2015.5.03.0173	27/07/2018	27/07/2020	794	17
b) Responsabilidade Civil Geral - Emp. Energia Elétrica			96.000	2.780
Responsabilidade Civil Geral - Emp. Energia Elétrica (*)	16/11/2017	16/11/2019	30.000	717
D&O Seg. Resp. Civil de Conselheiros (**)	08/11/2017	08/11/2019	66.000	2.063
c) Veículos (especificar)			15.185	975
Responsabilidade Civil Facultativa Veículos (RCFV) - Frota (p/ veículo) - Tabela FIPE 100% - Apólice em emissão	08/11/2018	08/11/2020	-	455
Seguro Automóvel - Fiat Pálio elétrico - Valor Determinado	16/03/2018	16/03/2019	185	3
Seguro Automóvel - Toyota Hilux LSI – Tabela FIPE 100%	01/06/2018	01/06/2019	-	3
Seguro Automóvel - Mercedes Benz Atego - Tabela FIPE 100%	28/06/2018	28/06/2019	-	5
Caminhões TEREX - Riscos Diversos e RCFV	27/04/2017	27/04/2019	15.000	509
d) Transportes			427.789	167
Transporte Nacional e Internacional aéreo; interestadual; internacional/importação				
a) Seguro Internacional Importação/Exportação			23.353	33
b) Seguro Interestadual			173.682	31
c) Seguro perímetro Urbano e Op. Isolada			230.754	103
Total			1.563.706	17.629
(**) D&O				
087372018010310001711 - 08/11/2018 até 08/11/2019 - 998				
087372017010310001523 - 08/11/2017 até 08/11/2019 - 1065				

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RICARDO MEDEIROS	
Diretor – Presidente	
JENNER GUIMARÃES DO RÊGO	DJAIR ROBERTO FERNANDES
Diretor	Diretor
CLAUDIO DANUSIO DE ALMEIDA SEMPRINE	CLAUDIO GUILHERME BRANCO DA MOTTA
Diretor	Diretor
JULIO CESAR JORGE ANDRADE	
Diretor	
JAIRO MACHADO DE OLIVEIRA	
Superintendência de Contabilidade	
CRC - RJ 074838/O-7 – Contador	
ANSELMO GARCIA SOBROSA	
Gerência de Contabilidade Geral	
CRC - RJ 078.544/O-6 – Contador	

Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP
KPMG Auditores Independentes
CRC SP – 014428/O-6 F - RJ

Bruno Ramos Mangualde
Membro do Conselho Fiscal



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

WWW.FURNAS.COM.BR